

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

AMANDA PETRY

**FINANCIANDO A INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO:
A ATUAÇÃO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO NA ÍNDIA**

Porto Alegre

2018

AMANDA PETRY

**FINANCIANDO A INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO:
A ATUAÇÃO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO NA ÍNDIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Petry, Amanda

Financiando a infraestrutura para o desenvolvimento: a atuação do Novo Banco de Desenvolvimento na Índia / Amanda Petry. -- 2018. 112 f.

Orientador: Marcelo Milan.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. 2. Novo Banco de Desenvolvimento. 3. Infraestrutura. 4. Índia. 5. BRICS. I. Milan, Marcelo, orient. II. Título.

AMANDA PETRY

**FINANCIANDO A INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO:
A ATUAÇÃO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO NA ÍNDIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Milan – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Luiza Peruffo
UFRGS

Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Nessa trajetória até a formatura, tenho especial gratidão a algumas pessoas, que foram fundamentais para a concretização desse sonho. Aos meus pais, primeiramente, agradeço por todo o suporte psicológico e financeiro, pelo incentivo aos estudos desde o ensino primário, por apoiar todas as minhas escolhas, por mais insanas que fossem. Dessas, não posso deixar passar em branco minha primeira viagem internacional sozinha, para a Índia, que mudou minha concepção de mundo, de cultura e de vida, e inspirou esta monografia.

A toda a minha família, pelo apoio e incentivo. Em especial aos meus tios, Elisabete e Ademar, que me ajudaram na adaptação à vida metropolitana e estiveram presentes nos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica, sempre dispostos a me ajudar, me incentivando a nunca desistir dos meus objetivos e vibrando a cada pequena conquista.

Aos meus amigos e colegas, presentes nos (muitos) momentos de diversão que a faculdade me proporcionou, mas, principalmente, nos momentos mais difíceis, aturando minhas reclamações e mau humor ao final de cada semestre. Um agradecimento especial aos melhores companheiros de militância, Aline e Felipe, com os quais compartilhei as emoções do período eleitoral, desde momentos de esperança até fortes decepções.

A todos os professores que fizeram parte dessa caminhada, desde o ensino básico, cursinho e idiomas, até chegar ao sonhado nome no listão da UFRGS. A todos os professores da UFRGS, e um agradecimento especial ao meu querido orientador, Professor Marcelo, por todo o suporte na escrita do TCC, e a todos os professores que tive durante o meu intercâmbio em Rennes, oportunidade que serei eternamente grata à UFRGS por ter me proporcionado.

Com isso, chego ao meu principal agradecimento. A toda a sociedade brasileira, que financiou não só meu ensino superior, mas também todo o meu ensino básico. Que financiou também minhas merendas escolares, bolsas de pesquisa, participações em eventos e projetos, me permitindo chegar a um dos momentos mais importantes da minha vida com uma bagagem cheia de experiências e conhecimento.

“Chegou a hora de começar a reorganizar o mundo na direção que a esmagadora maioria da humanidade espera e precisa.” (AMORIM, 2008)

RESUMO

O presente trabalho realiza uma análise da atuação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) na Índia, a partir de um estudo da trajetória econômica indiana e das principais características do Banco, seguido pela análise de três projetos financiados no país. A escolha pela Índia foi feita pois, apesar de figurar atualmente entre as nações com maior crescimento econômico do mundo, o país carece de recursos para financiar seu desenvolvimento e suprir os déficits crescentes verificados no setor de infraestrutura. Diante disso, emergem algumas questões: Em que consistem os principais problemas infraestruturais da Índia atualmente? Em que medida o NBD difere dos órgãos de financiamento existentes na Índia, em particular no financiamento de longo prazo? Os projetos de infraestrutura financiados pelo NBD na Índia terão impacto significativo nos setores em que se localizam? Esses questionamentos norteiam o trabalho, que tem como objetivo realizar um estudo das operações do NBD na Índia, a fim de apontar a importância do Banco na viabilização financeira de projetos de infraestrutura e, conseqüentemente, na sua contribuição para um desenvolvimento econômico sustentável. Para atingir esse objetivo, a pesquisa pautou-se em uma revisão e estudo de bibliografia especializada sobre o tema e em levantamento de dados secundários, e foi desenvolvida em três passos analíticos, sucessivos e complementares: análise da economia indiana, com ênfase na insuficiência de financiamento no setor de infraestrutura; do financiamento de infraestrutura pelo NBD; e do papel do NBD no financiamento de projetos de infraestrutura e conseqüente melhora da infraestrutura da Índia. A justificativa acadêmica da pesquisa reside na crescente importância dos estudos sobre infraestrutura econômica e sustentabilidade, em especial ao tratar-se de países emergentes e sua cooperação financeira nesta área. O estudo da atuação de um Banco composto somente por economias emergentes em um país que apresenta alguns dos maiores dilemas infraestruturais e ambientais do mundo pode ser um exemplo de uma pesquisa iniciada na academia cujos reflexos estendem-se para a realidade social. Presume-se que o Banco tem potencial para se constituir em um mecanismo eficiente para superar a lacuna de crédito verificada no setor na Índia, embora não seja possível, ainda, mensurar sua contribuição para a superação do dilema, devido sobretudo à sua institucionalização recente.

Palavras-chave: Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Novo Banco de Desenvolvimento. Infraestrutura. Índia. BRICS.

ABSTRACT

This monograph reviews the performance of the New Development Bank (NDB) in India, based on a study of the Indian economic trajectory and the main characteristics of the Bank, followed by the analysis of three projects financed in the country. The study of India is interesting because, despite being among the nations with the highest economic growth in the world, the country lacks resources to finance its development and fill the growing deficits in the infrastructure sector. Therefore, some questions emerge: What are India's main infrastructural problems today? To what extent does NDB differ from existing financial institutions in India, in particular for long-term financing? Will infrastructure projects financed by NDB in India contribute to reduce the growing deficit in the sector? These are the questions that guide the monograph, which aims to analyze NDB's operations in India, in order to point out the importance of the Bank in the financial viability of infrastructure projects and, consequently, its contribution to promote a development with sustainable economic growth. To achieve this goal, the research is based on review and study of specialized bibliography on the subject and on secondary data collection, developed in three analytical steps, successive and complementary: analysis of the Indian economy, with emphasis on the insufficient resources to finance its infrastructure; of NDB financing, with emphasis on infrastructure financing; and of NDB's role in financing infrastructure projects and consequently improving India's infrastructure. The academic reason for the research lies in the growing importance of studies on economic growth and sustainability, especially in the case of emerging countries and their financial cooperation in this area. The study of the performance of a Bank composed only of emerging economies in a country that presents some of the larger infrastructural and environmental dilemmas in the world may be an example of a research initiated in the academy whose reflections extend to the social reality. It is assumed that the Bank has potential to become an efficient mechanism to overcome the credit gap in the sector in India, although it is not yet possible to measure its contribution to overcoming the dilemma, mainly due to its recent institutionalization.

Keywords: Multilateral Development Banks. New Development Bank. Infrastructure. India. BRICS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Índia: comportamento de setores-chave antes e após a crise (comparação por médias) ..	28
.....	
Figura 2 - Necessidades de investimento: infraestrutura econômica, 2017 (% , US\$ trilhões, a preços constantes)	32
Figura 3 - Índia: crédito bancário destinado à infraestrutura.....	38
Figura 4 - Índia: anúncios de projetos de infraestrutura.....	39
Figura 5 - Despesa anual em infraestrutura, economias em desenvolvimento e emergentes, por fonte de financiamento.....	61
Figura 6 - Índia: financiamento de infraestrutura - principais atores	76
Figura 7 - Extensão do Canal Indira Gandhi	811
Figura 8 - Rajasthan Water Sector Restructuring Project: NBD e BM	83
Figura 9 - Canara Renewable Energy Financing Scheme e ReNew Power Investment Project ...	88
Figura 10 - Madhya Pradesh Major District Roads Project e Madhya Pradesh Rural Connectivity Project	91
Figura 11 - Síntese dos projetos do NBD e demais BMDs analisados.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índia: comportamento dos principais componentes do setor de infraestrutura (2017-2018)	35
Tabela 2 - NBD e outros BMDs com avaliação de crédito AAA: comparativo	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A TRAJETÓRIA ECONÔMICA PÓS INDEPENDÊNCIA DA ÍNDIA E OS GARGALOS DE INFRAESTRUTURA.....	16
2.1	DA INDEPENDÊNCIA ÀS REFORMAS DE 1990	18
2.2	AS REFORMAS DE 1990	23
2.3	A CONTINUIDADE DOS OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO: A ÍNDIA NO SÉCULO XXI.....	26
2.4	INFRAESTRUTURA COMO VETOR PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	30
2.5	O SETOR DE INFRAESTRUTURA NA ÍNDIA.....	34
2.6	COOPERAÇÃO COM PAÍSES EMERGENTES: UMA ALTERNATIVA?.....	40
2.7	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	43
3	FINANCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA NOS PAÍSES EMERGENTES E O PAPEL DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO.....	45
3.1	ANTECEDENTES: DA CONCEPÇÃO DO ACRÔNIMO AO PRIMEIRO CICLO DE CÚPULAS	47
3.2	OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO E O FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA NOS PAÍSES EMERGENTES.....	54
3.2.1	BMDs: gênese e atualidade.....	54
3.2.2	O papel dos BMDs no financiamento de infraestrutura.....	57
3.3	O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NBD).....	62
3.3.1	Estrutura e originalidade.....	64
3.3.2	Financiamento das operações.....	66
3.3.3	Áreas de atuação.....	69
3.4	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	71
4	A ATUAÇÃO DO NBD NA ÍNDIA	74

4.1	FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NA ÍNDIA	75
4.2	PROJETOS FINANCIADOS PELO NBD NA ÍNDIA	77
4.2.1	Rajasthan Water Sector Restructuring Project	79
4.2.2	Canara Renewable Energy Financing Scheme.....	85
4.2.3	Madhya Pradesh Major District Roads Project	89
4.3	O NBD NA ÍNDIA: UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR.....	92
4.4	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	96
5	CONCLUSÃO	98
	REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

A Índia é um país multilíngue, multiétnico e multicultural, com o maior território do Sul asiático e o segundo maior contingente populacional do planeta (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY - CIA, 2018). Apesar de ter conquistado sua soberania recentemente, o país logrou avanços significativos no ensino superior, na tecnologia da informação e na indústria do conhecimento, fazendo-o figurar na 4ª posição mundial em termos de Produto Interno Bruto (PIB) total pela paridade de poder de compra (CIA, 2018) e possuir aspirações a ser uma nação desenvolvida nos próximos anos (DEJAVER, 2014). Por outro lado, uma série de impasses constrange o crescimento do país e colocam em questão mesmo os prognósticos mais otimistas.

Há carências em inúmeras esferas da sociedade indiana. Contudo, a infraestrutura deficiente se sobressai. Isto se deve pois, além de constituir-se em um limitador para as atividades rotineiras, ela contribui para a intensificação e propagação dos demais problemas socioeconômicos. Um exemplo foi a enchente de agosto de 2018 enfrentada pelo estado de Kerala, considerada a mais devastadora do último século. O episódio causou centenas de mortes, deixou centenas de milhares de indianos sem abrigo e provocou prejuízos da ordem de bilhões de dólares, remanescendo um enorme risco de proliferação de doenças (BLOOMBERG, 2016). Estes episódios se sucederam três anos após as enchentes fatais ocorridas no estado de Chennai, e mesmo sem que houvesse um aumento inesperado do nível de chuvas. Emergem, por outro lado, indagações acerca da responsabilidade recair novamente sobre as monções, ou serem resultado de questões mais profundas, que, nestes episódios, concernem à frágil infraestrutura indiana (BLOOMBERG, 2016).

Parte dessa realidade pode ser atribuída às heranças deixadas pela época em que o país esteve sob domínio colonial e pelos eventos que se sucederam após sua tumultuada independência. Parte desta herança se reflete, atualmente, em estatísticas sociais, tais como 22% da população indiana vivendo abaixo da linha de pobreza, limitadas oportunidades de emprego não-agrícola, subsídios caros e mal direcionados, escassez da oferta de ensino básico e superior de qualidade (CIA, 2018). Estas adversidades são intensificadas por problemas estruturais, dentre os quais figuram um sistema ineficiente de geração e distribuição de energia, com 25% dos lares sem acesso a energia elétrica, uma infraestrutura agrícola e de transportes inadequada (CIA,

2018), 82% da população sem acesso a internet e 5,9% sem acesso a água potável (MCKINSEY, 2016).

Paradoxalmente, o país descrito acima é o mesmo que deverá apresentar o maior crescimento econômico do mundo em 2018 (CIA, 2018), que possui um setor de serviços moderno e dinâmico, uma população jovem e um dos maiores mercados de mão-de-obra do mundo, que goza do status de maior democracia do mundo, com instituições públicas e privadas consolidadas (NASSIF, 2008), que está incluso no pequeno grupo de potências que dispõe de armas nucleares, que possui um peso substancial - e crescente - nas decisões da governança global, e que deverá se tornar uma das potências econômicas do planeta nos próximos anos (WORLD BANK, 2018b). As desigualdades do país são, portanto, claras: a Índia hospeda, simultaneamente, o 3º maior número de bilionários do mundo e a maior quantidade de pessoas pobres no mundo; sua economia exhibe indústrias da era espacial, agricultura de alta tecnologia e faculdades de elite ao lado de fábricas primitivas, fazendas de subsistência e escolas de ensino precário (WORLD BANK, 2018b).

Assim, é difícil conciliar esta realidade social com aquelas previsões de crescimento tão vigoroso. Para validar os prognósticos acerca do futuro promissor da Índia e conferir um caráter sustentável ao desenvolvimento do país, propiciando melhoria nas condições de vida de toda sua população, investimentos em setores cruciais para o desenvolvimento econômico se fazem necessários.

Diante deste cenário, com uma ampla gama de variáveis a serem analisadas, parece improvável o caminho rumo a um desenvolvimento econômico que se traduza, para além de números expressivos no produto e no comércio, em maior equidade, inclusão social e oferta de qualidade de vida para todos os estamentos, sem diferenciação de casta, religião ou grupo social. O ex-vice-presidente do Banco Central da Índia, Kamallesh Chakrabarty, oferece um norte, ao afirmar que o investimento na criação de melhor infraestrutura é o instrumento mais poderoso de que dispõe o governo indiano para superar tais desafios e garantir um crescimento econômico inclusivo e sustentável (CHAKRABARTY, 2013).

Contudo, tendo em vista algumas características peculiares aos projetos de infraestrutura, como o elevado investimento inicial, as escalas mínimas eficientes significativas diante do tamanho do mercado, o retorno lento e os altos riscos envolvidos, os quais se multiplicam nos projetos realizados nos países em desenvolvimento (NASSIF, 2006), o acesso a recursos para o

financiamento destes empreendimentos é limitado. Ainda mais considerando-se o atual cenário de protecionismo na economia global, não podendo-se esperar, portanto, “[...] que as instituições tradicionais empreendam sua recapitalização de modo a superar esse hiato”. (LIMA, 2015, p. 17).

Parece pertinente, assim, que a Índia se lance na economia global de maneira a procurar parcerias que propiciem a superação de seus impasses socioeconômicos. A realização de acordos cooperativos multilaterais que visem solucionar problemas comuns se insere nessa lógica, uma vez que a prevalência de interesses mútuos tende a levar a relações cooperativas (KRASNER, 1985). É nesse contexto que o país intensifica sua cooperação com os países do grupo conhecido como BRICS, analogia cunhada por Jim O’Neill em 2001 ao referir-se aos países cujo crescimento econômico deveria figurar entre os mais vigorosos do planeta no século que se iniciava.

Tendo em vista que a construção de infraestrutura é um elemento importante do desenvolvimento econômico e uma prioridade para a industrialização contínua dos países do BRICS (MAASDORP, 2015), a Índia propôs, em 2012, a criação de um Banco Multilateral no âmbito do grupo, cuja ênfase incida justamente sobre esta necessidade comum. O chamado Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) foi criado em julho de 2015, com o objetivo de mobilizar recursos financeiros para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável de seus membros e de outros países em desenvolvimento (NDB, 2017b). Ademais, um rápido crescimento econômico implica uma vasta exploração de recursos naturais e, conseqüentemente, um impacto ambiental expressivo, justificando portanto a prioridade concedida aos investimentos sustentáveis (MATHEWS, 2011).

Por outro lado, considerando-se as características do banco, emergem ressalvas no que tange ao êxito em atingir seus objetivos. Com relação ao presente trabalho, coloca-se a indagação acerca da possibilidade de o NBD contribuir para a superação de problemas infraestruturais indianos, questão que norteará a discussão subsequente. Questões específicas irão acompanhá-la, quais sejam: Em que consistem os principais problemas infraestruturais da Índia atualmente? Em que medida o NBD difere dos órgãos de financiamento existentes na Índia, em particular no financiamento de longo prazo? Os projetos de infraestrutura financiados pelo NBD na Índia terão impacto significativo nos setores em que se localizam?

Para respondê-las, partiu-se da hipótese de que a infraestrutura existente é incompatível com o rápido crescimento econômico da Índia e, portanto, o NBD, instrumento financeiro cujo

foco incide sobre questões de infraestrutura, constitui-se em um recurso eficiente para melhorar a infraestrutura do país. Para testá-la, especifica-se que uma infraestrutura incompatível com o rápido crescimento econômico da Índia consiste em um dos principais entraves para que o mesmo seja inclusivo e sustentável; que o NBD se difere dos demais órgãos de financiamento existentes na Índia devido a características como o foco concedido a empreendimentos sustentáveis e a composição da governança somente por países emergentes; e que o NBD constitui-se em um mecanismo eficiente para superar problemas de financiamento de infraestrutura na Índia.

A pesquisa justifica-se pois, para o curso de Relações Internacionais, a maior produção de estudos e conteúdos sobre crescimento econômico e sustentabilidade, em especial ao tratar-se de países emergentes e sua cooperação financeira nesta área, são cada vez mais necessários e pertinentes. Dessa forma, a discussão acerca do NBD reveste-se de importância para o meio acadêmico, notadamente ao se estudar sua atuação em um país que apresenta graves problemas infraestruturais e ambientais, tendo estes se constituído em preocupação de âmbito global, uma vez que a Índia lidera o ranking mundial de poluição do ar (INDIA..., 2018). Ademais, estas pesquisas podem ser um exemplo de um processo de transformação iniciado na academia cujos reflexos estendem-se para a realidade social.

O presente estudo objetiva realizar uma análise das operações do NBD na Índia, a fim de apontar a importância do Banco na viabilização financeira de projetos de infraestrutura e, conseqüentemente, na sua contribuição para um desenvolvimento com crescimento econômico sustentável. Os três objetivos específicos consistem em fazer uma revisão da literatura sobre a economia da Índia, com ênfase em sua infraestrutura; fazer uma revisão da literatura do financiamento de projetos de infraestrutura pelo NBD; e apresentar detalhes dos projetos de infraestrutura financiados pelo NBD na Índia e compará-los a projetos financiados por outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs).

A metodologia empregada se pauta sobretudo em métodos qualitativos, através da revisão bibliográfica, mas também de levantamentos de dados secundários. A análise documental é realizada com base em documentos e relatórios oficiais emitidos pelo NBD, pelo Brasil e pela Índia. A revisão e o estudo de bibliografia especializada sobre o tema é utilizada no decorrer de todo o trabalho e se pauta no desenvolvimento de três passos analíticos, sucessivos e complementares: análise da economia indiana, com ênfase na infraestrutura do país; do

financiamento pelo NBD, sobretudo do financiamento destinado à infraestrutura; e do papel do NBD no financiamento de projetos de infraestrutura e consequente melhora da infraestrutura da Índia.

O trabalho está organizado em três capítulos mais introdução e conclusão. No primeiro capítulo é feita uma análise da economia indiana, enfatizando a insuficiência de financiamento para realizar projetos de infraestrutura necessários para sustentar o acelerado ritmo de crescimento econômico apresentado pelo país. O recorte temporal é a partir da década de 1990, quando o país implementou reformas econômicas que acarretaram no rápido crescimento econômico em vigor desde então, apesar de abarcar também os pontos centrais das políticas econômicas dos anos precedentes a fim de possibilitar a compreensão dos episódios ocorridos naquele ponto de inflexão.

O segundo capítulo apresenta as características do NBD e sua importância para seus membros, em especial para a Índia. Para isso, é feita uma análise histórica da cooperação entre os países do BRICS, particularizando os principais pontos pleiteados pelos mesmos, a fim de oferecer uma compreensão das circunstâncias e motivações que levaram à criação do Banco. Em seguida, é feito um breve estudo do histórico e modo de funcionamento dos BMDs, a fim de compará-los ao NBD e apontar as características que diferem o NBD destas instituições. Nas considerações preliminares, retoma-se os principais tópicos do capítulo e analisa-se a importância do NBD para os países do BRICS, sobretudo no que tange à redução da lacuna de financiamento de projetos de infraestrutura.

O último capítulo visa a testar as hipóteses delineadas a partir de uma análise detalhada da atuação do NBD na Índia, através de um estudo dos setores e, particularmente, dos projetos financiados pelo Banco no país. Para isso, é iniciado com uma análise do mercado financeiro indiano no que tange ao financiamento do desenvolvimento do país, tendo em vista os problemas de carência de crédito assinalados no primeiro capítulo e as características do NBD, com base na discussão realizada no segundo capítulo. A partir disso, são analisados três empreendimentos, os quais são comparados a outros projetos semelhantes já em curso, financiados por outros BMDs.

2 A TRAJETÓRIA ECONÔMICA PÓS INDEPENDÊNCIA DA ÍNDIA E OS GARGALOS DE INFRAESTRUTURA

A Índia, atualmente, é uma nação dinâmica, caracterizada por um otimismo em relação ao seu futuro e já absorvendo os benefícios de sua recente internacionalização, ao mesmo tempo em que busca reduzir uma pobreza que aflige centenas de milhões de pessoas (MALONE, 2011). Para compreender esta realidade peculiar, o conhecimento de sua trajetória até o momento atual faz-se necessário, uma vez que a Índia contemporânea

[...] is a product of historical processes, whether with regard to its geographical boundaries, broad political and economic structures, or social categories such as caste and religious identity that continue to have great political import. [...] Contending interpretations of the past are a decisive factor in virtually all current political debates especially with regard to economic and also foreign policy.¹ (MALONE, 2011, p. 45).

As heranças da época em que o país esteve sob domínio colonial e dos conturbados eventos subsequentes ainda encontram-se presentes na economia, cultura e sociedade da Índia - condição que, vale ressaltar, é compartilhada com a maioria dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento da atualidade. Seria incompleto, portanto, estudar a contemporaneidade deste país, demograficamente vasto, culturalmente peculiar e religiosamente heterogêneo sem uma breve recapitulação de sua trajetória até o presente. A primeira seção do presente capítulo, portanto, objetiva realizar um estudo da trajetória econômica indiana desde sua independência até meados da década de 1990. A seção abrange os principais dilemas socioeconômicos do país no pós-independência, a política econômica implementada para superá-los e a transição de uma economia altamente protecionista para um alto grau de liberalismo econômico. Paralelamente, são abordados os principais acontecimentos internacionais que impactaram nas decisões de política econômica e externa da época e que refletem na forma como a Índia conduz, atualmente, sua economia e suas relações externas, sobretudo com outras nações em desenvolvimento.

A segunda seção apresenta um estudo aprofundado da economia indiana a partir do período denominado de pragmatismo econômico, inaugurado pelas reformas liberalizantes da

¹ “[...] é um produto de processos históricos, seja no que diz respeito às suas fronteiras geográficas, amplas estruturas políticas e econômicas, ou categorias sociais como a casta e a identidade religiosa que continuam a ter grande importância política. [...] Interpretações recorrentes do passado são um fator decisivo em praticamente todos os debates políticos atuais, especialmente no que diz respeito à política econômica e também à política externa.” (MALONE, 2011, p. 1, tradução nossa).

década de 1990 e que parece estender-se até a atualidade. Analisa-se o desempenho dos indicadores econômicos do país e sua reorientação externa, a fim de fornecer um quadro do geral de como a Índia adentrou no século XXI.

Com isso, a terceira seção apresenta a continuidade de obstáculos econômicos antigos e os novos desafios impostos à Índia na virada do século. São analisados os principais indicadores econômicos e seu comportamento, em particular em relação aos impactos da crise financeira de 2008. A ênfase recai sobre o setor de infraestrutura, os principais problemas infraestruturais do país e algumas medidas tomadas até o momento para solucioná-los. Paralelamente, são traçadas as semelhanças destes impasses em relação a outras economias emergentes, relação cuja a pertinência é justificada por Lima (2008), ao referir-se à China e à Índia (ainda que sua análise possa ser estendida a uma gama de países em desenvolvimento):

As reformas estabelecidas nos dois países não foram particularmente pró-pobreza; as desigualdades persistem, seja com relação ao desenvolvimento dos recursos humanos (educação e saúde para os pobres) seja no acesso à infra-estrutura, principalmente no meio rural. (LIMA, 2008, p. 96).

Ou seja, se por um lado a Índia exibe um ótimo desempenho econômico, por outro enfrenta, ainda, impasses herdados da época colonial e que são comuns à grande maioria dos países em desenvolvimento. Destes, a infraestrutura deficiente se sobressai. A quarta seção, portanto, discute a importância de uma infraestrutura desenvolvida e eficiente para o desenvolvimento econômico e os principais desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, e pela Índia em particular, para alcançá-la.

A seção seguinte aplica a discussão prévia às necessidades indianas em particular. Realiza-se uma análise do setor de infraestrutura da Índia com vistas a apontar seus gargalos e os principais desafios para que o mesmo possa se desenvolver. Em particular, examina-se o financiamento dos projetos de infraestrutura, o dilema da lacuna de financiamento verificada no setor e a viabilidade de as instituições financeiras existentes suprirem a crescente demanda por crédito para dar continuidade ao rápido crescimento do país.

Com isso, a quinta seção traz uma possível solução para estes problemas que, além de afetarem a Índia, são comuns à maioria dos países em desenvolvimento, inaugurada recentemente no âmbito dos países em desenvolvimento. Neste contexto, ao voltar-se, novamente às nações em desenvolvimento buscando uma melhor cooperação e que vise a solucionar problemas análogos,

o país garante “[...] uma credencial de manutenção dos vínculos ‘terceiro-mundistas’ que acompanham a Índia desde a independência, em 1947.” (GABRIEL; CARVALHO, 2015, p. 55). À guisa da conclusão, o capítulo retoma os principais assuntos discutidos e impasses apresentados, que guiarão o desenvolvimento do capítulo subsequente.

2.1 DA INDEPENDÊNCIA ÀS REFORMAS DE 1990

A Índia, tal como a grande maioria dos países de industrialização retardatária (*late-comers*), possui, em meio a sua história milenar, um longo período de subjugação a uma potência estrangeira. Os dois séculos de dominação inglesa sobre a Índia caracterizaram-se pela típica lógica colonial praticada na época: “While India’s commodities fed the industrial revolution in the United Kingdom, this led to the stagnation of its own economy, which served as a significant market for Britain’s manufactured goods.”² (MALONE, 2011, p. 76).

A independência indiana se deu em meio à onda de descolonização afro-asiática ocorrida na metade do século XX, a qual fora propulsionada sobretudo pelo declínio dos impérios coloniais, pela atuação transnacional do capital e pelo amadurecimento dos movimentos de libertação nacional (VISENTINI, 2011). A emancipação indiana, todavia, não foi pacífica, visto que “[...] a política colonial britânica, caracterizada pelo fomento das divisões internas, e as manobras que envolveram o processo de descolonização do subcontinente indiano resultaram na partilha deste e na eclosão de conflitos étnicos e nacionais que ainda persistem.” (VISENTINI, 2011, p. 43).

Como consequência tanto do sistema colonial como do tumultuado processo de descolonização, a Índia independente se inseriu na economia mundial de forma marginal e com uma série de problemas econômicos e sociais. De fato, o país herdou uma economia que figurava entre as mais pobres do mundo em termos *per capita*, totalmente estagnada, com o desenvolvimento industrial paralisado e a produção agrícola incapaz de alimentar sua população em rápido crescimento (MALONE, 2011).

Na esfera política, “[...] uma das prioridades do processo de consolidação da nação no pós-independência era a adoção de políticas que permitissem a acomodação dos diversos

² “Enquanto as commodities da Índia alimentaram a revolução industrial no Reino Unido, tal prática acarretou na estagnação de sua própria economia, a qual serviu como um significativo mercado para os produtos manufaturados da Grã-Bretanha.” (MALONE, 2011, p. 76, tradução nossa).

estamentos sociais presentes na Índia naquela época, no contexto de um regime democrático.” (SCHATZMANN, 2010, p. 44). Logo, a Índia adotou o sistema parlamentarista com direito de voto universal, além de uma forte centralização estatal, devido sobretudo ao receio de desagregação do país - o qual, vale ressaltar, persiste até os dias atuais (DESAI, 2002).

Visto que em 1947 o setor industrial indiano figurava entre os mais antigos do mundo, predominava no ambiente político a ideia de que o país havia sido desindustrializado pela dominação inglesa e, portanto, a industrialização deveria constituir-se na prioridade da política econômica (DESAI, 2002). Neste sentido, o livre-comércio e o influxo de capital estrangeiro deveriam ser evitados e a Índia se tornaria um país industrializado de maneira autossuficiente e coordenada pelo Estado (DESAI, 2002). Portanto, inicialmente sob a presidência de Jawaharlal Nehru, a política econômica do país, pautada nos chamados Planos Quinquenais³, caracterizou-se pelo modelo de Substituição de Importações e previa, dentre outros aspectos, alto grau de protecionismo econômico e intervencionismo estatal em setores-chave da economia, tais como infraestrutura e instituições financeiras, dentre outras atividades produtivas (OLIVEIRA; TUHTENHAGEN; HAFFNER, 2011).

Ademais, nos anos que se seguiram à independência, a Índia gozou de ampla ajuda externa para a importação de itens vitais, tais como alimentos e combustíveis, bem como realizou vultosos empréstimos de longo prazo junto ao Banco Mundial para financiar obras de infraestrutura (MALONE, 2011). Logo, a política externa indiana esteve estreitamente vinculada às suas necessidades econômicas domésticas, podendo ser definida por duas características centrais: o não-alinhamento e a neutralidade. Esta orientação Nehruviana de secularismo, socialismo e não-alinhamento prevaleceu na política indiana nos trinta anos que se seguiram à sua independência, tendo em vista a relativa continuidade política que se seguiu.

A postura internacional adotada pela Índia permitiu defender seus interesses “[...] sem aderir a um dos lados da Guerra Fria e, ao mesmo tempo, desempenhar papel internacional relevante sem precisar contar com forte poderio militar e econômico naquela altura.” (GABRIEL; CARVALHO, 2015, p. 60). Nesta lógica, a Índia delineou uma forte cooperação com países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, em busca de um crescimento econômico que propiciasse a superação de mazelas sociais que atingiam praticamente todas as nações recém

³ Planos de desenvolvimento de longo prazo, que enfatizam áreas específicas da economia indiana a serem desenvolvidas. Os planos são reformulados a cada 5 anos, sendo que a Índia pauta sua política econômica nesses planos desde a independência (NASSIF, 2008).

descolonizadas. Esta tendência foi consolidada na conferência afro-asiática realizada em Bandung, Indonésia, em 1955, bem como na criação, seis anos depois, do Movimento dos Países Não-Alinhados⁴ (VISENTINI, 2011). Além de constituir-se em um grande defensor da descolonização, com postura ativa nos eventos acima mencionados, a Índia atuou ativamente em outras organizações multilaterais, a exemplo de sua participação em diversas operações de paz da ONU (GANGULY; PARDESY, 2009).

Já delineava-se naquele período uma cooperação com países como o Brasil e a África do Sul, que no século seguinte se consolidaria através de uma cooperação estreita e inauguração de mecanismos financeiros e institucionais conjuntos, no âmbito do fórum conhecido como BRICS. Na época, a coordenação bem sucedida entre Índia e Brasil culminou na inclusão do princípio do tratamento diferenciado para os países em desenvolvimento no âmbito do GATT (GUIMARÃES, 2006). No que tange à Rússia e à China, países que também compõem o BRICS, observa-se uma aproximação econômica e militar com a primeira, ao passo que com a China prevalece uma rivalidade que é consubstanciada em uma guerra fronteiriça desde 1962 (GABRIEL; CARVALHO, 2015).

A partir da década de 1960, teve início o período que Malone (2011) caracterizou como Realismo Pragmático, pautado no socialismo e na autocracia. Já se verifica, todavia, uma abertura econômica gradual, e a Índia torna-se, nesse período, a décima maior potência industrial do mundo e um dos líderes mundiais na produção agrícola, no âmbito da chamada ‘Revolução Verde’⁵, além de lograr uma diversificação produtiva em favor de setores como o químico e o de bens de capital (MALONE, 2011).

Em contraste, a chamada ‘taxa de crescimento hindu’⁶ permaneceu baixa, com uma média de 3,5% ao ano e 1,3% em termos *per capita* (DESAI, 2002), o elevado índice de pobreza persistiu, e o setor privado permanecia pouco desenvolvido (MALONE, 2011). Assim, acerca do desempenho econômico das duas primeiras décadas da Índia independente, pode-se inferir que

⁴ Movimento formado pelos países recém descolonizados à época, que pregavam a neutralidade e o não-alinhamento a nenhum dos lados em disputa na Guerra Fria, bem como buscavam formas de superar o atraso econômico e aumentar sua voz nas instituições multilaterais. (VISENTINI, 2011).

⁵ Política exitosa implementada por Indira Gandhi com a finalidade de superar a escassez crônica de alimentos. Pautou-se no experimento com grãos e sementes híbridas que pudessem expandir sua produção pelo Norte do país e contou com vasta ajuda de doadores e pesquisadores internacionais (MALONE, 2011).

⁶ Apelido atribuído às baixas taxas de crescimento econômico apresentadas pela Índia até a década de 1980, em comparação ao rápido crescimento dos Tigres Asiáticos (OLIVEIRA; TUHTENHAGEN; HAFFNER, 2011).

No plano interno a política de substituição de importações e o regime semi-autárquico vigente durante as décadas de 50 a 70 constituíram desestímulo a investimentos externos, o que prejudicou o processo de crescimento econômico do país, durante esse período e posteriormente, e assim pouco contribuiu para a construção de uma necessária infra-estrutura física e para o fortalecimento das instituições sociais que ajudariam a diminuir a pobreza. A difícil situação interna contribuiu para projetar no exterior uma imagem de grande desigualdade econômica e social: de um lado viviam milhões de pessoas, em condições precárias e em extrema pobreza, pertencentes às castas mais baixas, dentre as quais os intocáveis (*harijans* ou *dalits*), e do outro uma minoria abastada e uma classe média emergente, mas ainda pouco expressiva em relação à população total. (GUIMARÃES, 2008, p. 8).

Com a crise econômica desencadeada após o primeiro choque de petróleo de 1973, este cenário de elevada ineficiência microeconômica, alto nível de degradação social, sistema de infraestrutura débil e precários mecanismos de inserção internacional (NASSIF, 2006) impôs ao país a necessidade de reorientar sua política econômica. Indira Gandhi iniciou reformas que seriam intensificadas na década subsequente, tais como concessões ao setor privado, rígido controle sobre o trabalho e retração da intervenção estatal na economia, implementadas com o objetivo central de fomentar o crescimento econômico (OLIVEIRA; TUHTENHAGEN; HAFFNER, 2011). Com efeito, o país logrou, até o final da década, uma relativa estabilidade econômica, com um balanço de pagamentos equilibrado, uma inflação baixa e uma posição em reservas internacionais relativamente confortável (NASSIF, 2006).

Contudo, com o novo aumento dos preços internacionais do petróleo, em 1979, os indicadores econômicos deterioraram-se drasticamente, evidenciando “[...] que o modelo de desenvolvimento econômico indiano, com características praticamente autárquicas e grau bastante elevado de intervenção do Estado, não seria sustentável no longo prazo.” (NASSIF, 2006, p. 29). A partir de 1980, as reformas iniciadas na década anterior são intensificadas sob a liderança de Indira Gandhi, que volta à presidência do país após três anos de gestão do governo *Janata*.

Inaugurava-se o período de promoção das exportações (VIRMANI, 2006), o qual foi consolidado na segunda metade da década, sob o governo de Rajiv Gandhi. As reformas deste período incidiram sobretudo na eliminação gradual dos licenciamentos industriais e no relaxamento das licenças de importação, além de contemplar as exportações, mediante a concessão de incentivos, a redução dos direitos de monopólio do governo na importação de determinados itens, e uma minirreforma tributária, visando reduzir os custos da produção industrial (NASSIF, 2006).

Esta nova orientação econômica foi em grande medida influenciada pelo contexto internacional, o qual caracterizava-se pela ascensão do neoliberalismo, consubstanciado nas figuras de Margaret Thatcher, primeira ministra do Reino Unido, e de Donald Reagan, presidente dos Estados Unidos. Em um período caracterizado por crises financeiras em grande parte dos países em desenvolvimento, a política de crescimento com poupança externa possibilitada pela abertura financeira, passou a ser largamente incentivada por instituições multilaterais. Como consequência, “[...] a adoção da estratégia de crescimento com poupança externa parecia constituir a linha de menor resistência para o financiamento do crescimento dos emergentes, sobretudo em um momento de abundância de capitais.” (BRESSER-PEREIRA; GONZALEZ; LUCINDA, 2008, p. 330).

A estratégia adotada pela Índia insere-se nessa lógica. Alguns autores atribuem o crescimento do país nessa década, sobretudo, “[...] às políticas fiscais expansionistas e outras políticas de estímulo à demanda agregada, das quais resultaram déficits crescentes (e insustentáveis) em conta-corrente” (NASSIF, 2006, p. 56). Para financiar estes déficits, a Índia passou a atrair fluxos crescentes de capitais externos sem que, em contrapartida, a receita das exportações fosse suficiente para pagar a dívida então contraída (DESAI, 2002). Dentre os impactos nocivos desta estratégia, ressalta-se que

[...] os elevados déficits fiscais, para alguns analistas não-sustentáveis a longo prazo, têm reduzido sobremaneira a capacidade de promover investimentos públicos em infraestrutura. Prova disso é que a maioria dos analistas concorda que, à exceção do setor de telecomunicações, que experimentou alguma melhora na oferta e na qualidade dos serviços oferecidos no período recente, o restante da infra-estrutura física indiana, quer por ter ficado praticamente intocada pelas reformas, ou por conter sérios estrangulamentos em razão da falta de investimentos, continua funcionando de forma precária. (NASSIF, 2006, p. 59).

Este modelo durou até o final da década de 1980, logrando um crescimento médio do PIB de 10,5% em 1990, em comparação a 4,5% nos cinco anos antecedentes (NASSIF, 2006). Em síntese, pode-se inferir que a década de 1980, na Índia,

[...] representou o rompimento com o protecionismo de uma indústria ineficiente e pouco competitiva no mercado internacional e a adoção de uma nova estratégia de crescimento que influenciou positivamente a eficiência e o comportamento dos investimentos, contribuindo para o aumento da taxa de crescimento. Contudo, é importante ressaltar que o crescimento industrial dos anos 1980 não aumentou significativamente, encontrando-se nos patamares das décadas de 1950 e 1960. Portanto, as taxas relevantes de crescimento se deram em função das altas taxas de investimento e do aumento da

produtividade industrial, facilitados pelos investimentos públicos. (OLIVEIRA; TUHTENHAGEN; HAFFNER, 2011, p. 115).

A reduzida sustentabilidade desta estratégia de crescimento passou a ser evidenciada no final da década, quando, além do déficit fiscal e do endividamento externo crescentes, se sucedeu o colapso da União Soviética, maior parceira comercial da Índia, com impactos negativos sobre as exportações indianas e sobre o fornecimento de equipamentos e assistência militar para o país (GUIMARÃES, 2008). Ademais, como consequência da Guerra do Golfo (1991), milhares de indianos foram repatriados, acarretando uma redução das remessas de dinheiro para a Índia, ao mesmo tempo em que se observava um aumento significativo dos preços do petróleo e, conseqüentemente, uma intensificação do déficit no balanço de pagamentos do país (MALONE, 2011).

Como resultado, verifica-se, entre os anos de 1990 e 1991, uma queda drástica nas reservas cambiais indianas, um déficit fiscal bruto de 12,7% do PIB, uma queda do crescimento econômico para 1,1% e uma dívida pública da ordem de 53% do PIB, além de uma dívida de US\$ 1,9 bilhão junto a Instituições Financeiras Multilaterais (MALONE, 2011). A década de 1980, portanto, encerra com “[...] desafios extraordinários para a Índia, com exigências de adaptação econômica, ajustes políticos internos e de sua política externa.” (GUIMARÃES, 2008, p. 13).

2.2 AS REFORMAS DE 1990

No início dos anos 1990, o governo do então Primeiro Ministro Narasimha Rao (sucessor de Rajiv, que fora assassinado) enfrentava uma crise econômica sem precedentes na história da Índia soberana, a qual exigia a adoção de medidas urgentes para ser contornada. Como solução tradicional às crises econômicas, firmou-se um amplo acordo com o FMI, o qual exigia, em contrapartida, condicionalidades tanto às políticas econômicas de curto prazo (fiscal, monetária e cambial), como de longo prazo, tais como a industrial, de comércio exterior, Investimento Estrangeiro Direto (IED) e sistema financeiro (NASSIF, 2006).

Assim, impulsionado pelas conjunturas externa e doméstica, o governo indiano iniciou uma série de mudanças na condução política econômica do país, inaugurando o período conhecido como pragmatismo econômico, o qual parece estender-se até os dias atuais

(MALONE, 2011). As reformas implementadas tinham caráter estrutural, uma vez que se estendiam sobre a política industrial, em especial visando a extinção dos mecanismos de licenciamento industrial; sobre o comércio exterior e câmbio, cujas características centrais constituíam-se na redução de tarifas e desvalorização da rúpia para fomentar as exportações; sobre o IED e o movimento de capitais, ambos caracterizados por ampla liberalização; e sobre o sistema financeiro e mercado de capitais, igualmente liberalizados, além de adequados aos níveis de capitalização e padrões internacionais (NASSIF, 2006).

Não obstante, as reformas liberalizantes foram adotadas juntamente a políticas governamentais orientadas para o desenvolvimento, uma vez que manteve-se o “[...] papel estratégico do Estado na coordenação de políticas econômicas e na atuação direta em setores fundamentais para assegurar o desenvolvimento econômico” (NASSIF, 2006, p. 70), figurando, dentre os principais setores, a defesa nacional e os serviços de infraestrutura (NASSIF, 2006).

Em consonância com a linha da política econômica doméstica, a política externa indiana passou a concentrar-se no estabelecimento de parcerias econômicas que propiciassem a atração de capital estrangeiro para o país e que possuíssem um amplo mercado consumidor para as exportações indianas (OLIVEIRA; TUHTENHAGEN; HAFFNER, 2011). A aproximação com a China constituiu-se em um dos maiores avanços neste sentido, especialmente no que concerne às trocas comerciais, que cresceram de US\$ 117 milhões em 1987 para quase US\$ 42 bilhões em 2008 - 2009 (MALONE, 2011). A maior cooperação internacional consiste em uma outra face desta nova orientação externa, uma vez que, após o final da Guerra Fria, a Ásia “[...] passa por um movimento acelerado de integrações regionais, fóruns de cooperação e articulações mundiais, como os BRICS, como forma de alterar sua posição no mundo.” (VISENTINI, 2011, p. 107).

Esta nova orientação das políticas econômica e externa condicionaria à Índia o *status* de potência emergente, com influência expressiva sobre o mundo em desenvolvimento, sobre as instituições globais e sobre as relações de poder entre as grandes potências (MALONE, 2011). O desempenho dos indicadores econômicos é um dos principais fatores que contribuíram para este novo posicionamento da Índia no cenário internacional: após 1993, o PIB do país cresceu a taxas, sem precedentes, de 6 a 7% ao ano, atingiu uma média de 8,6% entre 2003 e 2007, e o pico de 9% em 2007 (MALONE, 2011); atualmente, o país tem um PIB de US\$ 9,447 trilhões, o qual apresentou crescimento de 6,7% em 2017, consolidando-se na 4ª posição no ranking mundial (CIA, 2018). No que tange ao comércio externo, o país aumentou suas trocas comerciais com o

restante do mundo em 550% entre 1991 e 2006 (OLIVEIRA; TUHTENHAGEN; HAFFNER, 2011). Suas reservas internacionais atingiram o montante de US\$ 75,4 bilhões em 2003, resultado devido, sobretudo, ao crescimento dos influxos de capitais, representados pela entrada de investimentos de portfólio, pelas remessas de indianos não-residentes para Índia e pelo IED (DE PAULA; FERRARI FILHO, 2006).

Apesar destes números impressionantes, o influxo de IED para a Índia foi aquém do esperado e relativamente baixo se comparado a outras economias emergentes médias e grandes (DE PAULA; FERRARI FILHO, 2006). Isto se sucedeu, em grande medida,

[...] em função de suas regulamentações ainda altamente burocráticas, da resistência das indústrias locais e da inadequação de sua estrutura legal. Os constrangimentos domésticos indianos ao investidor estrangeiro podem ser divididos entre os governamentais, representados por uma má administração fiscal, intermediação financeira, inadequação das leis trabalhistas e financeiras, e os problemas de infraestrutura, como cortes de energia constantes, telecomunicações inadequadas e o baixo investimento em portos e ferrovias. (VISENTINI, 2011, p. 83).

Neste sentido, análises econômicas à época já enfatizavam a necessidade de desenvolver a infraestrutura indiana a fim de sustentar o rápido crescimento econômico do país, visto que o desenvolvimento de infraestrutura e a necessidade de reestruturar sua provisão, por parte do setor público, constituíam-se em medidas urgentes para que o IED fosse atraído (DESAI, 2002). Isto se deve em função de que, políticas de longo prazo, nas quais se inclui a infraestrutura, maximizam “[...] os resultados esperados em termos de grandes transformações econômicas e sociais quando são adotadas simultaneamente políticas macroeconômicas (monetárias, fiscais e cambiais) direcionadas para o crescimento econômico.” (NASSIF, 2006, p. 72).

Assim, a Índia encerrou o século XX com diversos problemas estruturais, tais como o excesso de burocracia, uma economia altamente regulamentada, um alto custo financeiro e uma infraestrutura precária (VISENTINI, 2011). Apesar disso, o desempenho nos primeiros 50 anos da Índia soberana é admirável, visto que, de um território enfraquecido por 200 anos de domínio colonial, o país “[...] tornou-se a grande potência do Oceano Índico e goza de autoconfiança, tanto devido ao seu crescimento econômico quanto ao realinhamento das suas alianças internacionais.” (VISENTINI, 2011, p. 108). Assim, a ‘Índia que reluz’⁷, “[...] país que tinha todas as condições para ficar confinado às condições iniciais de isolamento e

⁷ Termo que faz referência ao rápido crescimento e desenvolvimento econômico indiano após as reformas de 1990.

subdesenvolvimento, logrou transformar sua economia, atrair investimentos externos de qualidade e construir uma indústria capaz de competir entre as mais fortes do mundo através de políticas apropriadas.” (OLIVEIRA; TUHTENHAGEN; HAFFNER, 2011, p. 128).

2.3 A CONTINUIDADE DOS OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO: A ÍNDIA NO SÉCULO XXI

A Índia adentrou o século XXI exibindo um crescimento econômico vigoroso, o qual ficou, em média, 8,8% ao ano entre 2004 e 2008, o mais alto do grupo dos maiores mercados emergentes do mundo (WORLD BANK, 2018a). Este crescimento foi impulsionado sobretudo pelo aumento do investimento privado, o qual apresentou um crescimento médio de 40% entre 2003 e 2007 (SCHATZMANN, 2010). Isto se deve, dentre outros fatores, à melhoria das condições de demanda, ao aumento do crédito destinado ao setor privado e às baixas taxas de juros. Percebe-se, ademais, uma relação entre este aumento do investimento privado e a ampliação do investimento público em infraestrutura, fomentado pelo governo justamente com o intuito de impulsionar os investimentos privados no país. Como consequência, embora a porcentagem do investimento público em relação ao investimento total tenha diminuído na primeira década do século, o capital destinado à infraestrutura apresentou aumento expressivo, chegando a corresponder a 5% do PIB indiano em 2007 (SCHATZMANN, 2010).

O cenário internacional, caracterizado pelo crescimento da economia global e pela alta liquidez, colaborou em grande medida para a manutenção de taxas de expansão tão expressivas naquele período. De 2004 a 2008 o influxo de capitais para a Índia atingiu a média de US\$ 44 bilhões ao ano, superior à média de US\$ 10 bilhões nos três anos anteriores (WORLD BANK, 2018a). Esta entrada de capitais no país teve como principais implicações o crescimento expressivo da relação crédito/PIB, da taxa de investimento e das exportações indianas (WORLD BANK, 2018a).

Contudo, a eclosão da crise financeira de 2008 teve impactos profundos no país, em decorrência, sobretudo, do alto grau de liberalização da economia indiana em meados do século. Isto se sucedeu pois

Países com sistemas bancários e financeiros frágeis, dotados de mercados de capital pouco desenvolvidos, com baixa capacidade de regulamentação e de supervisão, correm

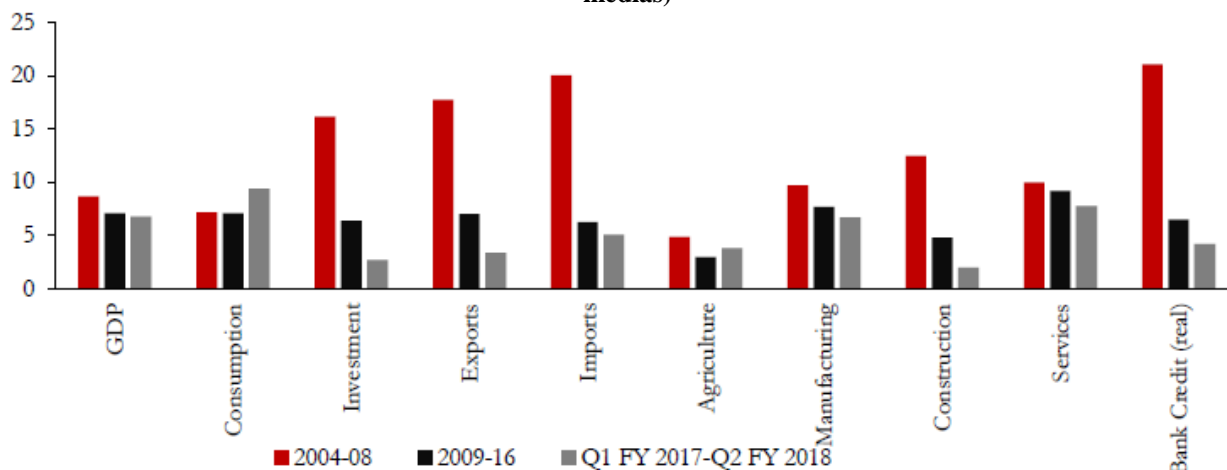
riscos mortais ao permitirem o livre fluxo dos capitais. Esse perigo se manifesta tanto por meio do ingresso excessivo de recursos, gerando bolhas de investimento e depreciando a moeda local, quanto, no sentido inverso, pela fulminante e maciça retirada em momentos de pânico, dando origem à ‘morte súbita’. (RICÚPERO et al., 2008, p. 188).

A crise, portanto, afetou profundamente o crédito destinado ao setor privado, o qual tem apresentado trajetória declinante desde então, impactando negativamente os investimentos realizados no país. Assim, estes passaram a apresentar uma taxa média de 1,5% do PIB desde 2012, após atingir o pico de 36% entre 2007 e 2008 (WORLD BANK, 2018a). Grande parte dessa redução deve-se à retirada de investimentos privados do país, a qual pode ser considerada, ao menos em parte, resposta à queda do investimento público em setores-chave para o crescimento econômico, uma vez que

O declínio do investimento público, incentivado pela dificuldade encontrada pelo governo em aumentar impostos e, conseqüentemente, suas receitas, têm se apresentado como um elemento importante de restrição ao crescimento indiano. Isso porque os gastos governamentais incluem investimentos em infra-estrutura e geração de demanda. Com a redução dos gastos em infra-estrutura, o capital estrangeiro e os investidores privados não encontram incentivos para ampliar ou iniciar plantas industriais. Esse ponto de estrangulamento infra-estrutural que restringe o crescimento industrial se revela na queda crescente da participação da indústria no PIB, em benefício do setor de serviços – essa alta da participação no setor terciário, em detrimento do crescimento do setor industrial leva alguns autores a falarem numa “nova desindustrialização indiana”, dessa vez, advinda de motivos diferentes da ocorrida na época da dominação britânica. (OLIVEIRA; TUHTENHAGEN; HAFFNER, 2011, p. 125).

Dessa forma, embora o país tenha recuperado e estabilizado suas taxas de crescimento econômico após a recessão, outros índices centrais para a continuidade desta expansão no longo prazo permanecem em níveis inferiores às suas taxas pré-crise. Tal como os investimentos e o crédito, as exportações indianas diminuíram sua fatia no comércio global, bem como a produção manufatureira perdeu espaço para o setor terciário (WORLD BANK, 2018a). A trajetória declinante destas variáveis, somada à elevada inflação e aos déficits fiscal e em conta corrente, fez com que a recuperação da economia indiana fosse uma das mais lentas dentre todas as economias emergentes (WORLD BANK, 2018a). O desempenho das variáveis supracitadas, antes e após a crise financeira, encontra-se ilustrado na figura 1.

Figura 1 - Índia: comportamento de setores-chave antes e após a crise (comparação por médias)



Fonte: World Bank (2018a, p. 44).

Embora grande parte dos setores ilustrados pelo gráfico tenha sofrido declínio, é notável a queda do crédito bancário, do investimento e da construção civil, setores cruciais para a expansão da capacidade produtiva e consequente crescimento a longo prazo de uma economia. Ademais, embora o declínio das importações e exportações seja igualmente notável, pode-se supor que o impacto dessa queda sobre a economia foi amenizado pelo aumento do consumo, única variável que apresentou crescimento após a crise, tendo em vista o amplo mercado consumidor doméstico do país.

Consequentemente, se por um lado a Índia exibe um rápido crescimento econômico, por outro lado variáveis centrais para que o mesmo se sustente no longo prazo continuam inadequadas às necessidades de uma potência econômica com um crescimento tão vigoroso (MALONE, 2011). Ademais, o país ainda possui o desafio de lidar com problemas estruturais que o fazem figurar no topo do ranking dos piores indicadores sociais do mundo.

Dos 1,28 bilhão de habitantes da Índia, 21,9% vive abaixo da linha da pobreza, 60,4% não possui acesso a instalações sanitárias em condições consideradas adequadas e 237,4 milhões de pessoas não possuem energia elétrica (CIA, 2018). Além disso, o acesso à educação é majoritariamente restrito às famílias de renda elevada, acarretando uma taxa de alfabetização de 71,2% da população, sendo que, considerando-se somente as mulheres, este indicador se reduz para 60,6% (CIA, 2018). Associada a esses problemas, persiste ainda “[...] uma forte disparidade regional, com o sistema de castas ainda atuando no sentido do incremento das desigualdades sociais.” (LIMA, 2008, p. 92).

Deste modo, a Índia encontra-se frente ao dilema de superar problemas sociais profundos ao mesmo tempo em que precisa recuperar indicadores centrais de sua economia. Isto requer investimentos que proporcionem uma maior inclusão social e incentivem o fluxo de capitais para o país, tornando evidente, portanto, que “[...] a infra-estrutura de estradas, energia [...] e saneamento básico, são problemas que a Índia terá de enfrentar, se quiser atingir um crescimento sustentável.” (LIMA, 2008, p. 92). Ao encontro com as ideias expostas acima, Kamallesh Chakrabarty, ex vice-presidente do Banco Central da Índia, assinala que

Post the advent of the global crisis, we live in uncertain times. The growth rate of the Indian Economy is diminishing by the quarter and a recovery continues to elude. But amidst this scenario of persistent gloom, high inflation, political uncertainties, etc., if one looks for a catalyst that can revive the economy, put the domestic growth engine back on track and ensure an inclusive growth, *the most potent option available is investment in creation of better all round infrastructure*. Provision of better infrastructural facilities such as irrigation, electrification, roads, drinking water, sanitation, housing, community IT service, etc. to the rural centres would enable mainstreaming of a vast majority of the rural population and helping them to positively contribute to domestic growth through their entrepreneurial or farm based activities. (CHAKRABARTY, 2013, p. 2, grifo nosso)⁸.

Tendo em vista as análises acima, percebe-se uma consonância no que tange à carência de uma infraestrutura bem desenvolvida a fim de superar obstáculos socioeconômicos e manter, no longo prazo, o elevado ritmo de crescimento exibido pela Índia atualmente. A próxima seção, portanto, discute a importância de uma infraestrutura desenvolvida e eficiente para o desenvolvimento econômico e os principais desafios enfrentados pelas economias emergentes, e pela Índia em particular, para alcançá-la.

⁸ “Após o advento da crise global, vivemos em tempos de incerteza. A taxa de crescimento da economia indiana está diminuindo no trimestre e a recuperação continua a escapar. Mas em meio a esse cenário de persistente pessimismo, inflação alta, incertezas políticas, etc., se procurarmos um catalisador capaz de revitalizar a economia, colocar o motor de crescimento doméstico de volta nos trilhos e garantir um crescimento inclusivo, a opção mais poderosa disponível é investimento na criação de melhor infraestrutura geral. A oferta de melhores facilidades infraestruturais, tais como irrigação, eletrificação, estradas, água potável, saneamento, habitação, serviços comunitários de TI, etc. aos centros rurais possibilitaria a integração de uma vasta maioria da população rural e lhes ajudaria a contribuir positivamente para o crescimento doméstico através de suas atividades empreendedoras ou agrícolas.” (CHAKRABARTY, 2013, p. 2, tradução nossa).

2.4 INFRAESTRUTURA COMO VETOR PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Antes de adentrar as questões infraestruturais da Índia em particular, uma breve explanação do termo e de sua importância para o desenvolvimento econômico de um país é necessária. O termo infraestrutura refere-se aos sistemas físicos básicos de uma empresa ou nação, tais como transporte, telecomunicações, estradas, irrigação e sistemas elétricos, categorizados como infraestrutura econômica, e abastecimento de água, sistemas de esgoto, hospitais e instalações escolares, denominados infraestrutura social (SAWADA, 2015). Projetos de infraestrutura requerem, em geral, investimentos de alto custo, os quais podem ser financiados por instituições públicas nacionais ou multilaterais, instituições financeiras privadas, mercados de capitais e parcerias público-privadas (YELLURKAR, 2018).

Uma infraestrutura bem desenvolvida é imprescindível para o crescimento e desenvolvimento econômico de qualquer país, uma vez que aumenta o potencial de expansão da produtividade, garantindo maior lucratividade a longo prazo, e criando, portanto, um ambiente favorável para o fluxo de IED (KAUR; KHATUA; YADAV, 2016). A título de exemplo, uma infraestrutura de transporte bem desenvolvida diminui custos de transação e facilita o fluxo de mercadorias, constituindo-se em um incentivo para o comércio internacional de um país; vantagens que podem ser estendidas a outras categorias de infraestrutura, tais como as telecomunicações (KAUR; KHATUA; YADAV, 2016). Ademais, estudos microeconômicos apontam que o desenvolvimento de infraestrutura é um componente indispensável para a redução da pobreza nos países (RAY, 2015).

É consenso, portanto, que uma infraestrutura bem desenvolvida e eficiente é fundamental tanto para o bem-estar da população quanto para o desenvolvimento econômico de um país. Não obstante, a realidade de grande parte das nações do planeta não condiz com esta situação, posto que mais de um bilhão de pessoas não possuem eletricidade, mais de 660 milhões não têm acesso a água potável, e uma em cada três pessoas não possui acesso a banheiros com descarga e infraestrutura de esgoto (EUROPEAN INVESTMENT BANK, 2017). Diante deste cenário, constata-se que estes países apresentam maior necessidade de desenvolver sua infraestrutura, a fim de superar a pobreza, a desigualdade e o desemprego, se comparados aos países desenvolvidos (WORLD BANK, 2011). Isto se deve, dentre outras razões, ao fato de que

In the least developed countries (LDCs), the proportion of urban population is expected to increase from 31 per cent in 2014 to 49 per cent in 2050. Such rapid growth demands significant investments at the subnational level, including in housing, public transport, water, and waste management. In some countries, subnational governments (SNGs) already contribute significantly to financing and delivering infrastructure, accounting for nearly 40 per cent of public investment. It is estimated that more than 70 per cent of infrastructure will be built in urban areas, and that by 2030 these investments could be greater than the \$50 trillion value of all the infrastructure in the world today. However, subnational governments, especially second-tier cities, face considerable challenges in mobilizing adequate revenue to meet recurrent expenditures and make long-term investments in support of inclusive and sustainable local development. LDCs face the steepest challenges. (UNITED NATIONS - UN, 2018, p. 18)⁹.

Paradoxalmente, as dificuldades de financiamento e execução dos projetos de infraestrutura são mais acentuadas nos países que mais apresentam urgência em desenvolvê-los. Isto ocorre porque a realização de projetos em países em desenvolvimento tende a ser tecnicamente longa, politicamente complexa e financeiramente onerosa, os recursos para assistência técnica e preparação de projetos são limitados e os governos são muitas vezes relutantes em pedir emprestado para tais projetos. Consequentemente, a atual arquitetura internacional tem sido deficiente em fornecer financiamento na escala e com as características necessárias para estas nações (WORLD BANK, 2011).

Projetos de infraestrutura envolvem diferentes etapas, as quais possuem uma série de riscos e custos, exigindo, portanto, um investimento alto que possivelmente trará retorno apenas no longo prazo. À medida que o projeto é realizado, os riscos envolvidos diminuem, sendo que os investidores nos estágios iniciais do empreendimento precisam levar em consideração os riscos presentes nas demais etapas do projeto (BHATTACHARYA; ROMANI; STERN, 2012). Tendo em vista que a infraestrutura dos países em desenvolvimento é, em geral, precária e pouco desenvolvida, as obras de infraestrutura nesses países demandam financiamento desde as etapas iniciais dos projetos. Isto implica uma série de riscos aos investidores e financiadores que, para

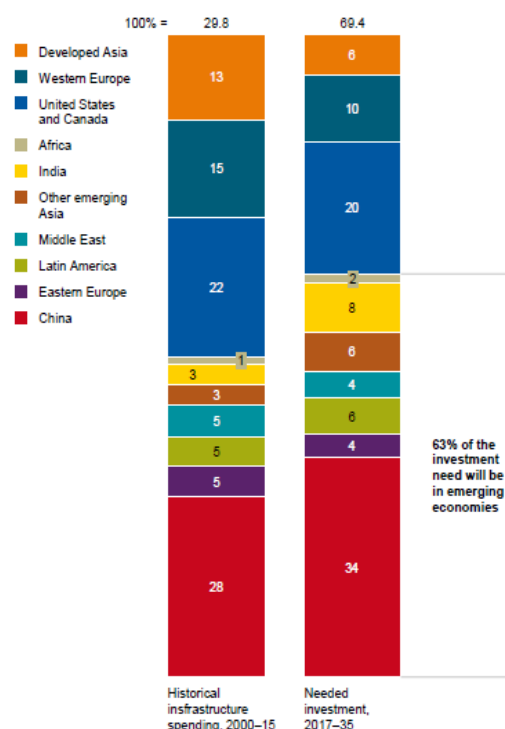
⁹ “Nos países menos desenvolvidos (LDCs), espera-se que a proporção da população urbana cresça de 31% em 2014 para 49% em 2050. Este rápido crescimento demanda investimentos a nível subnacional, incluindo habitação, transporte público, água e gestão de resíduos. Em alguns países, os governos subnacionais (SNGs) já contribuem significativamente para o financiamento e fornecimento de infraestrutura, respondendo por quase 40% do investimento público. Estima-se que mais de 70% da infraestrutura será construída em áreas urbanas e que, por volta de 2030, tais investimentos poderão ser superiores ao valor de US\$ 50 trilhões de toda a infraestrutura no mundo atual. No entanto, os governos subnacionais, especialmente as cidades de segundo nível, enfrentam desafios consideráveis na mobilização de receita adequada para cobrir os gastos recorrentes e realizar investimentos de longo prazo em apoio ao desenvolvimento local inclusivo e sustentável. Os países menos desenvolvidos enfrentam os maiores desafios.” (UNITED NATIONS - UN, 2018, p. 18, tradução nossa).

compensá-los, requerem retornos mais altos, tornando os projetos infraestruturais nos países em desenvolvimento mais onerosos (BHATTACHARYA; ROMANI; STERN, 2012).

Soma-se a isso uma série de problemas relacionados à qualidade e confiabilidade dos serviços de infraestrutura nos países em desenvolvimento, tais como quedas de energia, suspensões do fornecimento de água e interrupções nos serviços de infraestrutura. Estas adversidades encarecem os projetos e constituem-se em entraves a atividades econômicas produtivas e em restrições às empresas que desejam investir nestes países (WORLD BANK, 2011).

Dessa forma, muitas economias emergentes e grande parte dos países de baixa renda exigem um aumento expressivo nos investimentos em infraestrutura, a fim de aliviar as restrições ao crescimento, responder às pressões de urbanização e atingir metas cruciais para alcançar um crescimento inclusivo e sustentável (WORLD BANK, 2011). Como consequência, até 2035, faz-se necessário destinar cerca de dois terços do investimento mundial em infraestrutura às economias emergentes, sendo que a Ásia deverá corresponder a 54% destes investimentos, situação ilustrada pela figura a seguir.

Figura 2 - Necessidades de investimento: infraestrutura econômica, 2017 (% , US\$ trilhões, a preços constantes)



Fonte: Mckinsey (2017, p. 6).

São notáveis as necessidades de investimento em infraestrutura apresentadas pela região asiática e, em particular, pela China e pela Índia, sendo este último o país que apresentou maior crescimento, em termos proporcionais, de tais necessidades. Embora a região invista, anualmente, US\$ 881 bilhões em infraestrutura, faz-se necessário aumentar esse montante para US\$ 1,7 trilhão a fim de manter seu ritmo de crescimento econômico, erradicar a pobreza e responder às mudanças climáticas (ADB, 2017). Consequentemente, a lacuna de investimento em infraestrutura na região - ou seja, a diferença entre as necessidades e os níveis atuais de investimento - equivale a 2,4% do PIB projetado para o período de 2016 a 2020, percentual que, excluindo-se a China, aumenta para 5% (ADB, 2017).

No tocante à Índia em particular, nos últimos cinco anos o país constitui-se no mercado que apresentou o maior crescimento nos gastos destinados ao setor de infraestrutura no mundo, com uma média anual de 10% em termos reais, seguida pela China (7%) e pelos Estados Unidos (3%) (MCKINSEY, 2017). Este aumento tende a continuar, e o país deverá receber cerca de 8% do investimento global nos próximos 20 anos, uma vez que

Poor infrastructure is India's "Achilles heel" and weak infrastructure is costing India about 3-4% of lost GDP a year. To achieve the targeted real GDP growth rate of 8.4% in the Twelfth Five-Year Plan (2012–2017), the Government of India (GOI) estimates that infrastructure investment of about \$1 trillion will be required. Given the links between infrastructure and development, reducing the deficiencies and closing infrastructure gaps is the key to India's growth story (INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK - IADB, 2017, p. 16)¹⁰.

Tendo em vista a importância de uma infraestrutura bem desenvolvida para a promoção de um desenvolvimento com crescimento econômico sustentável, aliada às considerações trazidas sobre a Índia, a discussão acerca do setor no país se faz pertinente e necessária. A próxima seção, portanto, discute as questões acima aplicadas especificamente às necessidades indianas.

¹⁰ "Infraestrutura deficiente é o 'Calcanhar de Aquiles' da Índia, e a infraestrutura fraca está custando ao país cerca de 3% a 4% de perda do PIB anual. Para atingir a meta de crescimento real do PIB de 8,4% prevista no 12º Plano Quinquenal (2012-2017), o Governo da Índia (GOI) estima que serão necessários investimentos em infraestrutura de cerca de US\$ 1 trilhão. Tendo em vista a relação entre infraestrutura e desenvolvimento, reduzir as deficiências e preencher as lacunas no setor de infraestrutura é a chave para a história de crescimento da Índia." (INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK - IADB, 2017, p. 16, tradução nossa).

2.5 O SETOR DE INFRAESTRUTURA NA ÍNDIA

O setor de infraestrutura passou a se constituir em foco de atenção dos governantes indianos a partir, principalmente, das reformas econômicas realizadas no início da década de 1990. A razão foi que, tendo em vista que a liberalização econômica e a atração de IED para o país constituíam-se em um dos principais objetivos das reformas, a realização de melhorias no setor de infraestrutura, notadamente débil até então, tornou-se imprescindível (NASSIF, 2006). Não é à toa que, a partir do 6º Plano Quinquenal, que data de 1985, todos os planos subsequentes incluíam o setor de infraestrutura em seus pontos centrais (NASSIF, 2008).

Inicialmente, o IED fora direcionado majoritariamente para o setor de manufaturas, o qual exige redes rodoviárias e ferroviárias bem desenvolvidas a fim de facilitar e agilizar o fluxo das mercadorias produzidas. Logo, o investimento em infraestrutura realizado no período destinou-se em grande parte ao transporte terrestre (KAUR; KHATUA; YADAV, 2016). Como consequência, já no final da década observa-se uma “[...] maior agilidade na apreciação automática de IED em projetos de infraestrutura, essenciais para sustentar as taxas aceleradas de crescimento da economia, como geração/transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como construção de rodovias, portos, túneis e pontes.” (Business Week, 2005¹¹ *apud* NASSIF, 2006, p. 46).

A partir da virada do século, e em especial nos anos recentes, o fluxo de IED para a Índia passou a concentrar-se no setor de serviços, com destaque para o setor de Tecnologia da Informação (TI), o que deverá alterar o padrão dos investimentos em infraestrutura. O setor aéreo, de comunicação e de recursos humanos são cruciais para um setor terciário próspero, e possivelmente se constituirão no foco dos investimentos destinados à infraestrutura indiana nos próximos anos (KAUR; KHATUA; YADAV, 2016). Logo, progressos no setor de infraestrutura da Índia já são notáveis, podendo-se destacar a diminuição dos déficits de energia, o aumento da geração de energia renovável e grandes projetos de trens metropolitanos em andamento, sendo o metrô de Delhi o maior exemplo dos mesmos (INDIATIMES, 2018).

Não obstante esses avanços, a infraestrutura do país continua precária e incapaz de atender às necessidades de uma nação com elevado crescimento econômico e populacional. O setor de transporte consiste no maior desafio infraestrutural do país, apresentando rodovias

¹¹ BUSINESS WEEK. A New World Economy. Business Week on-line, August 22, 2005.

congestionadas, diversos atrasos nas ferrovias, longo tempo de espera nos portos, e um setor aeroportuário em rápido crescimento, porém altamente concentrado. Como consequência, os custos com logística no país chegam a representar cerca de 15% do PIB, acarretando entraves para atividades econômicas cujo progresso tem sido notável, tais como o comércio de bens e serviços e o setor elétrico (S&P GLOBAL RATINGS, 2016).

A situação da infraestrutura geral e dos seus principais componentes na Índia encontra-se ilustrada na tabela a seguir. Devido aos recentes investimentos públicos no setor, o país avançou duas posições na comparação com o ranking de 2015-2016, embora a infraestrutura inadequada ainda consista no quarto principal fator restritivo aos negócios no país, atrás somente da corrupção, do acesso ao financiamento e dos altos impostos, respectivamente (SCHWAB, 2017).

Tabela 1 - Índia: comportamento dos principais componentes do setor de infraestrutura (2017-2018)

Setor	Ranking (1)	Índice (2)
Infraestrutura em geral	66	4,2
Qualidade da infraestrutura geral	46	4,6
Qualidade da infraestrutura rodoviária	55	4,3
Qualidade da infraestrutura ferroviária	28	4,4
Qualidade da infraestrutura portuária	47	4,6
Qualidade da infraestrutura aeroviária	61	4,6
Qualidade do fornecimento de energia elétrica	80	4,7
Assinaturas de telefones móveis /100 pop.	110	87
Linhas de telefone fixo /100 pop.	111	1,9

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em Schwab (2017, p. 147).

(1) Em relação a outros 137 países abrangidos pela pesquisa.

(2) Em uma escala de 1 a 7, sendo 7 a melhor avaliação.

Ou seja, ainda persistem inúmeros problemas associados ao setor de infraestrutura, podendo-se inferir que o mesmo persiste débil e possui uma série de gargalos a serem solucionados, contribuindo para um quadro econômico desfavorável, caracterizado por:

[...] interregional and urban–rural disparities; a languishing agricultural sector; infrastructure grossly inadequate to the needs of a rapidly growing economic power; and a lack of skilled manpower due to disappointing education opportunities and misaligned training. Failing public service delivery is at the root of slow progress in tackling a number of social challenges, such as illiteracy, malnutrition, and gender inequality. In addition, although it has been declining in relative terms, acute poverty continues to be an overwhelming drag on India, afflicting hundreds of millions. And the local consequences of global warming and climate change, not least in terms of its challenges

for water management, are rightly beginning to worry thoughtful Indians seriously.¹² (MALONE, 2011, p. 99).

A contribuição de uma infraestrutura bem desenvolvida para a resolução de problemas como os citados acima é exemplificada em uma pesquisa realizada por Donaldson (2014) acerca do impacto da infraestrutura ferroviária na economia e sociedade do país na Índia colonial. Ao empregar um modelo de equilíbrio geral do comércio e dados de arquivo da Índia colonial, Donaldson constatou que a construção da infraestrutura ferroviária reduziu os custos de comércio e as lacunas de preços inter-regionais, aumentando o comércio inter-regional e internacional e, como consequência, os níveis de renda real da população, e os ganhos do comércio cresceram significativamente. O estudo evidenciou, portanto, a relação entre uma infraestrutura bem desenvolvida e a redução da pobreza através do estímulo ao crescimento econômico (RAY, 2015).

Aplicando-se estes resultados à conjuntura atual, pode-se inferir que “Infrastructure may yet again be India's stumbling block, or if done right, it could be the key to achieving the country's economic potential.”¹³ (S&P GLOBAL RATINGS, 2016). Um investimento no setor da ordem de 1% do PIB pode resultar em um incremento de até 2% no crescimento do produto e na criação de cerca de 1,36 milhão de novos empregos via efeito multiplicador sobre outros setores (S&P GLOBAL RATINGS, 2016). Neste sentido, para a Índia lograr um crescimento vigoroso e sustentável no longo prazo, torna-se imprescindível tornar as cidades mais eficientes através da melhoria da conectividade e infraestrutura de transporte e da prestação de serviços urbanos, aumentar a produtividade agrícola através da transição para um sistema alimentar mais moderno e da construção de resiliência contra alterações climáticas, proteger os recursos hídricos e remover as distorções do setor elétrico (WORLD BANK, 2018a).

Tendo em vista o alto custo e o longo período de maturação apresentado pela maioria destes objetivos, a obtenção de financiamento para os mesmos é imprescindível. Contudo, o

¹² “[...] disparidades inter-regionais e urbano-rurais; um setor agrícola enfraquecido; infra-estrutura totalmente inadequada às necessidades de uma potência econômica em rápido crescimento; e falta de mão-de-obra qualificada devido a oportunidades de educação decepcionantes e treinamento desalinhado. A deficiência dos serviços públicos está na raiz do lento progresso em lidar com uma série de desafios sociais, tais como analfabetismo, desnutrição e desigualdade de gênero. Além disso, embora tenha diminuído em termos relativos, a pobreza extrema continua a ser um enorme obstáculo para a Índia, afetando centenas de milhões de pessoas. E as consequências locais do aquecimento global e da mudança climática, não apenas em termos de seus desafios para o manejo da água, estão, com razão, começando a preocupar seriamente os pensadores indianos.” (MALONE, 2011, p. 99, tradução nossa).

¹³ “A infraestrutura pode mais uma vez ser o obstáculo da Índia, ou, se realizada corretamente, pode ser a chave para alcançar o potencial econômico do país.” (S&P GLOBAL RATINGS, 2016, tradução nossa).

crédito bancário existente na Índia, para o financiamento de todos os setores da economia, ainda tem muito a melhorar a fim de corresponder às necessidades de uma economia cuja taxa de crescimento econômico figura entre as maiores do mundo (WORLD BANK, 2018a).

Somada às condições domésticas, a atual conjuntura internacional contribui para a restrição do crédito no país. Devido à normalização da política monetária por parte dos Estados Unidos e de outras economias avançadas, as condições de financiamento mundial tendem a estreitar-se, o que poderá impactar no custo do financiamento e nos mercados financeiros dos países em desenvolvimento, em especial naqueles cuja economia encontra-se bastante internacionalizada, como é o caso da Índia (WORLD BANK, 2018a). Ademais,

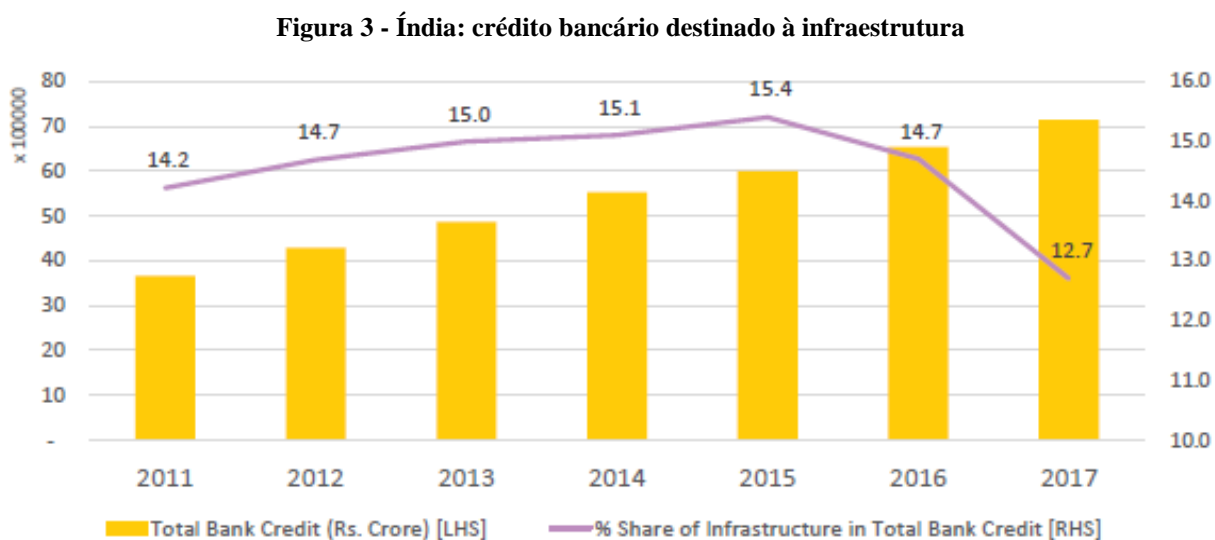
[...] the cyclical upturn masks significant weaknesses and medium-term risks. A disorderly tightening of financial conditions, the adoption of inward-looking policies and associated increases in interest rates and debt vulnerabilities, or an escalation of geopolitical tensions could derail development progress. Persistently high levels of inequality pose a challenge to robust growth and sustainable development. Declining private investment in infrastructure and a renewed increase in global carbon emissions in 2017 are stark reminders of the inability, so far, to sufficiently align investment with long-term sustainable development.¹⁴ (UN 2018, p. 1).

O setor de infraestrutura emerge como um dos mais deficientes no tocante à disponibilidade de crédito, estando o financiamento dos projetos do setor muito aquém do necessário para suprir as demandas do país (INDIA'S..., 2018). Isto se deve a uma série de entraves para a realização destes investimentos, relacionados especialmente a atrasos na formulação de políticas públicas e a aspectos de implementação, tais como aquisição de terras e meio ambiente (CHAKRABARTY, 2013). Além disso, o setor de infraestrutura está entre os que apresentam maiores riscos aos bancos, podendo os choques no setor apresentar impacto de até 87% nos lucros (RESERVE BANK OF INDIA, 2017).

Como consequência, apesar do crescimento do crédito bancário na Índia, a fatia destinada ao setor de infraestrutura tem apresentado uma trajetória acentuadamente declinante desde 2015, como revela a figura 3 (eixo da direita). Esta tendência evidencia a necessidade de aumentar o

¹⁴ “[...] a recuperação cíclica encobre fraquezas significativas e riscos de médio prazo. Um estreitamento desordenado das condições financeiras, a adoção de políticas voltadas para dentro e aumentos associados nas taxas de juros e vulnerabilidades da dívida, ou uma escalada de tensões geopolíticas poderiam inviabilizar o progresso do desenvolvimento. Níveis persistentemente altos de desigualdade representam um desafio para o crescimento robusto e o desenvolvimento sustentável. O declínio do investimento privado em infraestrutura e um aumento renovado nas emissões globais de carbono em 2017 são fortes advertências da incapacidade, até o momento, de alinhar suficientemente investimento com desenvolvimento sustentável de longo prazo.” (UN, 2018, p. 1, tradução nossa).

financiamento do investimento destinado ao setor, não somente para os estágios iniciais dos projetos, como também para o refinanciamento dos mesmos após sua conclusão (YELLURKAR, 2018).

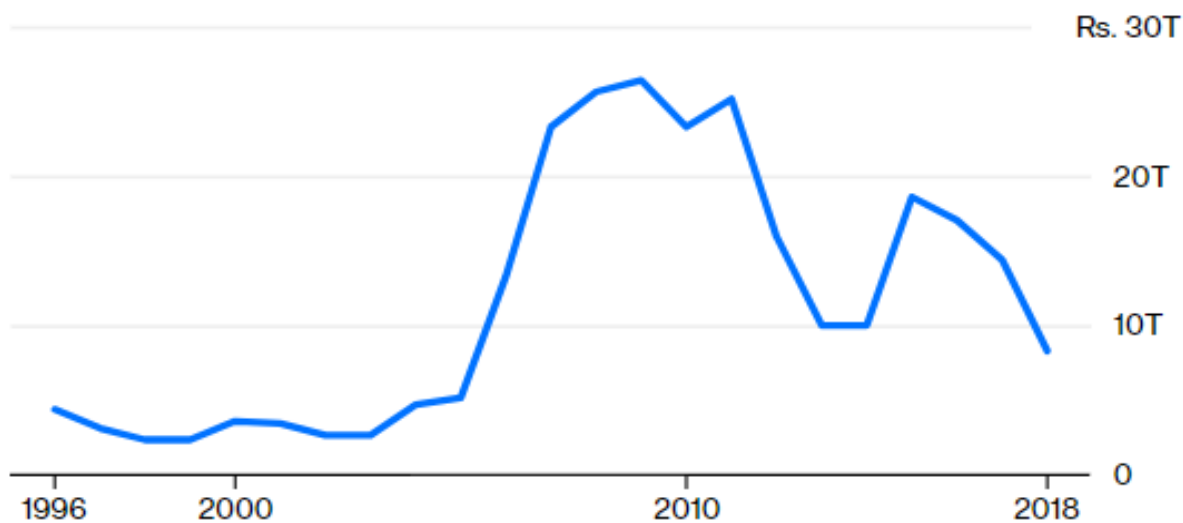


Fonte: Yellurkar (2018, p. 2).

Unidades: 1 lakh crore = 1000 trilhão | USD 1 = INR 65

As necessidades de investimento em infraestrutura no país até 2040 giram em torno de US\$ 4,5 trilhões (INDIATIMES, 2018), situação deflagrada sobretudo pelo acelerado crescimento demográfico urbano, visto que as cidades indianas deverão receber cerca de 10 milhões de pessoas por ano, acarretando em uma necessidade de investimento em infraestrutura da ordem de US\$ 40 bilhões anuais nas próximas duas décadas (WORLD BANK, 2018b). Consequentemente, embora as necessidades de financiamento sejam imensas nos próximos anos, dado o limitado espaço fiscal disponível, arrecadar tais recursos será um grande desafio (CHAKRABARTY, 2013). Pode-se inferir, neste quesito, que a primeira indagação específica desta monografia, qual seja, em que consistem os principais problemas infraestruturais da Índia atualmente, pode ser respondida com base na avaliação de Chakrabarty: um dos principais entraves para a melhoria da infraestrutura do país situa-se justamente na falta de financiamento para a realização dos projetos (CHAKRABARTY, 2013). Como consequência desta carência de crédito, os anúncios de realização de projetos de infraestrutura têm diminuído significativamente nos últimos anos, situação ilustrada pelo gráfico a seguir.

Figura 4 - Índia: anúncios de projetos de infraestrutura



Fonte: Trivedi (2018).

O governo indiano projetou um investimento de US\$ 0,769 trilhão destinado a projetos de infraestrutura entre 2018 e 2022, sendo mais de 75% deste valor destinado a setores como energia, transporte e infraestrutura urbana (YELLURKAR, 2018). Todavia, é notável a incompatibilidade entre o declínio do crédito destinado à infraestrutura e as metas ambiciosas traçadas para o setor, cabendo, neste sentido, a indagação feita pelo Banco Mundial: “How, then, can India finance its large infrastructure requirements?”¹⁵ (WORLD BANK, 2018b, p. 75).

Diante deste cenário, inúmeras políticas públicas têm sido implementadas no país a fim de incentivar os investimentos no setor, a exemplo do estabelecimento, em 2014, dos Fundos de Investimento em Infraestrutura (InvIT), e o abrandamento das normas para tomada de empréstimos junto a entidades estrangeiras, aumentando seu valor para até US\$ 750 milhões sem necessidade de aprovação prévia por parte do Banco Central Indiano (BLOOMBERG, 2016). Ademais, o país tem recorrido a Parcerias Público-Privadas (PPPs) para preencher a lacuna de financiamento em diferentes setores, tais como rodovias, aeroportos, portos, energia e saúde; o capital disponível por parte dos bancos indianos para dar continuidade a estas parcerias, contudo, não é suficiente para a quantidade de projetos de infraestrutura demandados pelo país (WORLD BANK, 2018b). Logo, tendo em vista a recente queda do crédito destinado ao setor de infraestrutura, pode-se inferir que as iniciativas não lograram o êxito esperado. Neste sentido,

¹⁵ “Como, então, a Índia pode financiar sua grande necessidade de infraestrutura?” (WORLD BANK, 2018b, p. 75, tradução nossa).

Although India's government is scaling up spending, its heavy debt burden could derail its ambitions to improve public infrastructure. It will thus need funds from private sector investments unlike China, which has largely state-funded infrastructure. In addition, many experienced developers are still trying to overcome financial problems from earlier underperforming or stranded projects. Banks and capital markets will support financially viable projects but perhaps not immediately, given developers' weak financial position and banks' own problems stemming from rising nonperforming loans (including from the infrastructure and power sectors), tighter provisioning, and higher capital requirements.¹⁶ (DANGRA, 2016).

Diante desta conjuntura, emerge o questionamento acerca da viabilidade de as instituições financeiras existentes suprirem a crescente demanda por crédito apresentada pelo setor de infraestrutura da Índia. Somado a isso, há a histórica indagação sobre o funcionamento das Instituições Financeiras Multilaterais, nas quais as potências emergentes “[...] se sentem sub-representadas em seus mecanismos de decisão e na formulação de suas orientações.” (GABRIEL; CARVALHO, p. 57). Neste sentido, a cooperação com outros países em desenvolvimento parece crucial a fim de encontrar alternativas conjuntas a problemas análogos e, ao mesmo tempo, contribuir para que estes países aumentem sua representatividade na governança global.

2.6 COOPERAÇÃO COM PAÍSES EMERGENTES: UMA ALTERNATIVA?

Já em 1985, ao referir-se ao Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), Krasner argumentava que o *ethos* profissional e as práticas de empréstimo dessas instituições eram orientados por uma abordagem orientada para o mercado (KRASNER, 1985). A ordem econômica liberal, segundo o autor, tendia a direcionar os investimentos internacionais para os países desenvolvidos, devido aos menores riscos apresentados pelos mesmos, remanescendo menos capital para os países do Terceiro Mundo, que o necessitam para desenvolver-se. Isso se devia, sobretudo, ao fato de as decisões acerca da alocação dos recursos das instituições financeiras internacionais permanecerem majoritariamente com os países desenvolvidos (KRASNER, 1985). Passadas mais de duas décadas, alegações neste sentido

¹⁶ “Embora o governo da Índia esteja ampliando os gastos, o elevado peso de sua dívida poderia prejudicar suas ambições de melhorar a infraestrutura pública. Assim, necessitará de fundos de investimentos do setor privado, ao contrário da China, que tem possui uma infraestrutura financiada majoritariamente pelo Estado. Além disso, muitos desenvolvedores experientes ainda estão tentando superar problemas financeiros de projetos anteriores com baixo desempenho ou retidos. Os bancos e os mercados de capitais apoiarão projetos financeiramente viáveis, mas talvez não imediatamente, dada a fraca posição financeira dos desenvolvedores e os próprios problemas dos bancos decorrentes dos empréstimos inadimplentes crescentes (inclusive dos setores de infraestrutura e energia), o maior provisionamento e as maiores exigências de capital.” (DANGRA, 2016, tradução nossa).

persistem, visto que há uma frustração por parte dos países emergentes “[...] com as instituições multilaterais existentes, que demoram a se adaptar ao século XXI e a dar suficiente poder decisório aos países em desenvolvimento.” (BATISTA JR, 2016, p. 179).

Diante desta conjuntura, e com uma necessidade urgente de ampliar o crédito disponível para financiar seu desenvolvimento, a Índia volta-se às nações emergentes, buscando uma cooperação equitativa e que vise solucionar impasses comuns a todos eles. Este comportamento justifica-se pois, “When mutual interests are high, such calculations can lead to cooperative relations.”¹⁷ (KRASNER, 1985, p. 13). A melhoria da infraestrutura dos países emergentes constitui-se em um exemplo destes interesses mútuos e, portanto, esforços no setor têm se constituído em um dos principais focos da cooperação Sul-Sul¹⁸ (UN, 2018).

A cooperação da Índia com países que encontram-se em níveis de desenvolvimento similares, embora cada um com suas particularidades, é cristalizada na criação, no início do século, de um fórum com o Brasil, a Rússia, a China e a África do Sul, conhecido mundialmente como BRICS. A Índia participou ativamente na formação do grupo, o que evidencia sua disposição em realizar acordos cooperativos multilaterais para resolver problemas e desafios comuns da globalização (BISWAS, 2011).

Tendo em vista o rápido (embora não linear) crescimento econômico apresentado pelos países do BRICS no século XXI, bem como as projeções de maior crescimento nos próximos anos, a construção de uma infraestrutura consistente com esse ritmo de crescimento representa um dos principais obstáculos comuns às nações do grupo, na medida em que

Despite the efforts by existing multilateral development banks, there remains a major infrastructure-financing gap in BRICS countries. The increased productivity, improved access to markets, higher employment and other economic benefits which result from increased investment in infrastructure continue to lift large numbers of people out of poverty in developing countries.¹⁹ (MAASDORP, 2017).

¹⁷ “Quando interesses mútuos são elevados, tais cálculos podem levar a relações cooperativas.” (KRASNER, 1985, p. 13, tradução nossa).

¹⁸ A ONU define a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento como a concessão de recursos oficiais (empréstimos e subsídios concessionais, alívio da dívida e cooperação técnica) fornecidos pelos países em desenvolvimento para fins de desenvolvimento (UN, 2018).

¹⁹ “Apesar dos esforços dos bancos multilaterais de desenvolvimento existentes, ainda persiste uma grande lacuna de financiamento de infraestrutura nos países do BRICS. O aumento da produtividade, a melhoria do acesso aos mercados, o aumento do emprego e outros benefícios econômicos que resultam do aumento do investimento em infraestrutura continuam a tirar grande número de pessoas da pobreza nos países em desenvolvimento.” (MAASDORP, 2017, tradução nossa).

A coordenação entre os países do grupo tem sido intensificada ao longo dos anos, em especial por meio de reuniões ministeriais e cúpulas conjuntas. Na cúpula de Nova Déli, em 2012, a Índia lançou a ideia de criar um banco de desenvolvimento para financiar a infraestrutura e o desenvolvimento sustentável (BATISTA, 2016). A ideia se fortaleceu e culminou na criação, em 2015, de dois mecanismos financeiros. O setor de infraestrutura figura entre os principais objetivos do primeiro, NBD, já o segundo mecanismo é o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). A importância da criação de uma instituição financeira no âmbito do BRICS é notável, uma vez que

Multilateral development banks (MDBs) and development finance institutions have continued to step up efforts to provide financial support, technical assistance and policy advice in support of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Together, they have an indispensable role to play in financing the SDGs, including infrastructure in particular, and in ensuring that social and environmental sustainability considerations are embedded in investments that will lock in development paths until 2030 and beyond.²⁰ (UN, 2018, p. 87).

Para se compreender as motivações por trás da fundação do banco, portanto, é preciso compreender as dimensões do hiato entre oferta e demanda no financiamento para projetos de infraestrutura nos países em desenvolvimento e a improbabilidade de que as instituições financeiras tradicionais empreendam sua recapitalização de modo a superá-lo (LIMA, 2015). Diante deste cenário, a criação do banco parece pertinente como uma alternativa de expandir as opções de financiamento e apaziguar a crise de infraestrutura da Índia, uma vez que

[...] the need globally for more investment - in the developing countries, especially - is in the order of magnitude of trillions, couple trillion dollars a year. And the existing institutions just don't have enough resources. They have enough for 2, 3, 4 percent. So, this is adding to the flow of money that will go to finance infrastructure, adaptation to climate change - all the needs that are so evident in the poorest countries.²¹ (STIGLITZ, 2014).

²⁰ “Bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) e instituições financeiras de desenvolvimento têm continuado a intensificar os esforços para fornecer apoio financeiro, assistência técnica e assessoria política em apoio à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Juntos, eles têm um papel indispensável a desempenhar no financiamento dos ODS, incluindo a infraestrutura em particular, e em garantir que as considerações de sustentabilidade social e ambiental sejam incorporadas em investimentos que irão atingir os caminhos de desenvolvimento até 2030 e além.” (UN, 2018, p. 87, tradução nossa).

²¹ “[...] a necessidade global de mais investimento - especialmente nos países em desenvolvimento - é da ordem de trilhões, de muitos trilhões de dólares por ano. E as instituições existentes simplesmente não possuem recursos

Portanto, ao ser composto somente por países em desenvolvimento que possuem poder de voto igualitário em suas decisões, o NBD sintetiza as reivindicações dos países emergentes em relação às instituições tradicionais, ao mesmo tempo em que incide sobre problemas comuns aos seus membros que porventura remanesçam secundárias nas discussões do Banco Mundial e do FMI. É neste contexto que emergem questões como a contribuição do banco na superação dos gargalos infraestruturais de seus membros, a promoção de uma infraestrutura mais sustentável e indagações acerca do seu caráter realmente novo. Neste último quesito, ainda, despontam críticas relativas ao desvio de questões como o combate à pobreza, objetivo primário dos bancos de desenvolvimento, em prol da ênfase na infraestrutura. Estas e outras questões são tratadas no capítulo subsequente, sempre relacionadas aos impasses indianos apresentados nesta seção.

2.7 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O estudo da trajetória econômica da Índia permite traçar uma série de analogias com outros países em desenvolvimento, seja pelo passado colonial, ou pelos desafios socioeconômicos da atualidade. A infraestrutura precária e muitas vezes disfuncional contribui para a propagação de muitos destes desafios, e, portanto, seu desenvolvimento é essencial para superar a pobreza, a desigualdade e o desemprego. Contudo, os riscos políticos, a instabilidade econômica, as tecnologias pouco desenvolvidas e uma série de problemas técnicos encarecem os projetos de infraestrutura nesses países e, conseqüentemente, os empréstimos se tornam mais onerosos, acarretando dificuldades de acesso ao crédito para financiar seu desenvolvimento.

A atual conjuntura econômico-financeira da Índia retrata essa situação. Devido sobretudo ao elevado grau de liberalização econômica, o país foi em grande medida afetado pela crise financeira de 2008. A análise setorial permitiu depreender que a infraestrutura foi um dos setores mais afetados e, conseqüentemente, o crédito bancário destinado ao setor declinou acentuadamente nos últimos anos, acarretando enormes lacunas de financiamento. Diante disso, a viabilidade de as instituições financeiras atuantes no país suprirem a crescente demanda por crédito passa a ser questionada, e a solução para esses impasses parece exigir o desenvolvimento

suficientes. Elas têm o suficiente para 2, 3, 4 por cento. Então, isso [o NBD] está contribuindo com o fluxo de fundos que irá para financiar a infraestrutura, a adaptação às mudanças climáticas - necessidades que são tão evidentes nos países mais pobres.” (STIGLITZ, 2014, tradução nossa).

de uma nova arquitetura financeira, com incentivos específicos, estrutura regulatória apropriada, novos atores e instrumentos inovadores (STUDART, 2016).

Tendo em vista a importância de uma infraestrutura desenvolvida para o crescimento econômico, o aumento do financiamento para desenvolver o setor passou a constituir-se em um dos principais interesses da cooperação Sul-Sul. Neste sentido, a criação do NBD no âmbito do BRICS parece se constituir na principal decorrência dessa conjuntura, uma vez que, além de integrado somente por nações em desenvolvimento, sua ênfase recai especificamente sobre o setor de infraestrutura. O próximo capítulo examina as características dos BMDs e, em particular, do NBD, visando analisar como o Banco poderá contribuir para apaziguar os dilemas expostos.

3 FINANCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA NOS PAÍSES EMERGENTES E O PAPEL DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento de uma nação é um processo complexo, que exige, para além de crescimento econômico, mudanças estruturais, tanto econômicas, como sociais, políticas e, porventura, culturais - mudanças que, para ocorrerem, demandam, como principal condição, o crescimento econômico (CARVALHO et al., 2017). Contemporaneamente, o mundo e, em particular, as nações em desenvolvimento, têm enfrentado problemas antigos irresolutos, tais como a pobreza e a desigualdade, somados a novos desafios impostos pelo rápido desenvolvimento da economia mundial, a exemplo da rapidez dos fluxos financeiros, da elevada interdependência econômica e da concentração da alocação de recursos produtivos e financeiros em poucos países. Em síntese,

Developing nations continue to face the challenges of poverty and inequality – a problem that has also become critical for even developed ones. *Infrastructures gaps are a reality in almost everywhere*; urban mobility is even more challenging facing the tendency of growing cities and the new demands from an aging society. Shorter technology life cycles are imposing new instruments for financing innovation and requires, as it always did, some government support, to face their greater risks. In addition, the whole human community are already facing the consequences of environmental degradation and climate change. Addressing those issues is no more just a moral imperative, but a question of survival, and will require impressive volumes of dedicated finance and investments in transformation our social and economic infrastructures, our energy sources and uses and our production techniques and efficiency. Most likely, we will need new financial architectures, both domestically and internationally, to provide adequate financing conditions to achieve those goals.¹ (CARVALHO et al., 2017, p. 24-25, grifo nosso).

Esta conjuntura de insuficiência financeira, somada a reivindicações antigas dos países em desenvolvimento acerca da pouca representatividade nas instituições multilaterais, tem levado

¹ “As nações em desenvolvimento continuam a enfrentar os desafios da pobreza e da desigualdade - um problema que também se tornou crítico inclusive para os países desenvolvidos. *As lacunas de infraestrutura são uma realidade em quase todos os lugares*; a mobilidade urbana é ainda mais desafiadora diante da tendência de crescimento das cidades e das novas demandas de uma sociedade em envelhecimento. Ciclos de vida de tecnologia mais curtos estão impondo novos instrumentos para financiar a inovação e exigem, como sempre, apoio governamental para enfrentar seus maiores riscos. Além disso, toda a comunidade humana já está enfrentando as consequências da degradação ambiental e das mudanças climáticas. Abordar essas questões não é mais apenas um imperativo moral, mas uma questão de sobrevivência, e exigirá elevados volumes de financiamento e investimento destinados à transformação de nossas infraestruturas sociais e econômicas, de nossas fontes e usos de energia e de nossas técnicas de produção e eficiência. Muito provavelmente, precisaremos de novas arquiteturas financeiras, tanto a nível nacional como internacional, para proporcionar condições de financiamento adequadas para atingir esses objetivos.” (CARVALHO et al., 2017 p. 24-25, tradução nossa, grifo nosso).

as nações emergentes a buscar uma via própria para financiar o seu desenvolvimento. A cooperação entre as maiores economias emergentes do planeta elucida esta conjuntura. A partir de um relatório elaborado pelo banco Goldman Sachs em 2001, denominado *Building Better Global Economic BRICs*, o economista Jim O'Neill alude pela primeira vez ao acrônimo que será a base para a cooperação entre quatro economias que, em seu prognóstico, figuravam entre as mais promissoras do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China, ou BRICs. O que o relatório não antevia, contudo, era que em alguns anos essas quatro nações iniciariam uma cooperação político-econômica, se coordenariam em encontros e reuniões frequentes, dariam início a ciclos de cúpulas, e encontrariam pontos de convergência e interesses comuns sólidos, ultrapassando inclusive os temas da agenda financeira (LIMA, 2008). A construção das novas arquiteturas suprarreferidas pode, portanto, já estar em curso.

Dezessete anos após as previsões de O'Neill, pode-se admitir que o economista estava correto, em grande medida, no que concerne ao vigoroso crescimento econômico e prestígio adquirido pelos países do BRICs no cenário mundial: em 2016, as economias do BRICS (acrescidas da África do Sul desde 2011) já correspondiam por 22% do PIB mundial. Em paridade do poder de compra, esse valor era superior ao do G7, contribuindo com 45% do crescimento econômico mundial naquele ano (NDB, 2017a). Assim, os países do BRICS, bem como outros países emergentes e em desenvolvimento, têm ampliado significativamente suas participações no PIB e na dinâmica de crescimento global, acumulando volumes expressivos de reservas internacionais, em geral alocadas em fundos de riqueza soberanos. Todavia, esses recursos permanecem, majoritariamente, alocados em ativos com baixos rendimentos nos países desenvolvidos, ao passo que os países emergentes e em desenvolvimento enfrentam uma enorme carência de financiamento para infraestrutura e empreendimentos ambientalmente sustentáveis (GRIFFITH-JONES; FRITZ; CINTRA, 2014).

Como resultado desta conjuntura e da rápida expansão da cooperação intra-BRICS, em 2015 os países inauguram dois órgãos financeiros: o NBD, designado para financiar projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável, e o ACR, mecanismo de apoio em casos de pressões de curto prazo sobre o balanço de pagamentos (BRASIL, 2014a). Para além do cenário exposto, a pertinência da criação destes órgãos se justifica pelo importante papel que os bancos de desenvolvimento desempenham na quebra do ciclo vicioso de baixo investimento, infraestrutura deficiente e baixo crescimento econômico (STUDART, 2016).

O presente capítulo objetiva detalhar as características do NBD e sua importância para seus membros e, em especial, para a Índia. Para tanto, o mesmo é iniciado com uma análise histórica da cooperação entre seus membros, particularizando os principais pontos pleiteados pelos mesmos, a fim de oferecer uma compreensão das circunstâncias e motivações que levaram à criação do Banco. Em seguida, é realizada uma breve elucidação do modo de funcionamento dos BMDs, paralelamente à explanação de sua importância no financiamento do desenvolvimento, e da infraestrutura em particular. Por fim, é feita uma análise do NBD, visando compará-lo a outras instituições multilaterais e apontar as características que o distinguem destas instituições, em particular das que atuam no financiamento de infraestrutura da Índia. À guisa da conclusão, são retomados os principais tópicos do capítulo, a fim de analisar a importância do NBD para os países do BRICS, sobretudo no que tange ao financiamento de sua infraestrutura.

3.1 ANTECEDENTES: DA CONCEPÇÃO DO ACRÔNIMO AO PRIMEIRO CICLO DE CÚPULAS

A primeira menção aos países do BRIC data de 1994, quando George Kennan referiu-se aos mesmos como *monster countries*, em referência aos seus vastos territórios e contingentes populacionais (DAMICO, 2015). Três anos após, Roberto Macedo denominou este grupo de nações como ‘países-baleia’, em referência também aos seus territórios e populações (DAMICO, 2015). Apesar destes breves antecedentes, foi um relatório do Goldman Sachs, publicado em 2001, que, pela primeira vez, realizou um prognóstico econômico de entusiasmo, abrangendo as quatro nações. Além de apontar as dimensões territoriais e populacionais dos países do BRICs, o relatório destacava “[...] suas médias históricas de crescimento, que lhes garante potencial para um avanço econômico sustentado de longo prazo.” (AMORIM, 2010).

Em relatório publicado dois anos após a concepção do acrônimo, denominado *Dreaming with BRICs: The Path to 2050*, prognosticou-se que as economias do BRICs ultrapassariam alguns países do então G6², fazendo com que se tornassem “[...] responsáveis pela transformação da economia mundial, com impactos profundos e abrangentes, uma vez que estes países viriam a ter um papel central no desenvolvimento econômico global.” (VISENTINI, 2011, p. 150). Como consequência,

² Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França e Itália.

O que na origem era um ponto de referência teórico (sintetizado de maneira muito feliz num acrônimo) passa a ser apropriado pelos governos, à medida que se reúnem como grupo. Eles assumem a responsabilidade pelo desenvolvimento concreto do que antes só estava unido por uma malha de dados estatísticos e projeções econômicas. (AMORIM, 2010).

Além de enormes contingentes territoriais e populacionais, os países do BRICS são protagonistas autônomos e independentes tanto em suas regiões como nos fóruns multilaterais, possuindo voz ativa em diversos regimes internacionais e atuação relevante em diferentes temas da agenda global (DAMICO, 2015). Além disso, os países enfrentam problemas em comum, tanto entre si, quanto com outros países em desenvolvimento, com destaque às significativas restrições financeiras para o seu desenvolvimento, enfrentando enormes lacunas de infraestrutura e necessidades de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2014b). Como resultado dos crescentes vínculos entre as cinco nações, os países do BRICS se tornaram uma importante plataforma de cooperação não apenas para si, mas também para outros mercados emergentes e economias em desenvolvimento (NDB, 2017a).

Para além dos interesses comuns, cada membro possui motivos singulares para sustentar esse movimento plurilateral. A Rússia vê o BRICS como contra-peso geopolítico à expansão do sistema Atlântico para o leste; para a África do Sul, a cooperação é um meio de consolidar-se como porta de entrada e potência do continente africano; para o Brasil, o BRICS permite que, apesar de geograficamente distante, o país possua participação ativa na conjuntura asiática, em particular no que tange a aspectos econômicos e financeiros, como trocas comerciais e atração de IED; a China vê no agrupamento um importante veículo para a formação de sistemas de governança nos quais sua influência política é proporcional ao seu crescente peso econômico; e para a Índia, por fim, o BRICS consiste em uma associação entre seu crescente status de potência econômica e sua antiga identidade como líder do mundo em desenvolvimento (SARAN, 2017).

Os precedentes da coordenação datam de 2006, ano em que os ministros do BRIC reuniram-se pela primeira vez, paralelamente à Assembleia Geral da ONU, com o propósito de encontrar formas de coordenação política entre os países, sem, contudo, maiores ambições no âmbito econômico-financeiro (SINHA, 2015). Porém, “A partir dos primeiros encontros de altas autoridades do BRIC, o grupo foi tomando forma graças à prática que vai estabelecendo uma agenda comum, um nível para encontro de autoridades, uma periodicidade e mesmo um modo de proceder.” (AMORIM, 2010).

A eclosão da crise financeira nos EUA no ano seguinte contribuiu para que o diálogo adquirisse um significado político, tendo em vista que, ao passo que os líderes da economia global viram-se largamente atormentados por problemas financeiros, os países do BRIC foram relativamente pouco afetados, percebendo a importância de uma maior coordenação para se protegerem (SINHA, 2015). Este cenário culminou em uma nova reunião ministerial, realizada em São Paulo, em novembro de 2008. No comunicado conjunto que resultou daquela reunião, além de ressaltar a necessidade de reforma das instituições multilaterais, para que reflitam as mudanças estruturais na economia mundial e o papel cada vez mais central dos mercados emergentes (BRASIL, 2008), os quatro países já atentavam à necessidade de melhorar as condições de crédito, em especial para fomentar os investimentos em setores cruciais da economia:

One of the most deleterious aspects of the current crisis is the freeze in private credit markets. There is an urgent need to find mechanisms, including through multilateral cooperation, to restore the real economy's access to credit, stimulate demand and to resume capital flows critical for *sustainable growth and development, including ongoing infrastructure investment*.³ (BRASIL, 2008, §5, grifo nosso).

Influenciada em grande medida pela arquitetura financeira da época, acertou-se naquela reunião, também, um encontro em Ecatimburgo no ano seguinte, ocasião na qual celebrou-se a Primeira Cúpula do BRICs. Reveste-se de simbolismo o fato de a Cúpula ter sido realizada alguns meses após a quebra do banco Lehman Brothers. Logo, como previa-se, as discussões incidiram, majoritariamente, sobre a “[...] situação da economia mundial e outros assuntos candentes para desenvolvimento global, e também as perspectivas para o maior aprofundamento da colaboração no âmbito do BRIC.” (BRASIL, 2009).

Os 16 parágrafos resultantes da Declaração da Cúpula englobam questões como a promoção do desenvolvimento sustentável, o potencial para cooperação em áreas como energia, ciência e tecnologia, as Metas de Desenvolvimento do Milênio, o repúdio ao terrorismo e a defesa do multilateralismo. A notoriedade da Cúpula, contudo, ficou a cargo das reivindicações de reforma das instituições financeiras internacionais, de modo a refletir as mudanças em curso

³ “Um dos aspectos mais deletérios da atual crise é o congelamento dos mercados privados de crédito. Há uma necessidade urgente de encontrar mecanismos, inclusive por meio da cooperação multilateral, para restaurar o acesso da economia real ao crédito, estimular a demanda e retomar os fluxos de capital críticos para o *crescimento e desenvolvimento sustentáveis, inclusive investimentos contínuos em infraestrutura*.” (BRASIL, 2008, §5, tradução nossa, grifo nosso).

na economia mundial e conceder um papel maior às economias emergentes (BRASIL, 2009). Em síntese, naquela primeira reunião, “[...] os Líderes definiram os princípios que norteiam, até hoje, a atuação do BRICS sobre assuntos financeiros internacionais.” (DAMICO, 2015, p. 62).

A Segunda Cúpula ocorreu em Brasília, no ano seguinte, dando continuidade às questões tratadas na Cúpula anterior e, sobretudo, constituindo-se em um passo fundamental para a consolidação da parceria iniciada em Ecaterimburgo (LULA, 2010). Na ocasião, foram delineados objetivos de cooperação para o longo prazo, dos quais vale citar as transações e projetos de interesse comum, o fortalecimento de relações econômico-comerciais, a provisão de financiamento e serviços bancários para projetos de investimento, o compromisso com o desenvolvimento de sistemas energéticos mais limpos e sustentáveis e, de suma importância, estudou-se a possibilidade de criar uma entidade financeira no âmbito das nações do grupo (VISENTINI, 2011). Neste sentido, revestiu-se de notória relevância a assinatura de um acordo de cooperação técnica entre os bancos de desenvolvimento das quatro nações, o qual permitiria aos países do BRIC ampliar as atividades de fomento a projetos de infraestrutura e, conseqüentemente, estimularia diferentes setores produtivos das quatro economias (LULA, 2010).

A Terceira Cúpula, realizada no ano seguinte, em Sanya, China, destaca-se pela incorporação do ‘S’ ao termo, representando a África do Sul, o que denota “[...] a intenção do grupo de se tornar um fórum de cooperação e diálogo transcontinental Sul-Sul, uma vez que conta com os principais países emergentes do ‘sul político’.” (VISENTINI, 2011, p. 155). Além disso, deu-se continuidade à discussão de temas econômicos e à reivindicação de maior protagonismo nos organismos internacionais, em especial no FMI e no Conselho de Segurança da ONU. Como resultado, o Plano de Ação de Sanya previa 19 atividades, evidenciando o “[...] amadurecimento da coordenação política entre os BRICS, com posições comuns cada vez mais desenvolvidas em áreas como mudança do clima e desenvolvimento sustentável.” (DAMICO, 2015, p. 64).

A Cúpula de Nova Déli, realizada em 2012, reveste-se de importância devido à proposta de criação de um banco de desenvolvimento destinado a financiar projetos de infraestrutura sustentável nos países do grupo e em outras economias emergentes. A ideia foi lançada no discurso do então Primeiro Ministro indiano, Manmohan Singh, ao sustentar que

[...] to revive global demand and growth, developing countries need access to capital, particularly for infrastructure development. We must address the important issue of expanding the capital base of the World Bank and other Multinational Development Banks to enable these institutions to perform their appropriate role in financing infrastructure development. We have agreed to examine in greater detail a proposal to set up a BRICS-led South-South Development Bank, funded and managed by the BRICS and other developing countries⁴. (INDIA, 2012).

Logo, os chefes de estado dos países do agrupamento instruíram seus respectivos ministros de finanças a examinarem a viabilidade de criação do banco, de forma a combater as dificuldades enfrentadas no financiamento de projetos de infraestrutura no mundo em desenvolvimento (LIMA, 2015). Ao mesmo tempo, discutiram-se maneiras de promover a eficiência energética e desenvolver fontes de energia limpa, o que seria possível por meio de maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento, compartilhamento de melhores práticas e incentivo à transferência de tecnologia (INDIA, 2012).

A proposta congregava, deste modo, as reivindicações e temas discutidos nas cúpulas anteriores, em especial no tocante à pouca representatividade que os países emergentes possuíam nas instituições financeiras multilaterais e à necessidade de promover um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável. Somadas aos efeitos ainda presentes da crise financeira de 2008, estas questões acarretavam dificuldade de acesso ao crédito para financiar o desenvolvimento das nações do BRICS, decorrente sobretudo das contrapartidas⁵ exigidas pelas instituições multilaterais tradicionais e do elevado investimento inicial comumente requerido pelos projetos de infraestrutura, sobretudo de infraestrutura sustentável. Iniciavam-se assim as discussões que acarretariam, dois anos mais tarde, na instituição do NBD e do ACR.

Dando continuidade às negociações anteriores, na V Cúpula do BRICS (Durban, 2013), “As duas grandes propostas de iniciativas na área financeira, aventadas no ano anterior, foram consideradas viáveis, e os Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais foram instruídos a negociar seus acordos constitutivos.” (DAMICO, 2015, p. 65). O primeiro ciclo de Cúpulas do BRICS encerra-se com as negociações que resultarão na assinatura dos acordos

⁴ “[...] para revitalizar a demanda e o crescimento global, os países em desenvolvimento necessitam ter acesso ao capital, especialmente para o desenvolvimento de infraestrutura. Devemos abordar a importante questão de expansão da base de capital do Banco Mundial e de outros bancos multinacionais de desenvolvimento a fim de permitir a essas instituições desempenhar o papel adequado em financiar o desenvolvimento de infraestrutura. Nós concordamos em examinar em maiores detalhes a proposta de estabelecer um Banco Sul-Sul de desenvolvimento, sob a liderança do BRICS, financiado e gerido pelo BRICS e por outros países em desenvolvimento.” (INDIA, 2012, tradução nossa).

⁵ Estas contrapartidas englobavam, em geral, liberalização comercial e financeira externa, além de liberalização e desregulamentação domésticas (CARVALHO et al., 2017).

constitutivos do NBD e do ACR. Deste breve histórico, pode-se depreender que a coordenação entre os países do grupo avançou rapidamente na década que precedeu a primeira reunião, expandindo sua agenda de cooperação para mais de 30 áreas distintas, com um grau considerável de cooperação em questões como comércio, financiamento de infraestrutura, urbanização e mudança climática (SARAN, 2017b).

O segundo ciclo de Cúpulas é inaugurado pelo encontro ocorrido em Fortaleza, em julho de 2014. A partir do tema “Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis”, a reunião compreendeu assuntos que encontravam-se no ápice das discussões internacionais de então, incidindo sobre as esferas econômica, social e ambiental, com foco especial sobre questões como inclusão e sustentabilidade. A Declaração de Fortaleza conta com 72 parágrafos, e seu Plano de Ação comporta, ao todo, 28 itens, incluindo cinco novas áreas a serem exploradas (DAMICO).

A importância concedida à ocasião se deve sobretudo à assinatura do Acordo Constituinte do NBD e do ACR, visto que esta foi a primeira vez em 200 anos que uma instituição global fora criada sem a participação de um país desenvolvido (VISWANATHAN, 2015). Assim, as propostas lançadas em 2012, na Cúpula de Nova Déli, foram institucionalizadas, e, com isso,

A identidade do BRICS, experimento inovador, torna-se gradualmente mais nítida. Passados oito anos desde a I Reunião de Chanceleres, e depois de seis Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, o mecanismo alcança maturidade, tendo, em grande medida, dissipado as dúvidas suscitadas com respeito às perspectivas de concertação entre países geograficamente distantes e diversos entre si. (DAMICO, 2015, p. 75).

A criação do Banco engloba, para além das reivindicações dos países em desenvolvimento acerca da pouca representatividade nos órgãos financeiros internacionais, problemas em comum aos seus membros, dos quais se sobressai a enorme lacuna de financiamento destinado a projetos de infraestrutura (MAASDORP, 2017). À época, calculava-se que a necessidade desses financiamentos nos países em desenvolvimento, até 2020, seria de US\$ 1 trilhão superior aos recursos então disponíveis e, para que fossem sustentáveis, com baixa emissão de carbono e resistentes a mudanças climáticas, este montante aumentaria em cerca de US\$ 200 a 300 bilhões, quantia duas vezes superior à então disponível para projetos de infraestrutura (LIMA, 2015). Os efeitos adversos desta conjuntura nas economias do BRICS são demasiados:

The persistence of such a major deficit would constrain future growth of developing and emerging economies, as well as imply that a large proportion of the world's population will continue to lack access to electricity and clean water. Furthermore, much crucial investment in sustainable development, such as in renewable energy, would not take place. Thus, there is a strong case for a major increase in investment in infrastructure and more sustainable development, based on the need for growth, structural change, (e.g. the massive movement of people from rural to urban areas), inclusion as well as sustainability and resilience.⁶ (GRIFFITH-JONES, 2015, p. 2).

Diante de uma carência de crédito destas proporções, o Banco foi instituído com o objetivo central de mobilizar recursos para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS e em outras economias emergentes, complementando, assim, os esforços existentes de instituições financeiras regionais e multilaterais para atingir o crescimento e desenvolvimento mundial (NDB, 2014). Dessa forma, a criação do NBD reflete as opiniões em comum das nações do BRICS sobre a necessidade de cooperação para enfrentar os desafios econômicos globais e promover o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável (NDB, 2017a).

Na ocasião, criou-se também o ACR, com recursos da ordem de US\$ 100 bilhões, dos quais a China contribuiu com US\$ 41 bilhões, o Brasil, a Rússia e a Índia com US\$ 18 bilhões e a África do Sul com US\$ 5 bilhões. O mecanismo “[...] consiste em uma plataforma de apoio, por intermédio de instrumentos preventivo e de liquidez, em resposta a pressões de curto prazo, reais ou potenciais, sobre o balanço de pagamentos.” (BRASIL, 2014a, § 1). Assim, os países do BRICS que enfrentarem pressões em seus balanços de pagamentos poderão requisitar empréstimo de reservas cambiais, por meio de operações de *swap*, aos demais membros do Agrupamento (LIMA, 2015).

Os acordos assinados na VI Cúpula contribuíram, portanto, para fortalecer ainda mais a vertente de cooperação financeira entre o BRICS, com a criação da primeira instituição com personalidade jurídica internacional de iniciativa do agrupamento. Neste sentido, a ocasião “[...] será lembrada como um marco na trajetória de consolidação do mecanismo e como uma das mais proveitosas entre suas reuniões de Cúpula.” (LIMA, 2015, p. 11).

⁶ “A persistência de um déficit tão grande limitaria o crescimento futuro das economias em desenvolvimento e emergentes, assim como implicaria que uma grande proporção da população mundial continuará sem acesso a energia e água potável. Além disso, muitos investimentos cruciais em desenvolvimento sustentável, tal como energias renováveis, não aconteceria. Assim, há um forte argumento para um grande aumento no investimento em infraestrutura e desenvolvimento mais sustentável, baseado na necessidade de crescimento, mudança estrutural (a exemplo do movimento massivo de pessoas das áreas rurais para as áreas urbanas), inclusão, sustentabilidade e resiliência.” (GRIFFITH-JONES, 2015, p. 2, tradução nossa).

Para fins do presente trabalho, o foco é dado ao NBD. Todavia, antes de adentrar especificamente nas características do banco e em sua importância na superação dos gargalos infraestruturais de seus membros, faz-se uma breve revisão bibliográfica acerca do papel dos BMDs no financiamento da infraestrutura nas economias emergentes.

3.2 OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO E O FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA NOS PAÍSES EMERGENTES

Os BMDs são instituições essenciais para o financiamento do desenvolvimento e, junto aos Bancos Nacionais de Desenvolvimento, consistem na principal fonte de crédito de longo prazo, de garantias de empréstimo e de outros serviços financeiros nos setores de infraestrutura, habitação e agricultura das economias emergentes (LUNA-MARTINEZ; VICENTE, 2012). Criados sobretudo após a 2ª Guerra Mundial, em uma época de carência de capital não só por parte das economias em desenvolvimento recém-descolonizadas, como também de muitas economias desenvolvidas afetadas pela Guerra, seu papel se mostrou efetivo para promover o desenvolvimento econômico, fazendo com que fosse ampliando-se o número destas instituições na virada do século, mormente após a crise financeira de 2008 (CARVALHO et al., 2017).

Assim, a presente seção visa a apresentar uma breve explanação histórica e institucional dos BMDs, a fim de oferecer os elementos necessários para a compreensão de sua importância no financiamento do desenvolvimento e, em particular, da infraestrutura das economias emergentes. A partir disto, adentra-se nas particularidades do NBD, suas inovações e, também, suas similaridades em relação aos demais BMDs existentes.

3.2.1 BMDs: gênese e atualidade

A criação de grande parte dos BMDs data sobretudo do período imediatamente posterior à 2ª Guerra Mundial, no qual as potências devastadas pelo conflito passaram a demandar uma elevada quantia de capital para sua reconstrução, e, as nações recém-descolonizadas, para financiar seu desenvolvimento (CARVALHO et al., 2017). Neste contexto, foram criadas instituições como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, atualmente integrante do Banco Mundial) e outros bancos nacionais de desenvolvimento, a exemplo do

alemão, do japonês, do brasileiro e do coreano, com o propósito de fornecer recursos financeiros para a viabilização de investimentos, sobretudo no setor de infraestrutura, melhorando, assim, as condições de crédito nas nações que necessitavam reconstruir e/ou acelerar seu crescimento (CARVALHO et al., 2017).

À época, as economias em desenvolvimento possuíam, em sua maioria, um setor financeiro pouco desenvolvido, com poucas instituições e dificuldade na obtenção de capital, devido aos grandes riscos intrínsecos às mesmas, sobretudo no que diz respeito aos investimentos de longo prazo (CARVALHO et al., 2017). Neste contexto, os Bancos de Desenvolvimento, dentre os inúmeros fins para os quais foram designados, tiveram especial importância no preenchimento da lacuna de financiamento de longo prazo apresentada por estes países. Tal financiamento abrangia múltiplos setores, desde a compra de bens de capital para fomentar a industrialização até o investimento em infraestrutura para estimular a criação de empregos e criar um ambiente favorável à atração de capital privado (CARVALHO et al., 2017). Como resultado, observaram-se importantes progressos em termos de crescimento e desenvolvimento econômico nos anos que se seguiram à 2ª Guerra, tanto nos países em desenvolvimento como nas economias desenvolvidas.

Apesar de um período de privatização ou encerramento das atividades de muitos bancos de desenvolvimento, que data sobretudo do período de ascensão do liberalismo (CARVALHO et al., 2017), a eclosão da crise financeira de 2008 evidenciou a importância dos bancos de desenvolvimento como agentes anticíclicos e provedores de financiamento de longo prazo, mormente em períodos recessivos. Com efeito, contemporaneamente a privatização dos Bancos de Desenvolvimento tem sido desencorajada e muitos deles têm sido instituídos (CARVALHO et al., 2017).

Esta tendência ocorre concomitantemente à instituição e entrada em vigor da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, adotada em 2015 pelos 193 países-membros da ONU. Também referida como Addis Ababa Action Agenda 2030, o documento fornece um quadro para garantir a mobilização efetiva de recursos para financiar o desenvolvimento sustentável, bem como enfatiza a importância de manter compromissos de longo prazo para com a assistência oficial ao desenvolvimento, condição vital para muitos países emergentes. A Agenda prevê a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 17 metas globais que

abrangem áreas distintas, muitas das quais estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento do setor de infraestrutura (UNITED NATIONS - UN, 2018).

Naquele mesmo ano, a Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento apontou que os recursos financeiros necessários para alcançar as metas então traçadas ultrapassavam em grande medida o capital disponível, sendo necessário passar de bilhões para trilhões de dólares de financiamento a fim de promover o crescimento inclusivo e sustentável, reduzir a pobreza e a desigualdade e proteger os recursos do planeta (MOBILIZATION..., 2018). Esta carência de recursos é substancialmente notória no que tange ao financiamento destinado à infraestrutura, tendo em vista que

Current projections show that conservatively, USD 836 billion is needed annually to fund infrastructure projects in emerging economies. Unfortunately, the amount of funding currently being made available is woefully inadequate, leaving a USD 452 billion funding gap that needs to be bridged. It is important to note that this funding gap exists for projects that are not only important for the achievement of SDGs but also happen to be profitable for investors. The disparity between the opportunities provided by infrastructure projects and the inadequacy of available funding for them is hard to explain from a financial perspective. *Infrastructure projects provide a steady, predictable, and long-term income stream, often with inflation protection.* They are just the kind of investments that investors (whether private institutions or public multilateral organisations) desire.⁷ (MATHUR, 2017, p. 50, grifo nosso).

Embora os ODSs sejam direcionados a todas as nações do planeta, sua ênfase recai sobre as economias emergentes e em desenvolvimento, devido, sobretudo, ao elevado hiato de financiamento e ao impacto ambiental, significativamente maiores nestes países (UN, 2018). Tendo em vista algumas particularidades do ambiente financeiro das nações em desenvolvimento, com destaque aos longos prazos de maturação, altos riscos e elevada burocracia, tornando os empréstimos a estes países mais custosos (MATHUR, 2017), persiste uma reticência por parte dos investidores, sobretudo privados, em investir nestas economias.

⁷ “As projeções atuais mostram que, de maneira conservadora, US\$ 836 bilhões são necessários anualmente para financiar projetos de infraestrutura em economias emergentes. Infelizmente, o montante de financiamento atualmente disponível é fortemente inadequado, deixando uma lacuna de financiamento de US\$ 452 bilhões que precisa ser superada. É importante notar que essa lacuna existe para projetos que não são apenas importantes para a consecução dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), mas que também são lucrativos para os investidores. A disparidade entre as oportunidades oferecidas pelos projetos de infraestrutura e a inadequação do financiamento disponível para elas é difícil de explicar do ponto de vista financeiro. *Os projetos de infraestrutura fornecem um fluxo de renda estável, previsível e de longo prazo, muitas vezes com proteção contra inflação.* São exatamente o tipo de investimento que os investidores (sejam instituições privadas ou organizações multilaterais) desejam.” (MATHUR, 2017, p. 50, tradução nossa, grifo nosso).

Diante desta conjuntura, os BMDs têm sido pleiteados a atuar no preenchimento desta lacuna de financiamento, o que se deve a características intrínsecas ao funcionamento destas instituições. As mesmas são descritas na próxima subseção, a fim de conceder uma compreensão do papel dos BMDs no financiamento da infraestrutura das economias emergentes.

3.2.2 O papel dos BMDs no financiamento de infraestrutura

O objetivo basilar dos BMDs consiste em proporcionar apoio financeiro e assessoramento profissional a atividades de desenvolvimento econômico e social, sobretudo nos países em desenvolvimento. Eles podem, portanto, ser caracterizados como intermediários financeiros internacionais, em geral de ampla afiliação, composta tanto por países em desenvolvimento como por países desenvolvidos, que captam recursos nos mercados de capitais privados e de outras fontes oficiais (COSTA; GONZÁLEZ; ALMEIDA, 2014). Estes recursos são direcionados, a custos competitivos, “[...] para o financiamento de projetos públicos e privados nos países mutuários, em geral com baixo retorno financeiro, mas com importantes retornos econômico e social.” (COSTA; GONZÁLEZ; ALMEIDA, 2014).

Cada banco possui suas particularidades no que tange à governança e à operação; contudo, suas funções são similares e consistem, sobretudo, na mobilização de recursos financeiros, no apoio e criação de capacidade institucional e transmissão de conhecimento, e na provisão de bens públicos globais e regionais (COSTA; GONZÁLEZ; ALMEIDA, 2014). A estrutura acionária de um BMD pode ser definida como sendo a distribuição das ações entre seus Estados-membros, os quais podem ser divididos entre países mutuários, que contribuem financeiramente e tomam empréstimos, e países não mutuários ou doadores, os quais não tomam financiamento. A proporção da participação acionária entre os países mutuários e não mutuários determina a estrutura de poder e governança dos BMDs, a qual, no caso de entrada de novos membros, é modificada devido à redistribuição acionária resultante das recomposições de capital (COSTA; GONZÁLEZ; ALMEIDA, 2014).

É desta característica que deriva grande parte das críticas aos BMDs, sobretudo ao Banco Mundial, uma vez que países cuja contribuição acionária é muito superior aos demais membros, tal como ocorre em relação aos EUA, possuem um poder de voto maior. A título de exemplo, desde o início do século, o PIB total dos países do BRICS cresceu mais de 500%, comparado a

64% do G7, e sua participação na economia mundial subiu de 8% para 22%, ao passo que a do G7 diminuiu 20 pontos percentuais; ao mesmo tempo, a totalidade de votos que as cinco nações emergentes possuem no Banco Mundial totaliza somente 13,1% (HUMPFREY, 2016).

Ainda, visto que os BMDs pertencem aos Estados-membros, eles tendem a expressar os interesses dos acionistas, permanecendo sensíveis a interesses geopolíticos e econômicos (COSTA; GONZÁLEZ; ALMEIDA, 2014). Além disso, há a questão referente à relutância dos BMDs existentes em adaptar-se às realidades da conjuntura internacional, refletindo, ainda, a balança de poder da época em que foram criados, o que faz com que não sejam plenamente eficientes em atender às necessidades de desenvolvimento atuais (HUMPFREY, 2016). Consequentemente, as instituições existentes exigem, em geral, contrapartidas à concessão de financiamento, as quais, em grande medida, não correspondem à realidade dos países emergentes, podendo acarretar em custos excessivamente altos, que os países beneficiários não podem ou não estão dispostos a pagar. Em última instância, esta situação reduz a disposição dos países em tomar empréstimos dos BMDs, fazendo-os recorrer a outras fontes de financiamento e, porventura, abdicar de características como a sustentabilidade dos projetos financiados (PEREIRA; MILAN, 2017).

Afora estas críticas, os BMDs usufruem de características que os tornam um mecanismo fundamental para financiar o desenvolvimento das economias emergentes. Dentre elas, figuram a forte posição financeira, o status de credor favorecido, o conhecimento técnico, as políticas perspicazes de gerenciamento de riscos e a adesão aos padrões globalmente aceitos de design, execução e governança corporativa de produtos (RAY, 2015). Além disto, os BMDs possuem suas obrigações financeiras garantidas pelos países acionistas e usufruem de boas avaliações de crédito, devido ao seu histórico financeiro positivo (PEREIRA; MILAN, 2017).

Como resultado, há gama variada de maneiras pelas quais os BMDs podem atuar para reduzir o déficit de financiamento em projetos de infraestrutura, bem como para influenciar o ambiente político, impactando os processos de aquisição e fornecendo cobertura de risco para desenvolvedores do setor privado (RAY, 2015). Dessa forma, os BMDs atuam em complementaridade às instituições nacionais, uma vez que, ao passo que os BMDs executam melhor suas funções quando operam em parceria com instituições nacionais, que possuem maior conhecimento sobre as economias locais, os órgãos nacionais beneficiam-se do apoio técnico e financeiro concedido pelos BMDs (GRIFFITH-JONES; FRITZ; CINTRA, 2014).

Quanto ao setor privado, os BMDs podem alavancar a participação do mesmo por meio de garantias, além de cobrir riscos políticos e de crédito, financiar estudos de viabilidade por meio de assistência técnica e fornecer apoio estruturante a projetos. Ademais, em ambientes de risco político e financeiro complexos, comuns aos países emergentes, os BMDs podem desempenhar um papel crucial na melhoria do ambiente regulatório, apoiando a transferência e difusão tecnológica e melhorando as práticas de negócios e governança (RAY, 2015).

Por fim, a flexibilidade no financiamento de projetos de diferentes dimensões faz com que os BMDs desempenhem um papel importante na emissão de títulos designados para investimentos em empreendimentos que não causem danos ambientais, denominados títulos verdes (PEREIRA; MILAN). Este ponto reveste-se de importância sobretudo para os países emergentes, uma vez que seu rápido crescimento econômico implica uma vasta exploração de recursos naturais e, conseqüentemente, um impacto ambiental expressivo (MATHEWS, 2011). Esta situação é agravada pelo fato de que “Dificuldades ligadas à falta de capacidade financeira, técnica e de infraestrutura tornam as empresas dos países em desenvolvimento mais propensas ao uso de tecnologias menos avançadas e que agredem mais o meio ambiente [...]” (PEREIRA; MILAN, 2017, p. 202). Neste sentido, um banco de desenvolvimento destinado à infraestrutura e desenvolvimento sustentável poderia fornecer um canal adicional através do qual os governos de países em desenvolvimento pudessem tomar empréstimos para financiar ativos de infraestrutura, compensar as deficiências da arquitetura financeira existente e ajudar a catalisar os investimentos necessários do setor privado (BHATTACHARYA; ROMANI; STERN, 2012).

Portanto, a combinação de custos mínimos para os acionistas, significativa alavancagem financeira e capacidade de transferência de conhecimento faz dos BMDs um modelo organizacional de intrínseca importância para atingir as metas de desenvolvimento sustentável (HUMPFREY, 2016). Esta breve explanação justifica a importância destas instituições no financiamento do desenvolvimento e, em particular, da infraestrutura mundial. Com efeito, os BMDs têm se concentrado cada vez mais na atração do investimento privado para o financiamento das metas de desenvolvimento (UN, 2018). Estima-se que, em 2017, os BMDs e as Instituições Financeiras de Desenvolvimento mobilizaram cerca de US\$ 163,5 bilhões de investidores privados e outros investidores institucionais, dos quais 64% foi destinado a países de alta renda, 33% a países de renda média e somente 3% a países de baixa renda (MOBILIZATION..., 2018).

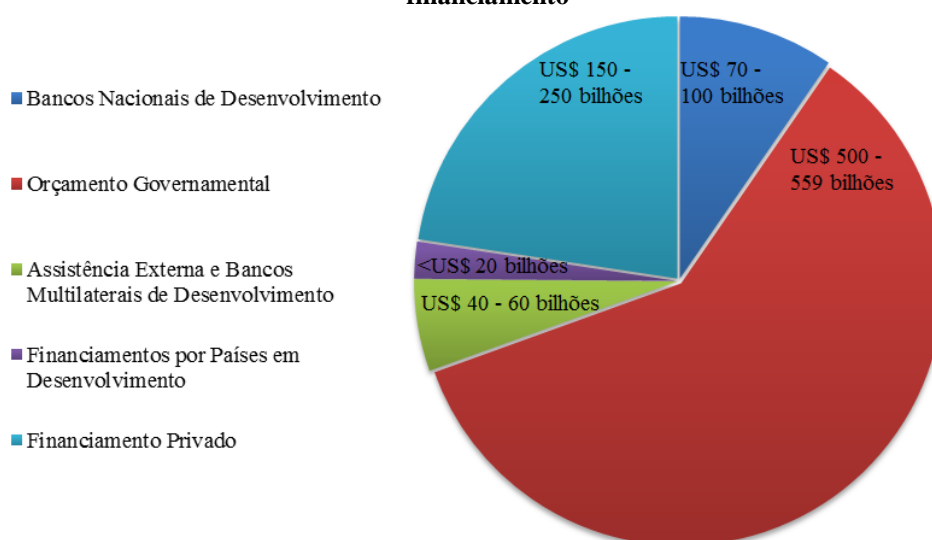
Sob uma análise setorial, os projetos de infraestrutura foram os principais destinos destes investimentos, correspondendo a cerca de 45% do montante total mobilizado, ou US\$ 73,3 bilhões, dos quais os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos receberam somente US\$ 27,5 bilhões (MOBILIZATION..., 2018). Apesar disso, os BMDs ainda representam uma parcela mínima do financiamento da infraestrutura mundial, em particular no que tange aos países que mais o demandam, e seu investimento no setor, em comparação ao seu investimento total, tem declinado consideravelmente nas últimas décadas (HUMPFREY, 2016).

Como consequência, o financiamento dos projetos de infraestrutura nos países que mais o demandam fica preponderantemente a cargo do setor público não bancário. Todavia, aumentos no financiamento por parte dos orçamentos nacionais são muitas vezes limitados por questões relativas aos níveis de dívida e déficits orçamentários. Já o setor privado, segundo maior credor de infraestrutura nos países emergentes, possui um comportamento cíclico, reduzindo significativamente seu investimento em períodos recessivos, além de os mesmos se concentrarem no setor de telecomunicações e nos países de renda média (GRIFFITH-JONES, 2014). O financiamento por parte do BMDs e a Assistência Externa correspondem à terceira principal fonte de financiamento de infraestrutura. Contudo, ao analisar somente os fluxos de investimento entre países em desenvolvimento e emergentes, o montante declina para menos da metade (GRIFFITH-JONES, 2014). Os valores do financiamento destinado à infraestrutura dos países emergentes e em desenvolvimento, por fonte de financiamento, encontram-se ilustrados na figura 5.

Em face desta conjuntura, os BMDs possuem um papel importante e crescente tanto para financiar os projetos de infraestrutura e diminuir o ônus governamental, como para atenuar os riscos financeiros característicos aos países emergentes e, conseqüentemente, tornar o ambiente financeiro mais atrativo ao capital privado, estimulando os investimentos no setor (WORLD BANK, 2011). Reconhecendo esta importância, já na ocasião do estabelecimento da Agenda 2030, os BMDs foram demandados a desenvolver suas políticas de apoio à Agenda e a aumentar os empréstimos em apoio ao desenvolvimento sustentável (UN, 2018). A atuação destas instituições tem se ampliado rapidamente desde então: naquele mesmo ano, dois novos BMDs foram criados e, em 2016, o financiamento por parte dos BMDs aumentou 15% em relação ao

ano anterior (UN, 2018). Em 2017, o G20⁸ enfatizou o papel dos BMDs na mobilização e catalisação do capital privado, bem como endossou a meta de aumentar esta mobilização entre 25% e 35% até 2020 (MOBILIZATION..., 2018).

Figura 5 - Despesa anual em infraestrutura, economias em desenvolvimento e emergentes, por fonte de financiamento



Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em Griffith-Jones (2014, p. 6).

Dessa forma, diante de uma conjuntura de sub-representação dos países emergentes nas instituições financeiras tradicionais, somada à carência de financiamento que os mesmos têm enfrentado e à relevância crescente dos BMDs para superar esta lacuna, é compreensível que as economias emergentes procurem novos meios de alavancar seu desenvolvimento. A criação de instituições que reflitam esta nova conjuntura mundial torna-se realidade em 2015, com a criação do NBD e do Banco Asiático de Desenvolvimento em Infraestrutura (AIIB). Estes eventos são de suma importância para a arquitetura financeira internacional, na medida em que

[...] at least two of the five BRICS countries, viz. India and China, are among the fastest growing countries of the world. These are both low-wage economies and together account for some 38 percent of the world population. Sustained rapid growth in these countries is likely to alter the entire pattern of world trade and production in years to come. Combined with the other three physically large economies of Brazil, Russia, and South Africa, this group of five has the potential to alter the course of investment and growth in the world at large. For this they have to make a beginning by setting up the

⁸ Abreviatura para Grupo dos 20, formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.

appropriate institutions. A major beginning has been made with the setting up of the New Development Bank in Shanghai.⁹ (NAYAK, 2017, p. 44).

Além de incidir especificamente sobre impasses enfrentados pelos países em desenvolvimento, devido sobretudo à maior similaridade entre as necessidades de seus membros, as contrapartidas eventualmente exigidas aos empréstimos tendem a ser mais prudentes e próximas às condições de seus integrantes. Isto porque uma das prerrogativas do banco é adaptar-se às necessidades de cada país, respeitando suas prioridades e estratégias de desenvolvimento, bem como leis e procedimentos definidos nacionalmente sobre a implementação do projeto (NDB, 2017b). Ao mesmo tempo, estas instituições pautam-se pelo funcionamento geral dos demais BMDs, o qual tem se comprovado eficiente em canalizar finanças e conhecimento e promover o desenvolvimento (HUMPFREY, 2016). A seção seguinte incide justamente sobre estas características, particularmente em relação ao NBD e seu papel na superação do hiato de financiamento em infraestrutura enfrentado pelas nações do BRICS.

3.3 O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NBD)

No ano subsequente à assinatura de seu Acordo constitutivo, o NBD iniciou suas operações, convergindo com o ano de estabelecimento da Agenda 2030. Com ênfase em empreendimentos sustentáveis e composição da governança somente por países emergentes, a lógica norteadora da criação do Banco é evidente: enormes necessidades de investimento em infraestrutura, relutância das principais instituições de financiamento globais em reformar seus mecanismos de governança, e o compromisso de um grupo de potências emergentes de trabalhar em direção à cooperação multilateral para o desenvolvimento (HUMPFREY, 2016). Desta forma, o NBD, uma vez plenamente capitalizado e operando com um grau de alavancagem comparável ao de outros BMDs, poderá desempenhar um papel importante na redução da carência de financiamento enfrentada pelos países do BRICS e demais países em desenvolvimento

⁹ “A realidade, no entanto, é aquela em que pelo menos dois dos cinco países do BRICS, vis. Índia e China, estão entre os países com crescimento mais rápido do mundo. Estas são economias com baixos salários e juntas representam cerca de 38% da população mundial. O rápido crescimento sustentado nesses países provavelmente alterará todo o padrão do comércio e da produção mundial nos próximos anos. Combinado às outras três economias fisicamente grandes do Brasil, Rússia e África do Sul, esse grupo tem o potencial de alterar profundamente o curso de investimento e crescimento mundial. Para isso, eles precisam começar estabelecendo as instituições apropriadas. Um grande começo foi feito com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento em Xangai.” (NAYAK, 2017, p. 44, tradução nossa).

(DAMICO, 2015). Simultaneamente, sua criação implica uma importante mudança na arquitetura internacional de financiamento do desenvolvimento em direção às instituições do ‘Sul Global’ (GRIFFITH-JONES, 2015).

Uma das principais indagações feitas acerca do Banco de Desenvolvimento fundado pelos países do BRICS diz respeito a que se deve seu caráter ‘Novo’. De acordo com a estratégia geral traçada pelo Banco para o período 2017-2021, o NBD pretende inovar em três grandes áreas: relações, projetos e instrumentos, e abordagens (NDB, 2017b).

A relação de igualdade, respeito mútuo e confiança entre os membros é propiciada pela equidade de votos entre os mutuários, independente do seu poder econômico, obstando, assim, a proeminência de algum dos membros - lê-se, neste quesito, da China. O vice-presidente do NBD, Leeslie Maasdorp, salienta que “Visitors to the NDB office will be struck by the lack of hierarchy and relative informality of the culture.”¹⁰ (MAASDORP, 2015).

Quanto aos projetos, o NBD consiste no primeiro Banco cuja ênfase incide sobre a sustentabilidade dos empreendimentos financiados (PEREIRA; MILAN, 2017). Já na primeira rodada de empréstimos, que data de abril de 2016, foram concedidos cerca de US\$ 1,5 bilhão, destinados a sete projetos distribuídos entre os cinco países membros. Destes, seis empreendimentos são destinados à geração de energias renováveis (solar, eólica e hidrelétrica), totalizando dois terços do valor total (NDB, 2016d).

Os instrumentos para a concessão do financiamento consistem em empréstimos a longo prazo, empréstimos junto a investidores privados, investimentos em ações, obrigações para projetos e acordos de co-financiamento com instituições financeiras nacionais e multilaterais. Neste quesito, a inovação concerne sobretudo ao objetivo de construir a base de capital do Banco através da emissão de títulos denominados em moedas nacionais do BRICS, em contraste aos empréstimos à base de dólar ou euro concedidos por grande parte dos BMDs (COOPER, 2017). Isto beneficiará os mutuários pois, além de mitigar os riscos intrínsecos às operações financeiras, especialmente em casos de desvalorizações de suas moedas nacionais, contribuirá para o aprofundamento dos mercados de capitais dos países membros (NDB, 2017b).

Já no primeiro ano de funcionamento, o Banco concedeu um empréstimo em moeda local, para a China, no montante de RMB 525 milhões para um projeto de energia solar realizado pela

¹⁰ “Os visitantes do NBD ficarão impressionados com a falta de hierarquia e relativa informalidade da cultura.” (MAASDORP, 2015, tradução nossa).

Shanghai Lingang Distributed Solar Power Project, bem como emitiu seu primeiro título verde no mercado interbancário chinês (NDB, 2016d). Isto foi facilitado devido ao recebimento de classificação AAA de investimento por parte de duas agências de crédito chinesas, a China Chengxin Credit Rating Agency e a China Lianhe Credit Rating (COOPER, 2017). Apesar de ainda não ter recebido a mesma nota das agências internacionais, em 2018 o Banco recebeu a classificação de risco AA+ pela S&P Global Ratings e pela Fitch Ratings, ambas enfatizando os baixos riscos intrínsecos aos empréstimos de longo prazo do Banco (S&P GLOBAL RATINGS, 2018).

Destaca-se, por fim, a menor burocracia e por conseguinte maior agilidade na aprovação e entrega dos empreendimentos financiados pelo NBD, uma vez que, como uma instituição jovem e com poucos integrantes, não há procedimentos complexos para retardar os processos operacionais (MAASDORP, 2015). Este tópico consiste em uma das principais críticas à atuação das instituições multilaterais existentes, cuja burocracia e grande quantidade de membros acarretam, via de regra, um longo processo até a liberação do empréstimo.

Estes e outros aspectos são desenvolvidos no decorrer desta seção, visando comparar o Banco a outras instituições multilaterais e oferecer os elementos necessários para responder à segunda questão específica da monografia, qual seja, ‘Em que medida o NBD difere dos órgãos de financiamento existentes na Índia, em particular no financiamento de longo prazo?’

3.3.1 Estrutura e originalidade

Ao encontro das reivindicações acerca da pouca representatividade nas instituições multilaterais, o NBD, sediado em Xangai, China, possui seu primeiro escritório regional, inaugurado em agosto de 2017, em Joanesburgo, África do Sul, o primeiro presidente de nacionalidade indiana, o primeiro presidente do Conselho de Governadores russo e o primeiro presidente do Conselho de Diretores brasileiro, concedendo assim representatividade a cada país membro. Kundapur Vaman Kamath é o primeiro e atual presidente, sendo que a presidência opera de maneira rotativa entre os membros do BRICS, alternada a cada cinco anos, e conta com o suporte de quatro vice-presidentes, cada qual da nacionalidade de um dos países membros, apontados pelo Conselho de Governadores com base nas recomendações do presidente. As

principais atribuições do presidente consistem em gerenciar as operações diárias do banco e exercer voto de desempate no Conselho de Diretores (NDB, 2014).

A liderança do NBD está a cargo do Conselho de Governadores, de nível ministerial, responsável por delinear a estratégia geral do banco e por eleger os presidentes, bem como por deliberar sobre questões como admissão e suspensão de membros, cooperação com outras instituições e mudanças no capital do Banco, que deverá ser revisado em intervalos não superiores a cinco anos (NDB, 2014). Para aprovação destas questões, faz-se necessária, em geral, uma maioria simples. Em questões concernentes a alterações de capital, por exemplo, uma maioria especial é requerida, a qual consiste em um voto afirmativo de quatro dos membros fundadores concomitante a um voto afirmativo de dois terços do poder total de voto dos demais membros (NDB, 2014). Isto significa que, “[...] enquanto cada um dos cinco países continuar detendo um quinto do capital e dos direitos de voto, nenhum deles terá poder de veto na estrutura de governança do NBD.” (PEREIRA; MILAN, 2017, p. 214). Ademais, para alterar esta resolução, seria necessário que um dos países obtivesse ao menos 40% do capital e, conseqüentemente, dos direitos de voto, situação bastante improvável sobretudo em decorrência da intenção de incorporar novos membros ao Banco (PEREIRA; MILAN, 2017).

Ao Conselho de Diretores, categoria decisória situada logo abaixo dos Governadores, compete a condução das operações gerais do Banco. Esta divisão conduz sobretudo as operações de empréstimos, investimentos e estratégias de negócios, sendo composta por dez cadeiras, das quais cinco são reservadas aos países do BRICS (LIMA, 2015).

Este modelo de governança é bastante similar ao dos demais BMDs existentes, sendo o controle por parte dos países do BRICS inclusive mais estrito: independente da quantidade de novos membros, os fundadores irão dispor de um mínimo de 55% da participação acionária do Banco, nenhum membro não-fundador terá poder de voto superior a 7% e os países não-mutuários não poderão ter, conjuntamente, poder de voto superior a 20% do total (NDB, 2014). Em última instância, essa regra pode ser considerada paradoxal à proposta de constituir um novo modelo de BMD e, eventualmente, pode diminuir o entusiasmo de outras nações, em especial de economias emergentes, em associar-se ao Banco (HUMPFREY, 2015).

3.3.2 Financiamento das operações

O capital subscrito inicial do NBD é de US\$ 50 bilhões, composto pela contribuição equânime, por parte de cada integrante, de US\$ 10 bilhões, e o capital autorizado totaliza US\$ 100 bilhões. Do capital subscrito, 20% corresponde a capital integralizado, disponível para empréstimos (NDB, 2014), ao passo que os 80% restantes serão destinados para o banco cumprir com obrigações financeiras, tais como situações emergenciais, não apoiando a carteira de empréstimos diretamente (HUMPFREY, 2015).

O poder de voto é proporcional às ações subscritas de cada membro, o que acarreta poder equitativo entre os cinco países - aspecto pleiteado sobretudo pela Índia, devido ao receio de predomínio das deliberações chinesas no Banco (COOPER, 2017). Se comparados ao capital de outros BMDs, estes valores são considerados relativamente baixos, o que se deve em especial à decisão de equiparar os votos de todos os integrantes. Dessa forma, tendo em vista a disparidade entre o valor das reservas internacionais possuídas pelos países do BRICS, o capital inicial ficou restrito sobretudo à capacidade de contribuição da economia sul-africana (HUMPFREY, 2015).

Ao enfatizar a equidade do poder de voto em prol de um capital inicial elevado, o impacto desenvolvimentista pode ser limitado nos anos iniciais de operação do Banco (HUMPFREY, 2015). Esta crítica é reforçada pelo fato de que o capital inicialmente subscrito será pago em um intervalo de sete anos e, portanto, projeções indicam uma carteira de empréstimos relativamente modesta na primeira década de funcionamento do NBD (HUMPFREY, 2015). Contudo, de acordo com estimativas calculadas por Griffith-Jones, após 20 anos o nível de empréstimos anuais pode alcançar um estoque de até US\$ 350 bilhões, equivalente a cerca de US\$ 34 bilhões anuais, capacidade similar à do Banco de Investimento Europeu e superior aos empréstimos destinados a infraestrutura por parte do Banco Mundial (GRIFFITH-JONES, 2015). Estes empréstimos poderão ser concedidos a não membros do Banco, apesar da relutância indiana, que priorizava a construção de sua própria capacidade de infraestrutura e de seus membros (COOPER, 2017).

A maioria dos projetos financiados pelo NBD serão operações soberanas (financiamento direto junto a governos nacionais) ou sob garantia soberana (financiamento junto a outras entidades, mas totalmente garantido pelo respectivo governo). As operações não-soberanas, particularmente com o setor privado, mas também junto a entidades estatais ou governos

subnacionais, serão expandidas à medida que a capacidade operacional do Banco ampliar (NDB, 2017b).

A atuação do NBD através de parcerias junto a outras instituições tem sido bastante ativa, característica singular inclusive na comparação a outros BMDs recentemente criados, a exemplo do AIIB. Conseqüentemente, em 2017 o NDB formalizou 14 parcerias por meio de memorandos de entendimento com diversas organizações, incluindo bancos de desenvolvimento multilaterais e nacionais, bancos comerciais, empresas e universidades (NDB, 2017a). Essas parcerias permitem que o NBD se concentre em áreas críticas de seus membros ao mesmo tempo em que concede suporte à troca de conhecimento e expertise em uma variedade de outros segmentos. A título de exemplo, em 2017 o Banco destinou US\$ 460 milhões a projetos de infraestrutura social, cerca de um quarto do total de projetos aprovados naquele ano (NDB, 2017a), em contraste à destinação de somente 15% por parte dos BMDs a nível mundial (MOBILIZATION..., 2018).

A mobilização dos recursos, por sua vez, deverá ser efetuada através das seguintes funções:

- (i) utilização dos recursos disponíveis para auxiliar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, públicos ou privados, no BRICS e em outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, por meio de empréstimos, garantias, participação acionária e outros instrumentos financeiros;
- (ii) cooperação com organizações internacionais e entidades nacionais, sejam elas públicas ou privadas, em particular com instituições financeiras internacionais e bancos nacionais de desenvolvimento;
- (iii) prestação de assistência técnica para a preparação e implementação de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável a serem apoiados pelo Banco;
- (iv) apoio a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável envolvendo mais de um país;
- (v) estabelecimento ou responsabilidade sobre a administração de Fundos Especiais destinados aos objetivos do Banco (NDB, 2014, §3).

A análise destas funções permite concluir que as mesmas são similares às de grande parte dos BMDs, cujo funcionamento, tal como salientado na seção anterior, tem se mostrado eficiente

na mobilização de recursos para financiar o desenvolvimento das economias emergentes (HUMPFREY, 2016). Todavia, a aprovação e concessão dos empréstimos tenderá a ocorrer de maneira mais ágil e menos burocrática se comparada aos outros BMDs. Como evidência, todos os empréstimos concedidos em 2016 foram avaliados dentro de seis meses a partir da data de identificação do projeto até a data de aprovação pelo Conselho de Administração do Banco, com a devida consideração à qualidade de crédito e padrões apropriados de gerenciamento de risco (NDB, 2016d), compromisso reiterado e estendido a todos os projetos aprovados em 2017 (NDB, 2017a).

Isto se sucede devido à estrutura de governança simplificada do NBD e à aprovação e supervisão *ex ante* de projetos complexos e arriscados, ao passo que projetos de baixo risco passam por um procedimento mais simplificado com verificações *ex post* (NDB, 2017b). Ademais, sendo tanto acionistas como mutuários, os membros do Banco se beneficiarão diretamente do financiamento, possuindo interesse em concedê-lo rapidamente (PEREIRA; MILAN, 2017). A política de pautar-se sobre os sistemas nacionais em vez de impor requisitos externos relacionados a questões ambientais, sociais e de aquisições, contribuirá para, além de manter a prerrogativa de não intervenção e respeito à soberania nacional, agilizar os processos burocráticos para aprovação dos empreendimentos (NDB, 2017b).

Por fim, a intenção de conceder empréstimos em moeda local permitirá ao Banco não apenas reduzir riscos em casos de desvalorização cambial, mas também obter financiamento a custos atrativos, utilizando uma gama variada de instrumentos de captação de recursos em diferentes mercados. Essa flexibilidade permitirá que o NBD reaja rapidamente às mudanças na dinâmica do mercado e ajuste sua estratégia às necessidades de financiamento de seus membros, além de fornecer aos investidores acesso a uma variedade de instrumentos de alta qualidade (NDB, 2017b).

A título de comparação, a tabela a seguir apresenta as principais características financeiras do NBD em relação às de outros cinco BMDs que receberam nota de crédito máxima de agências internacionais. Os dados correspondem às Demonstrações Financeiras Anuais Auditadas de cada instituição em 31 de dezembro de 2017, exceto as do IFC e do BIRD, que datam de 30 de junho de 2017.

Tabela 2 - NBD e outros BMDs com avaliação de crédito AAA: comparativo

	NBD	AIIB (1)	ADB (2)	AfDB (3)	EBRD (4)	EIB (5)	IBRD (6)	IFC (7)
Nota de crédito	AA+	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA
Total de ativos (US\$ bilhões)	10	19	182	46	68	660	406	92
Liquidez	41%	55%	21%	39%	44%	7%	18%	50%
Alavancagem	4%	0%	72%	77%	71%	91%	90%	73%
Patrimônio total (excluindo capital exigível, US\$ bilhões)	10	19	50	10	19	85	40	25
Capital subscrito total (US\$ bilhões)	50	95	151	93	36	292	253	3
Capital integralizado (% do total do capital subscrito)	20%	20%	5%	8%	21%	9%	6%	100%
Receita líquida (US\$ milhões)	31	112	31.522	245	713	3.311	260	1.523

Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base em NDB (2018a, p. 10).

(1) Asian Infrastructure Investment Bank (Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura)

(2) Asian Development Bank (Banco Asiático de Desenvolvimento)

(3) African Development Bank (Banco Africano de Desenvolvimento)

(4) European Bank for Reconstruction and Development (Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento)

(5) European Investment Bank (Banco Europeu de Investimento)

(6) International Bank for Reconstruction and Development (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento)

(7) International Finance Corporation (Corporação Financeira Internacional)

Embora os ativos totais e o lucro líquido do NBD figurem bastante abaixo dos valores registrados pelos demais BMDs analisados, indicadores como a liquidez e o capital subscrito são superiores aos de algumas instituições tradicionais, bem como sua alavancagem, de 4%, superior à do AIIB, institucionalizado no mesmo ano. Devido a estes resultados, o NBD está classificado com nota de crédito AA+ pela S&P, que caracteriza o perfil de negócios do banco como forte e o perfil financeiro como extremamente forte. Além disso, a agência enfatiza o apoio extraordinário dos acionistas, as políticas de gestão de risco sólidas e prudentes, a capitalização robusta, a alta liquidez e a experiência prévia dos diretores do banco (NDB, 2018a).

3.3.3 Áreas de atuação

Tendo em vista que a criação do NBD foi impelida sobretudo devido à carência de financiamento para infraestrutura existente nos países membros e nas instituições financeiras multilaterais, as principais áreas de operação do Banco incluem, na estratégia traçada para o período 2017-2021: energia renovável; infraestrutura de transporte; irrigação, gestão de recursos hídricos e saneamento; desenvolvimento urbano sustentável; e cooperação econômica e

integração entre os países membros (NDB, 2017b). Esta ênfase sustentável consiste em uma das principais características que concedem originalidade ao NBD. Assim, as operações de financiamento do Banco serão alinhadas a uma agenda de desenvolvimento inclusiva e à promoção de tecnologias inovadoras, devendo os empreendimentos possuir impactos ambientais mínimos ou, preferencialmente, nulos, além de ter que produzir sobretudo energia limpa (NDB, 2017b).

Esta prioridade concedida a projetos sustentáveis se justifica pela crescente demanda por energia que tanto os países do BRICS como os demais países em desenvolvimento têm apresentado, visto sua necessidade de fontes energéticas para dar continuidade ao rápido crescimento econômico. Isso se sucede pois, a título de exemplo, “[...] a China, a Índia e o Brasil aumentam sua participação na exploração dos recursos mundiais para alimentar suas máquinas industriais que se expandem cada vez mais, e buscam o crescimento de dois dígitos, aumentando o seu impacto sobre os recursos do planeta – e com isso sua vulnerabilidade.” (MATHEWS, 2011, p. 38).

O foco concedido a projetos de infraestrutura, contudo, tem sido alvo de críticas, direcionadas sobretudo ao fato de o NBD se afastar do objetivo primário dos bancos de desenvolvimento, qual seja, a superação da desigualdade e da pobreza, criando, em última instância, um novo conceito de Banco de Desenvolvimento (MONDAL, 2015). Em contrapartida, a ênfase infraestrutural do Banco justifica-se mesmo aqui, pois projetos de infraestrutura comumente envolvem um grande contingente de empregados, além de consistirem em um meio de dinamizar outros setores, contribuindo assim para a redução da pobreza e da desigualdade. Ademais, tal como ilustra o exemplo indiano transcrito abaixo, a infraestrutura precária, além de consistir em um entrave aos investimentos privados, agrava a situação da população mais pobre e contribui para a propagação de problemas comuns a este segmento social.

Many people in rural India do not have access to toilets and sewage treatment systems. Poor sanitation gives rise to illness, and thousands of Indian children die every week from diarrheal illness. India's ports, roads, railways, and airports are insufficient to handle the massive volumes of cargo that enter and leave the country every day. Industrial cities such as Bangalore and Pune periodically experience power outages that can last 24 hours or more. The government is working to improve infrastructure, but MNEs often must build their own systems and find creative solutions to support value-chain activities. In much of the world, firms find themselves building roads, installing

localized energy sources, and developing other such systems to conduct business.¹¹ (CAVUSGIL; KNIGHT; REISENBERGER, 2017, p. 245).

Dessa forma, além de afetar positivamente o crescimento econômico, investimentos em infraestrutura edificam as futuras matrizes de energia e transporte, as paisagens urbanas e uma parte significativa da oferta em quantidade e qualidade de bens e serviços públicos. Ademais, estes investimentos delineiam como os recursos naturais serão utilizados no futuro, constituindo-se em uma oportunidade para evitar o agravamento da degradação ambiental e das mudanças climáticas nas economias emergentes. Portanto, o investimento em infraestrutura sustentável pode ser o principal instrumento para garantir a prosperidade a longo prazo, a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das populações dos países emergentes (STUDART, 2016). A criação do NBD constitui-se em um passo importante para atingir estes objetivos nas nações emergentes e, em particular, nas nações que compõem o BRICS.

3.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, apesar da grande diversidade, internamente e entre si, defrontam-se com desafios e oportunidades semelhantes em suas trajetórias como economias emergentes (LIMA, 2015). Por exemplo, o enorme hiato no financiamento de suas infraestruturas se sobressai: em 2017, apesar do investimento de cerca de US\$ 1.400 bilhões por parte destas economias, o hiato de investimento no setor ainda permanece em torno de US\$ 140 bilhões (NDB, 2017a). Em vista disso, apesar de alguns constrangimentos relacionados ao capital relativamente modesto e ao não recebimento de classificação de risco máxima por parte de agências internacionais, o NBD pode vir a possuir um importante papel como catalisador na redução dos déficits de infraestrutura enfrentados pelos seus membros (S&P GLOBAL RATINGS, 2018).

¹¹ “Muitas pessoas na Índia rural não têm acesso a banheiros e sistemas de tratamento de esgoto. O mau saneamento dá origem a doenças, e milhares de crianças indianas morrem semanalmente de doenças diarreicas. Os portos, estradas, ferrovias e aeroportos da Índia são insuficientes para lidar com os enormes volumes de carga que entram e saem diariamente do país. Cidades industriais como Bangalore e Pune sofrem periodicamente quedas de energia que podem durar 24 horas ou mais. O governo está trabalhando para melhorar a infraestrutura, mas as empresas multinacionais geralmente precisam construir seus próprios sistemas e encontrar soluções criativas para apoiar as atividades da cadeia de valor. Em grande parte do mundo, as empresas encontram-se construindo estradas, instalando fontes de energia localizadas e desenvolvendo outros sistemas para conduzir negócios.” (CAVUSGIL; KNIGHT; REISENBERGER, 2017, p. 245, tradução nossa).

A prerrogativa do NBD, como uma instituição jovem e arrojada, é tentar, inovar e experimentar o que funciona, em vez de replicar modelos antigos de desenvolvimento; o ‘novo’ no NBD é uma licença para experimentar implacavelmente, dentro de certos parâmetros de risco (MAASDORP, 2015). Assim, tal como a cooperação intra-BRICS, o NBD encontra-se em progresso contínuo, sujeito à introdução de inovações e ideias e com a vantagem de aprender com as experiências bem-sucedidas de outros BMDs, aperfeiçoá-las e adaptá-las às necessidades de seus membros, apresentando inovações e incorporando-as a suas operações (VISWANATHAN, 2015).

Sob uma perspectiva financeira, o NBD pode ajudar a atenuar muitos dos riscos que tornam os projetos de infraestrutura nos países emergentes pouco atraentes para os investidores, sobretudo ao concentrar-se fortemente neste setor, permitindo o desenvolvimento de conhecimento prático especializado (HUMPFREY, 2015). Ademais, o Banco pode maximizar seu impacto desenvolvimentista ao alavancar recursos externos, bem como através de co-financiamento e outras técnicas com bancos centrais, fundos de riqueza soberanos e bancos nacionais de desenvolvimento, ampliando assim a capacidade operacional dentro da mesma carteira de capital acionário (HUMPFREY, 2015). Simultaneamente, os investimentos feitos pelo Banco podem ajudar a criar um modelo para os investidores privados empregarem ao analisar potenciais projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em mercados emergentes (MATHUR, 2017).

No que tange à Índia em particular, objeto central da presente pesquisa, pode-se identificar uma convergência entre o foco de atuação do NBD e suas necessidades econômicas e, principalmente, infraestruturais. O país enfrenta os maiores constrangimentos de recursos naturais entre as economias do BRICS (WORLD BANK, 2018b) e o segundo maior déficit em infraestrutura do mundo (NDB, 2017a), com mais de 50% de todos os projetos de infraestrutura, em termos de proporção do PIB, financiados por instituições públicas (YELLURKAR, 2018). Para sustentar seu crescimento no longo prazo, a Índia precisará, portanto, mudar para uma trajetória de crescimento mais eficiente em termos de utilização de recursos e, simultaneamente, encontrar novas vias de financiamento para estes projetos. O NBD coincide com todos estes requisitos, podendo constituir-se em uma alternativa eficiente para superar os constrangimentos no financiamento da infraestrutura indiana. Esta consiste na terceira e última hipótese específica

da presente monografia, sobre a qual o próximo capítulo discorre, tendo como base os elementos apresentados no presente capítulo, acerca dos BMDs e, em particular, do NBD.

4 A ATUAÇÃO DO NBD NA ÍNDIA

Como já mencionado, a Índia tem registrado considerável crescimento econômico e melhoras em muitos de seus indicadores sociais nas últimas décadas, sobretudo a partir de meados do século XXI. No entanto, o país ainda figura atrás de muitos outros países, inclusive de outros países em desenvolvimento, como os do BRICS, em questões socioeconômicas básicas, como desenvolvimento de infraestrutura e áreas correlatas.

Esta situação decorre de fatores diversos, como atrasos na formulação de políticas e excesso de burocracia em questões como aquisição e reabilitação de terras e leis ambientais. Em decorrência disto, mais de 50% dos projetos ficam estagnados em diferentes estágios de implementação, acarretando perda de tempo e custos excessivos (CHAKRABARTY, 2013). Esta condição eleva os riscos de investir no setor de infraestrutura do país, inibindo o interesse de investidores privados e incumbindo o setor público da maior parte do desenvolvimento da infraestrutura indiana (WORLD BANK, 2018b). Contudo, a demanda por investimentos no setor, que beira US\$ 6 trilhões, dificilmente será suprida somente por órgãos públicos (WORLD BANK, 2018b). Novos atores, portanto, são essenciais para suprir as crescentes lacunas verificadas no setor, a fim de complementar as atividades de instituições já atuantes no país. O NBD figura entre os atores mais recentes presentes na Índia no que diz respeito ao financiamento de sua infraestrutura, e o primeiro cuja ênfase recai sobre a sustentabilidade dos empreendimentos.

Partindo desta avaliação, o presente capítulo visa a apresentar uma análise detalhada da atuação do NBD na Índia, através de um estudo dos setores e, particularmente, dos projetos financiados pelo Banco no país. Com isso, pretende-se examinar em que medida o NBD constitui-se em um mecanismo eficiente para superar problemas de financiamento de infraestrutura na Índia, terceira hipótese da monografia. Ainda, a fim de testar a hipótese de que NBD se difere dos demais órgãos de financiamento existentes na Índia, os projetos analisados são comparados a empreendimentos dos mesmos setores e regiões financiados por outros BMDs.

Assim, na primeira seção, são retomados brevemente os principais gargalos do setor de infraestrutura, descritos no primeiro capítulo, e então é feita uma análise do mercado financeiro indiano no que tange ao financiamento do desenvolvimento do país, apontando os principais atores e instituições de financiamento e o espaço para a atuação dos BMDs.

Em seguida, realiza-se um estudo das operações do NBD na Índia. Para tal, selecionou-se três projetos, dos setores rodoviário, hídrico e elétrico, financiados pelo NBD e analisou-se suas principais características. A fim de analisar em que medida o NBD se difere dos demais órgãos de financiamento existentes na Índia, selecionou-se projetos semelhantes financiados por outras instituições multilaterais, comparando-os aos projetos do NBD previamente analisados.

A terceira seção traz algumas considerações gerais acerca dos seis projetos analisados, apontando suas características análogas e, em especial, as características que distinguem o NBD dos outros BMDs em atuação no país. Além disso, são apresentados alguns aspectos dos projetos financiados pelo NBD, que poderiam ser aprimorados com base no exemplo de outras instituições financeiras. A última seção é dedicada a algumas considerações preliminares derivadas das análises.

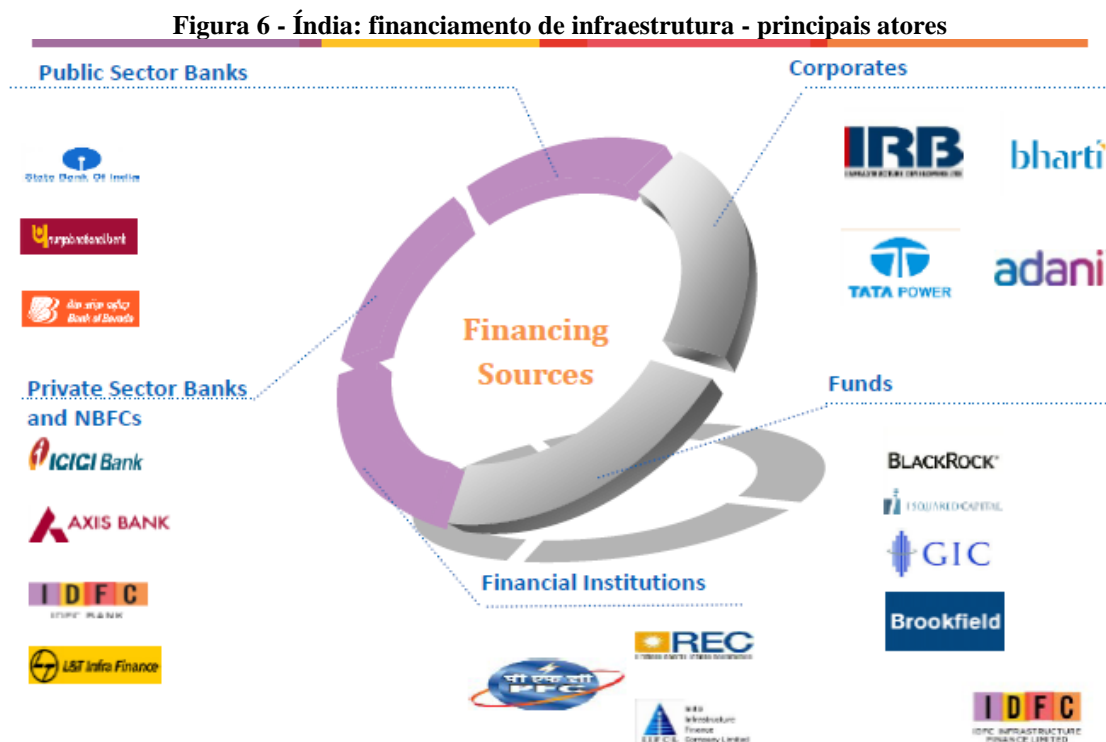
4.1 FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NA ÍNDIA

O desenvolvimento de uma arquitetura de financiamento para a infraestrutura e, em particular, para a infraestrutura sustentável, tem sido um dos maiores desafios das economias em desenvolvimento e emergentes da atualidade (STUDART, 2016). Um dos principais entraves para o desenvolvimento desta arquitetura consiste na dificuldade de acesso ao crédito, decorrente de particularidades econômicas internas a cada país. Neste sentido, para a construção de um ambiente financeiro propício para o desenvolvimento, faz-se necessária a compreensão das capacidades e requisitos particulares de cada nação para promover seu acesso ao financiamento (STUDART, 2016).

O desenvolvimento financeiro, ou seja, a capacidade dos atores financeiros de fornecer mecanismos que facilitem e aumentem as transações econômicas, é um catalisador para o crescimento econômico, sendo de particular importância para as economias emergentes (BHAVISH et al., 2018). Diferentes pesquisas empíricas corroboram a assertiva, a exemplo da realizada por Bhavish et al. (2018), que constatou uma forte inter-relação entre o crescimento do PIB e o desenvolvimento do mercado financeiro dos países do BRICS, sobretudo da Índia e da China, cujos mercados financeiros são os mais desenvolvidos do grupo (BHAVISH et al., 2018).

No tocante à Índia em particular, apesar do elevado desenvolvimento do setor financeiro do país, as principais fontes de investimento em infraestrutura consistem no financiamento

público, através de instituições multilaterais e orçamento público, seguido pelo financiamento privado, sobretudo instituições financeiras e bancos e, apenas em casos de projetos considerados excepcionais, mercados de capitais (YELLURKAR, 2018). A figura 6, abaixo, ilustra as principais fontes de financiamento de infraestrutura na Índia, bem como suas origens setoriais correspondentes.



Fonte: Yellurkar (2018, p. 3)

Um dos principais entraves para o desenvolvimento da infraestrutura indiana consiste na dificuldade de acesso ao crédito para financiar os empreendimentos. O crédito bancário destinado ao setor, inclusive, tem registrado queda considerável nos últimos anos – como ilustrado pelo gráfico 3 na página 27 – e, portanto, a solução desta dificuldade deve passar pela sua retomada (WORLD BANK, 2018a). A isso soma-se o alto custo do capital no país, o maior da região Ásia-Pacífico (BLOOMBERG, 2016).

Esta conjuntura é consequência sobretudo dos atrasos das obras, que ocorrem devido a burocracias na formulação de políticas públicas e aspectos de implementação relacionados à aquisição e à reabilitação de terras, leis ambientais, dentre outros. Consequentemente, muitos projetos permanecem estagnados em diferentes estágios de implementação devido à variedade de

obstáculos regulatórios e gargalos específicos do setor, acarretando em excessos significativos de tempo e de custo e baixo interesse por parte de investidores privados (CHAKRABARTY, 2013).

O setor público, conseqüentemente, consiste no principal credor para projetos de infraestrutura no país, ficando a cargo da maior parte do financiamento, inclusive em projetos financiados através de Parcerias Público-Privadas (CHAKRABARTY, 2013). Contudo, os elevados déficits fiscais constroem muitos dos investimentos governamentais potenciais, os quais, além disso, são desigualmente alocados em termos de valores e estamentos sociais. A título de exemplo, cerca de metade dos gastos públicos com serviços básicos não atinge a população de baixa renda da Índia (WORLD BANK, 2018b). Essa alocação desigual de recursos estende-se ao setor de infraestrutura: os investimentos públicos são alocados em setores e áreas específicas, sobretudo no segmento de infraestrutura social e nas áreas rurais, acarretando em baixa eficiência alocativa e operacional entre setores e regiões do país (WORLD BANK, 2018b).

Os BMDs, por sua vez, correspondem a somente 2,5% do investimento em infraestrutura realizado na região asiática; todavia, excluindo-se a China e a Índia, esta porcentagem aumenta para 10% (ADB, 2017). Diante desta conjuntura econômico-financeira, os BMDs possuem um espaço oportuno para exercer seu papel, seja diminuindo o ônus do setor público no financiamento da infraestrutura indiana, seja diminuindo os riscos do ambiente financeiro, tornando-o mais atrativo aos investidores privados. Neste sentido, é interessante avaliar os esforços recentes do NBD nessa direção, por meio da análise de alguns projetos financiados pelo banco, objeto do próximo tópico.

4.2 PROJETOS FINANCIADOS PELO NBD NA ÍNDIA

A trajetória de rápido crescimento da economia indiana nos últimos anos repercute na trajetória de crescimento do seu setor de infraestrutura, evidenciando a necessidade de desenvolvê-lo a fim de alocar de maneira sustentável a crescente população que tem migrado para os centros urbanos, garantindo assim a continuidade do crescimento econômico no longo prazo (WORLD BANK, 2018b). Estimativas apontam que as grandes cidades indianas devem apresentar um crescimento populacional de cerca de 10 milhões por ano, exigindo investimentos estimados em US\$ 40 bilhões anuais nas próximas duas décadas (WORLD BANK, 2018b).

Alguns setores cruciais para o desenvolvimento econômico do país, contudo, permanecem com investimentos aquém do necessário para sustentar o atual ritmo de crescimento, tal como o energético, o hídrico e, principalmente, o rodoviário, setores nos quais têm se concentrado os investimentos do NBD, analisados a seguir. É importante, ademais, que a maior parte desse investimento seja feito em opções sustentáveis, que, além de melhorar a infraestrutura e proporcionar maior acesso aos serviços correspondentes para as classes média e baixa, gere benefícios ambientais (WORLD BANK, 2018b).

Ao encontro destas necessidades, a sustentabilidade e o impacto social nas regiões abarcadas pelos projetos permeiam a ênfase geral do NBD, de acordo com a estratégia traçada até 2021 (NDB, 2017b). O Banco parte do princípio de que os projetos financiados serão mais bem sucedidos quando os países mutuários estiverem no comando de sua própria trajetória de desenvolvimento e, portanto, sempre que possível, serão realizados em parceria com instituições locais, nacionais e internacionais (NDB, 2017b).

A relevância dos empréstimos concedidos pelo NBD para a Índia, assim, não se deve somente ao seu papel na superação do hiato de financiamento do país, mas também por abarcarem setores da infraestrutura indiana cujos pontos de estrangulamento são enormes - alguns, inclusive, os maiores do mundo - ao mesmo tempo em que preserva a autonomia do governo na condução de seu desenvolvimento. De acordo com o relatório anual do NBD, em relação à Índia,

Efforts are being made on multiple fronts to augment resources for infrastructure investment: developing brownfield assets as a separate asset class for infrastructure investment and credit enhancement of bonds issued by infrastructure companies. The structural reforms will help improve private investors' confidence, but other challenges still need to be addressed, such as access to financing and regulatory hurdles. For NDB, India presents a host of possibilities in transportation, renewable energy, water and sanitation, urban infrastructure and pollution reduction. India may also benefit from resources from the PPF¹, once it becomes operational. The Bank intends to help increase the quality and bankability of projects not only by improving project preparation capabilities, but also by expanding financing opportunities, including in its local currency.² (NDB, 2017a, p. 36).

¹ Project Preparation Fund (Fundo de Preparação de Projetos, FPP).

² "Esforços estão sendo feitos em várias frentes para aumentar os recursos para investimento em infraestrutura: desenvolvimento de ativos *brownfield* como uma classe de ativos separada para investimentos em infraestrutura e melhoria de crédito de títulos emitidos por empresas de infraestrutura. As reformas estruturais ajudarão a melhorar a confiança dos investidores privados, mas outros desafios ainda precisam ser abordados, como o acesso a financiamento e obstáculos regulatórios. Para o NBD, a Índia possui muitas possibilidades nos setores de transporte, energia renovável, água e saneamento, infraestrutura urbana e redução da poluição. A Índia também deverá se beneficiar dos recursos do FPP, quando os mesmos se tornarem operacionais. O Banco pretende ajudar a aumentar a qualidade e a liquidez dos projetos não apenas melhorando suas capacidades de preparação, mas também expandindo as oportunidades de financiamento, inclusive em moeda local." (NDB, 2017a, p. 36, tradução nossa).

Atualmente, sete projetos financiados pelo NBD estão em curso na Índia, os quais totalizam um montante de US\$ 2,29 bilhões. Destes, quatro concentram-se no setor rodoviário, dois no setor hídrico e um no setor energético. Todos consistem em projetos soberanos, com exceção do Projeto Canara de energias renováveis, o primeiro empréstimo concedido pelo NBD, cuja soberania é garantida. No que tange às modalidades de empréstimo, os sete empreendimentos financiados até o momento consistem em financiamento multi-parcelado, facilidade de financiamento ou empréstimo direto. Ademais, tanto os mutuários quanto os beneficiados finais do projeto são governos, nacional ou subnacionais, ou órgãos públicos (NDB, 2018c).

Tendo em vista o maior tempo percorrido desde a aprovação, bem como a existência de projetos similares já em andamento, para fins de comparação, optou-se por analisar, nas próximas subseções, os seguintes empreendimentos: Rajasthan Water Sector Restructuring Project, Canara Renewable Energy Financing Scheme e Madhya Pradesh Major District Roads Project.

4.2.1 Rajasthan Water Sector Restructuring Project³

A Índia é o país que mais utiliza água subterrânea no mundo, explorando cerca de 230 bilhões de metros cúbicos por ano, devido sobretudo à disponibilidade de água subterrânea a custos irrisórios, o que tem acarretado o esgotamento de muitos aquíferos (WORLD BANK, 2018b). À escassez de água soma-se a deterioração de sua qualidade, decorrente do despejo de poluentes de cidades, fazendas e fábricas, sendo apenas um terço do esgoto despejado pelos principais centros urbanos da Índia tratado (WORLD BANK, 2018b).

Como consequência, o setor hídrico constitui-se em um dos maiores problemas da infraestrutura do país, que figura na 108ª posição em um ranking com 113 países em termos de riscos relacionados à água, com tendência a crescer à medida que a população se aproximar de 1,7 bilhão em meados de 2050 (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2017). Diante desta conjuntura, dois dos sete projetos financiados pelo NBD no país visam contribuir para a superação do problema: o Madhya Pradesh Multi Village Water Supply Project, aprovado em agosto de 2017, e o Rajasthan Water Sector Restructuring Project, aprovado em novembro de 2017, a ser analisado a seguir.

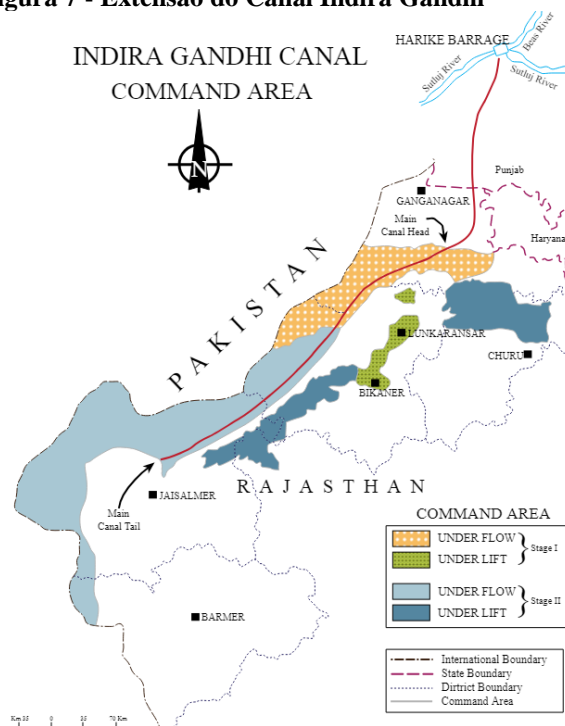
³ Projeto de Reestruturação do Setor Hídrico do Rajastão.

O Rajastão é o maior e mais seco estado da Índia em termos de área, com um PIB *per capita* cerca de 13% abaixo da média nacional. Dois terços de sua população trabalha no setor agrícola. Contudo, devido à recorrência de secas e consequente deterioração da infraestrutura agrícola, a produção do setor representa apenas 28% do PIB do estado. Isto ocorre sobretudo devido à escassez de recursos hídricos: a disponibilidade de água *per capita* do estado é de cerca de 780 metros cúbicos por ano, medida considerada severamente baixa pelos padrões internacionais (NDB, 2017c).

O projeto de Reestruturação do Setor Hídrico do Rajastão se concentrará no Canal Indira Gandhi, o maior do país, cuja extensão é ilustrada no mapa 1. A construção do Canal teve início em 1958, através do projeto denominado Indira Gandhi Nahar Project, um dos maiores projetos do setor no mundo, com o objetivo de tornar as áreas desérticas da região propícias para o cultivo agrícola (RAJASTHAN, 2018). A obra, que ainda não foi concluída, já apresenta significativa deterioração devido ao desgaste temporal e à infiltração. Neste sentido, o Rajasthan Water Sector Restructuring pretende reabilitar 678 km do canal, transferindo cerca de 8 milhões de acres de água excedente dos rios Ravi e Beas para o Rajastão, além de formular sistemas de gestão de cheias para os rios Ravi, Beas, Sutlej e Ghaggar. Ademais, apoio técnico será fornecido a associações locais de usuários de água para otimizar as operações de irrigação (NDB, 2017c).

Com o empreendimento, objetiva-se reabilitar áreas inundadas, reduzir a infiltração e modernizar e otimizar as práticas de manejo de irrigação, contribuindo, assim, para a melhora da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento da indústria agrícola, principal setor da economia do Rajastão. O NBD projeta um aumento de 1,25 milhão de acres de água disponível para cultivo, uma melhora de 10% da eficiência do uso da água e a recuperação de 33.312 hectares de área irrigada, aumentando a área para mais 150.000 hectares até 2025 (NDB, 2017c). Ademais, com a melhor alocação do uso da água da chuva e das enchentes dos rios abarcados pelo projeto, os riscos de enchentes, tais como as ocorridas em Kerala, serão reduzidos.

Figura 7 - Extensão do Canal Indira Gandhi



Fonte: Índia (2017b).

Em conformidade com os objetivos do NBD de causar impactos socioambientais mínimos ou nulos, a primeira fase do projeto possui classificação de risco C⁴. A análise das fases 2 e 3 do projeto apontaram para possíveis impactos ambientais em partes do canal que passam por áreas arborizadas, os quais já são levados em consideração durante a primeira etapa, a fim de contorná-los (NDB, 2017c).

O departamento de recursos hídricos do Rajastão está responsável pela implementação do empreendimento e deverá selecionar os fornecedores por meio de licitações, iniciadas em julho de 2018 e restritas apenas a companhias cuja sede encontre-se em algum país do BRICS (RAJASTHAN, 2018). O período de implementação do projeto está previsto para seis anos, com conclusão em fevereiro de 2024 (NDB, 2017c).

O projeto está orçado em um total de US\$ 495 milhões, dos quais o NBD financiou US\$ 345 milhões, correspondente a 70% do valor, ficando o restante a cargo do governo do Rajastão.

⁴ Os projetos de infraestrutura são classificados em 3 categorias distintas: A - é provável que o projeto tenha impactos ambientais e sociais adversos significativos e irreversíveis, que podem afetar uma área superior à dos locais ou instalações das obras; B - operações que possam causar impactos ambientais e sociais negativos, porém específicos do local da obra, de curto prazo e para os quais existem medidas de mitigação efetivas; C - operações que não causem impactos sociais e ambientais ou cujos impactos sejam mínimos e rapidamente reversíveis; e FI - o projeto envolve investimento de fundos para ou através de um Intermediário Financeiro (NDB, 2016c, p. 7-8).

O empréstimo será concedido em três parcelas: a primeira, de US\$ 100 milhões, concedida em fevereiro de 2018, a segunda, US\$ 120 milhões, e a terceira, US\$ 125 milhões, ainda sem datas definidas. O financiamento em multi-parcelas proporciona flexibilidade tanto ao mutuário quanto ao NBD para administrar projetos que exigem um longo período de implementação. Sob essa modalidade, o Conselho de Diretores aprova o investimento máximo para cada instalação, o valor da primeira parcela e o acordo de sua implementação, no qual constam as principais características do programa de investimento ou do projeto e os termos e condições do financiamento. Os direitos e obrigações legais das partes em relação ao empreendimento, contudo, surgem apenas quando o Banco e o mutuário assinam acordos legais relativos às parcelas individuais do financiamento (NDB, 2018b).

Um projeto similar foi financiado pelo Banco Mundial no Rajastão, aprovado em fevereiro de 2002 e finalizado em março de 2013, igualmente denominado Rajasthan Water Sector Restructuring Project. Sua ênfase incide sobre o setor hídrico de todo o estado, com os objetivos de fortalecer a capacidade de planejamento estratégico e de gestão de recursos das águas superficiais e subterrâneas, promover o desenvolvimento sustentável e aumentar a produtividade da agricultura irrigada. Com isso, pretende-se melhorar o desempenho dos sistemas de irrigação de superfície e reforçar os serviços de apoio agrícola, envolvendo uma maior participação dos usuários e do setor privado na prestação de serviços no estado. A categoria ambiental foi classificada como risco ambiental A, considerada com maior possibilidade de impactos negativos ao meio ambiente, e a implementação ficou a cargo do Departamento de Irrigação do Governo do Rajastão.

O valor total do projeto foi de US\$ 180,2 milhões, dos quais o BM financiou US\$ 140 milhões e o restante do valor foi concedido por organizações locais de agricultores e pelo próprio Governo da Índia, mutuário dos empréstimos. Somente 78% do total estimado inicialmente para o empréstimo foi desembolsado, devido à realocação de verbas para o Projeto de Reconstrução após o Tsunami ocorrido na parte Oriental da Índia, em 2004, e ao cancelamento de SDR⁵ 6,6 milhões em março de 2008, devido a desvalorizações cambiais. Isto elucida a importância do objetivo do NBD de conceder financiamento em moeda local, o que evitaria riscos cambiais como o ocorrido

⁵ O valor da moeda do SDR é determinado pela soma dos valores em dólar americano, com base nas taxas de câmbio do mercado do dólar americano, do euro, do iene japonês, da libra esterlina e do renminbi chinês. O valor da moeda SDR é calculado diariamente (exceto feriados do FMI ou quando o FMI é fechado para negócios) e a cesta de avaliação é revisada e ajustada a cada cinco anos (IMF, 2018).

no caso deste projeto, que reduziu o montante destinado ao país devido à desvalorização da rúpia indiana após a eclosão da crise financeira de 2008.

Corroborando as características mencionadas nos capítulos anteriores acerca da complexidade dos projetos de infraestrutura nos países em desenvolvimento, o projeto financiado pelo Banco Mundial apresentou cinco anos de atraso em relação ao tempo inicialmente previsto para conclusão (WORLD BANK, 2014). Além disso, o alcance de alguns objetivos foi prejudicado pela falta de empresas elegíveis e pelas dificuldades de órgãos do governo na definição e revisão de questões técnicas, o que obstou a atualização do Sistema de Informações Hidrológicas e a implementação do sistema de medição e registro de água (WORLD BANK, 2014).

Dentre os resultados alcançados pelo projeto, ressalta-se o estabelecimento do Departamento Estadual de Planejamento de Recursos Hídricos, a reabilitação do sistema de canais de irrigação em 625.568 hectares e a melhora de 24% da eficiência operacional desses sistemas. Com isso, a eficiência do uso da água apresentou uma melhora de 40% nas áreas abrangidas pelo projeto, a produtividade agrícola, aumento de 3,5 toneladas por hectare, a renda familiar dos agricultores aumentou INR 100.000 por ano (equivalente a cerca de US\$ 1.370,00) e 530 Associações de Usuários de Água foram criadas. Os resultados e características do projeto do Banco Mundial são resumidos na figura 8, em comparação aos resultados esperados e características do Projeto do NBD.

Figura 8 - Rajasthan Water Sector Restructuring Project: NBD e BM

Projeto	NBD	BM
Setor	Gestão de Recursos Hídricos; Infraestrutura Sustentável	Extensão Agrícola, Pesquisa e Outras Atividades de Suporte; Irrigação e Drenagem; Governo Subnacional; Proteção social
Objetivo	- Reabilitar o Canal Indira Gandhi e áreas próximas, promovendo a microirrigação e melhorando as instalações atuais - Fornecer apoio técnico às associações locais de usuários de água para otimizar as operações de irrigação	- Reforçar a capacidade de planejamento estratégico e de desenvolvimento e gestão sustentáveis dos recursos hídricos - Aumentar a produtividade da agricultura irrigada
Mutuário	República da Índia	República da Índia
Modalidade de empréstimo	Financiamento de projeto soberano	Empréstimo para investimento específico
Valor do projeto (US\$ milhões)	495	180,2
Valor financiado (US\$ milhões)	345	140

Projeto	NBD	BM
% do financiamento	70%	78%
Categoria Ambiental	C	A
Tempo previsto para implementação	6 anos	11 anos
Juros e Taxas (US\$ milhões)	não divulgado	21,49
Aumento da área irrigada (ha)	150.000	146.386
Melhoria da eficiência do uso da água	10%	40%

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em NDB (2017) e WORLD BANK (2014).

O aprendizado com a experiência de outros Bancos e instituições financeiras consiste em uma das vantagens das quais o NBD desfruta. Neste sentido, o projeto financiado pelo Banco Mundial, ao abarcar a mesma região e o mesmo setor que o projeto do NBD, oferece algumas lições. Primeiramente, um projeto arquitetado para abordar questões complexas de reforma institucional e política em setores politicamente sensíveis, como é o caso do gerenciamento e uso de recursos hídricos, dificilmente atingirá seus objetivos em 5 ou 6 anos. Além disso, o desenvolvimento de associações de usuários de água é um processo de longo prazo, o que acarreta na necessidade de programas adequados para fornecer apoio técnico, treinamento e capacitação. Para isto, investimentos em instituições que forneçam tais serviços são fundamentais, bem como a preferência por uma abordagem multi-projetos em vez da ênfase em uma única operação (WORLD BANK, 2014).

Tendo em vista que a primeira parcela do empréstimo foi concedida em fevereiro do ano corrente e o requerimento para licitantes em julho, não é possível realizar uma análise aprofundada dos impactos do projeto. Preliminarmente, contudo, pode-se inferir que, tendo em vista a escassez de informações sobre o mesmo até o momento, sua execução encontra-se em estágios iniciais ou ainda não fora iniciada. Isso aponta para fortes indícios de que a lição fornecida pelo Banco Mundial, de que projetos em um setor complexo como o de recursos hídricos, sobretudo em um estado de renda consideravelmente baixa, como o Rajastão, dificilmente será finalizado em um período de 5 ou 6 anos.

Ênfase importante deve ser concedida ao fato de que o empreendimento perfaz os propósitos centrais do banco, quais sejam, a ênfase na sustentabilidade dos projetos, com riscos ambientais mínimos ou nulos, e o impacto desenvolvimentista, uma vez que as projeções apontam

para um aumento significativo da terra irrigada, um dos maiores impasses econômicos do Rajastão. Ademais, tendo em vista a enorme área abarcada pelo canal, os impactos positivos se estenderão para além dos três estados abrangidos e, seguindo a tendência apresentada pelos projetos de infraestrutura, a economia deverá ser estimulada tanto pela criação de empregos diretos como indiretos.

Por fim, vale ressaltar os efeitos permanentes sobre o bem-estar da população da região. O difícil acesso à água potável é um problema que atinge grande parte da sociedade indiana, causando sérios problemas de saúde pública devido ao seu potencial propagador de doenças e outras enfermidades (CIA, 2018). Um projeto visando reabilitar o maior canal hídrico do país, portanto, tem grandes indícios de que acarretará impactos positivos para as regiões para as quais o mesmo fornecerá água, sobretudo à população de baixa renda. Este quesito condiz com os objetivos primários dos bancos de desenvolvimento, de redução da pobreza e desigualdade, contrapondo, desta forma, críticas acerca do distanciamento do NBD destes propósitos.

4.2.2 Canara Renewable Energy Financing Scheme⁶

O rápido crescimento populacional da Índia, a rápida urbanização e a mudança na estrutura econômica, com a passagem da agricultura para a indústria manufatureira, acarretaram uma crescente demanda por energia no país, que possui o terceiro maior consumo de energia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China (NDB, 2016a). Como consequência, a Índia possui uma alta dependência de importações, sobretudo de combustíveis fósseis, para suprir muitas de suas necessidades energéticas, apesar de seus vastos recursos naturais (PANDLEY, 2017).

Para atenuar o problema, o governo indiano estabeleceu a meta de aumentar a capacidade de energia renovável para 175 GW/ano, maior programa de expansão de capacidade de energias renováveis do mundo (INDIA, 2017a). Após o estabelecimento da meta, a Índia tornou-se um importante destino de investimentos, em especial por parte de bancos, tanto públicos como privados, rompendo com a tendência histórica de corresponder a apenas uma pequena fatia do investimento mundial em projetos de energia renovável (BLOOMBERG, 2016). Para atingir a meta, contudo, o país demanda um investimento total estimado de US\$ 100 bilhões até 2022, o

⁶ Esquema de Financiamento de Energia Renovável Canara.

que requer um aumento maciço dos fluxos de capital em relação aos níveis atuais (BLOOMBERG, 2016).

O Canara Renewable Energy Financing Scheme, primeiro projeto financiado pelo NBD, aprovado em 13 de abril de 2016, é o único no setor de energias renováveis em curso na Índia até o momento, através do qual o NBD destinou US\$ 250 milhões ao Banco Canara para o financiamento de subprojetos de energia renovável. O estabelecimento de parcerias com instituições nacionais é importante, pois estas instituições são fontes de informação sobre as prioridades de desenvolvimento estratégico dos países mutuários, sobre questões de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, e sobre as leis e regulamentos nacionais relevantes para a implementação do projeto (NDB, 2017b). Logo, estas parcerias coincidem com o princípio do NBD de respeito à soberania e às estratégias de desenvolvimento de seus membros (NDB, 2017b).

O Banco Canara é a maior instituição financeira da Índia, há mais de 100 anos em operação. O Banco foi nacionalizado em 1969 e, desde então, passou a atuar em diferentes segmentos, com ênfase no apoio a projetos de desenvolvimento dos governos nacional e subnacionais (CANARA BANK, 2018). Neste sentido, o Banco tem priorizado o desenvolvimento de energias renováveis e, portanto, concede preferências em relação ao crédito e outros instrumentos financeiros direcionados para o setor (CANARA BANK, 2018).

Em conformidade com os objetivos do NBD de financiar sobretudo empreendimentos que visam ao desenvolvimento de fontes de energia renováveis, o Projeto Canara aumentará a capacidade de geração de energia a partir de recursos energéticos não-fósseis presentes no território indiano. O país possui um potencial estimado de energia renovável de cerca de 1096 GW de fontes comercialmente exploráveis, sobretudo energia eólica, solar, hidrelétrica e bioenergia (INDIA, 2017a).

A implementação dos projetos e a fiscalização socioambiental ficarão a cargo do Banco Canara, com orientação do Ministério de Energias Renováveis da Índia, os quais assegurarão o descarte seguro dos painéis solares danificados ou descartados e garantirão a implementação de práticas de trabalho seguras durante toda a vida útil dos projetos. Os recursos do NBD, contudo, deverão ser alocados de acordo com os critérios de elegibilidade e com as normas socioambientais exigidas pelo banco. Desta forma, os projetos estarão em conformidade tanto

com os requisitos ambientais da Índia como com as exigências socioambientais do NBD (NDB, 2016a).

Devido ao longo período de implementação apresentado pelos projetos de energias renováveis, a modalidade de empréstimo será através de financiamento em multi-parcelas. O valor financiado é de US\$ 250 milhões, desembolsado em três parcelas, sendo as duas primeiras de US\$ 75 milhões e a terceira de US\$ 100 milhões, integralmente destinados ao Banco Canara para a execução de subprojetos de energia renovável. Os empreendimentos estão orçados no valor total de US\$ 500 milhões e compreendem os setores de energia solar, eólica, biomassa, hidrelétrica, geotérmica, dentre outros, e deverão aumentar a capacidade de geração de energia a partir de recursos energéticos baseados em fontes renováveis no país (NDB, 2016a). O restante do valor será financiado pelo Banco Canara (US\$ 150 milhões) e por outras fontes não especificadas (US\$ 100 milhões).

O valor repassado ao Banco Canara ajudará a aumentar a liquidez para financiamento de longo prazo de projetos no setor de energia renovável e ampliará sua capacidade institucional para conceder empréstimos no setor (NDB, 2016a). A estimativa é que a primeira parcela do financiamento promova a geração de 500 MW de energia renovável e a economia de cerca de 800.000 toneladas de emissões de carbono (SONI, 2017). Tendo em vista que as demais parcelas ainda não foram concedidas, o impacto do restante do empréstimo ainda não foi estimado.

A importância do empreendimento não se deve somente à sua contribuição para a redução da lacuna de financiamento de infraestrutura da Índia, mas também à destinação integral dos recursos para a geração de energia renovável. A título de exemplo, o Banco Mundial, uma das principais fontes de financiamento do desenvolvimento da Índia, destina uma parcela ínfima dos seus recursos ao setor (SONI, 2017). O Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), por sua vez, tem destinado uma parcela significativa dos seus recursos para projetos de energia renovável na Índia. Contudo, dada a abrangência de setores abarcada pelo Banco, sua ênfase igualmente não recai especificamente sobre a sustentabilidade (SONI, 2017).

Um projeto financiado pelo ADB, nos mesmos moldes do Projeto Canara, está em curso no país. Denominado ReNew Power Investment Project, o empreendimento se insere no chamado financiamento ++, através do qual o ADB financia junto a co-investidores, alavancando, assim, recursos através de parcerias, ao mesmo tempo em que fornece conhecimento aos seus parceiros. O investimento no valor de US\$ 50 milhões foi destinado à ReNew Power Ventures Pvt Ltd., a

maior empresa privada de energias renováveis da Índia. O financiamento deverá contribuir para a geração de cerca de 560 MW de energia eólica e solar em diferentes estados do país (SONI, 2017).

A preocupação com os impactos ambientais também permeia a execução do empreendimento, classificado na categoria ambiental B. A ReNew garantirá que os projetos cumpram a Declaração de Política de Salvaguardas exigida pelo ADB e as leis e regulamentos nacionais, bem como será encarregada de estabelecer e manter um sistema de gestão ambiental e social apropriado (ADB, 2014). Neste sentido, observa-se uma similaridade com o projeto do NBD no tocante à parceria com instituições nacionais. Há uma forte preocupação com o cumprimento das leis nacionais e com as metas desenvolvimentistas dos governos soberanos, ao mesmo tempo em que são aplicadas as salvaguardas dos Bancos. Para fins de comparação, o quadro a seguir mostra as principais características dos dois empreendimentos:

Figura 9 - Canara Renewable Energy Financing Scheme e ReNew Power Investment Project

Projeto	NBD	ADB
Setor	Energias renováveis	Energias renováveis
Objetivo	Apoio ao Banco Canara para o financiamento de projetos de energia renovável	Apoio à ReNew para o financiamento de projetos de energia renovável
Mutuário	Canara Bank	ReNew Power Ventures Private Limited
Modalidade de empréstimo	Financiamento soberano garantido: 3 parcelas	Investimento acionário na ReNew
Valor do projeto (US\$ milhões)	500	80
Valor financiado (US\$ milhões)	250	50
% do financiamento	50%	75%
Categoria Ambiental	Não disponível	B
Tempo previsto para implementação	Sem previsão - em andamento	Sem previsão - em andamento
Geração de Energia (MW)	500 (1)	560
Redução na emissão de CO2 (toneladas)	815.000 (1)	956.280

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em NDB (2016a) e ADB (2014).

(1) Estimativas para a primeira parcela do financiamento (US\$ 75 milhões).

Os empreendimentos comparados são semelhantes tanto em relação aos impactos previstos, em proporção ao valor, como quanto à forma de financiamento, em parceria com uma instituição local. As maiores diferenças dizem respeito ao valor financiado, sendo o do projeto do

NBD muito superior ao do ADB, e à forma de financiamento, aquele multi-parcelado, concedido diretamente ao mutuário, e este por meio de investimento direto nas participações da Renew, com pagamento realizado diretamente à empresa.

Ao conceder financiamento para empreendimentos de energias renováveis, o NBD contribui para a redução das emissões globais de gases de efeito estufa, que se encontram em patamares críticos na Índia, coincidindo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, a geração de energia através de fontes renováveis presentes no território indiano contribuirá para a redução do déficit no balanço de pagamentos do país, causado pelo grande volume importado de matérias-primas, bem como para atingir a meta de aumento de geração de energias renováveis estabelecida pelo governo. Ademais, o projeto deverá acelerar o crescimento econômico do país, ao fornecer capacidade adicional de geração de energia em larga escala. Os impactos totais do empréstimo, contudo, não são estimáveis, visto que as previsões relativas às demais parcelas do empreendimento ainda não foram divulgadas.

4.2.3 Madhya Pradesh Major District Roads Project⁷

O setor rodoviário consiste no principal modal de transporte da Índia, mas a maioria das estradas do país se encontra em condições precárias, com rodovias congestionadas, atrasos no transporte público e um alto número de acidentes de trânsito (S&P GLOBAL RATINGS, 2016). Estimativas apontam que a falta de planejamento e de conectividade entre os centros urbanos e entre estes e as áreas rurais poderá custar à economia indiana entre US\$ 330 bilhões e US\$ 1,8 trilhão até 2050, correspondente a cerca de 6% do PIB do país (WORLD BANK, 2018b).

Uma malha rodoviária desenvolvida facilita não somente o transporte, mas também o comércio, a integração social e o desenvolvimento das economias locais, beneficiando, conseqüentemente, toda a economia nacional. Portanto, investimentos para conectar os principais corredores aos centros de produção e consumo, bem como para interligar os meios de transporte existentes, impulsionarão ainda mais o potencial econômico indiano (WORLD BANK, 2018b). Tendo em vista a importância do setor rodoviário para a economia do país, o NBD está financiando quatro projetos para aprimorá-lo: Madhya Pradesh Major District Roads II Project,

⁷ Projeto para as Principais Estradas do Distrito de Madhya Pradesh

Bihar Rural Roads Project, Madhya Pradesh Bridges Project e Madhya Pradesh Major District Roads Project, este último sendo analisado a seguir.

Madhya Pradesh é o segundo maior estado da Índia em termos territoriais, embora seu PIB remanesça cerca de 37% abaixo da média nacional. A falta de infraestrutura adequada de transporte consiste no principal entrave para acelerar o desenvolvimento econômico do estado: apenas 21 das mais de 200 rodovias nacionais atravessam Madhya Pradesh e, das rodovias estaduais, cerca de 90% são vias únicas padrão ou ainda mais estreitas (NDB, 2016b).

Através do projeto Madhya Pradesh Major District Roads, orçado em um total de US\$ 500 milhões, o NDB emprestará US\$ 350 milhões para o Governo da Índia, com o objetivo de modernizar as principais rodovias estaduais de Madhya Pradesh, sendo o restante do valor desembolsado pelo governo estadual. Esta modalidade de empréstimo, denominada Project Finance Facility⁸ (PFF), pauta-se pelo desenvolvimento de um *cluster* de projetos interligados, vertical ou horizontalmente, também referidos como subprojetos. O plano de investimento, os critérios para a seleção dos subprojetos e sua estrutura de implementação são aprovados pelo Conselho de Diretores. Já o seu financiamento é aprovado pelo Comitê de Crédito e Investimento, com exceção dos projetos cujos impactos ambientais e sociais são classificados como categoria A, que exigem a aprovação do Conselho de Diretores (NDB, 2018b).

O financiamento será destinado a projetos de melhoria da conectividade de Madhya Pradesh, sobretudo o interior aos centros urbanos, de modernização e ampliação das atuais estradas e pontes e de aumento da abrangência das rodovias nacionais e estaduais (NDB, 2016b). Os empreendimentos deverão compreender ao menos 1.500 km das principais estradas do estado, às quais serão garantidas sinalização e largura padrão, travessias de pedestres e outros recursos de segurança (NDB, 2016b). O empreendimento foi aprovado em novembro de 2016 e sua conclusão está prevista para março de 2021.

A expectativa é que os projetos melhorem a conectividade do interior com as redes rodoviárias federais e estaduais, promovam o crescimento econômico na região, diminuam a quantidade de acidentes de trânsito e reduzam o tempo de viagem em 25%, facilitando o acesso a centros econômicos, educacionais e de saúde por parte da população rural, sem nenhum impacto ambiental negativo previsto (NDB, 2016b).

⁸ Linha para Financiamento de Projeto.

A fim de complementar e reforçar os benefícios do projeto, o NBD financiou, em setembro de 2018, dois novos empreendimentos no setor rodoviário no Estado. Através do Madhya Pradesh Major District Roads II Project, o NBD emprestou US\$ 350 milhões ao governo estadual, para melhorar a infraestrutura rodoviária do estado, através da reabilitação de cerca de 2.000 km das principais estradas estaduais (NDB, 2018c). Já o Madhya Pradesh Bridges Project consiste no financiamento de US\$ 175 milhões, também destinados ao governo estadual, para aumentar a conectividade no e do estado, por meio da construção de novas pontes e reforma das pontes existentes (NDB, 2018c). Apesar de implementados para complementar e ampliar os benefícios auferidos pelo primeiro projeto, não foi disponibilizado pelo Banco quais foram estes objetivos ou o estado de implementação em que se encontra o empreendimento. Neste sentido, há uma falha na comunicação e detalhamentos dos projetos, por parte do NBD, se comparado a outros BMDs.

A título de comparação, um empreendimento similar fora financiado pelo AIIB com co-financiamento do Banco Mundial, denominado Madhya Pradesh Rural Connectivity project. O financiamento de US\$ 201 milhões por parte do BM e de US\$ 140 milhões por parte do AIIB visa a melhorar a durabilidade e aumentar a resiliência às mudanças climáticas das estradas rurais de Madhya Pradesh, ao mesmo tempo em que fortalece a capacidade do estado de gerenciar sua malha rodoviária e de ampliar a segurança das estradas. Apesar de aprovado somente em março de 2018, a evolução do empreendimento é detalhadamente disponibilizada para consulta ao público em geral, constituindo-se em um exemplo de oportunidade para o NBD aprender com outros BMDs. O quadro a seguir oferece uma comparação de ambos projetos.

Figura 10 - Madhya Pradesh Major District Roads Project e Madhya Pradesh Rural Connectivity Project

Projeto	NBD	BM e AIIB
Setor	Infraestrutura de transportes	Infraestrutura de transportes/estradas
Objetivo	Melhorar a conectividade do estado e estimular a economia local	Melhorar a durabilidade e aumentar a resiliência às mudanças climáticas das estradas rurais
Mutuário	Governo de Madhya Pradesh	República da Índia, Ministério das Finanças
Modalidade de empréstimo	Financiamento de projeto soberano	Co-financiamento soberano
Valor do projeto (US\$ milhões)	500	502
Valor financiado (US\$ milhões)	350	BM: 210; AIIB: 140
% do financiamento	70%	70%

Projeto	NBD	BM e AIIB
Categoria Ambiental	B	B
Tempo previsto para implementação	4 anos e 4 meses	5 anos
Distância abrangida (km)	1.500	10.510
Redução do tempo de viagem (%)	25%	Não disponibilizado

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em NDB (2016b) e WORLD BANK (2018c).

A semelhança entre as características de ambos projetos é clara, tanto no valor financiado, como na categoria ambiental e tempo de implementação. A principal distinção concerne à modalidade de financiamento, que, no caso do NBD, foi realizado em parceria direta com o governo estadual, ao passo que o AIIB contou com o co-financiamento do Banco Mundial e o empréstimo foi destinado ao governo federal, encarregado de então repassar os recursos ao estado. Além disso, a distância abrangida por cada projeto difere em grande medida devido aos objetivos distintos, que no caso do NBD consistem em melhorar a conectividade através da reforma e aumento das estradas existentes e da construção de novas estradas. Já o projeto do AIIB e BM visa somente melhorar a durabilidade e resiliência das estradas, sem a previsão de uma mudança estrutural mais profunda.

Da mesma forma que os projetos analisados acima, financiados pelo NBD, o Madhya Pradesh Major District Roads visa a melhorar um dos setores da infraestrutura indiana cuja deficiência acarreta enormes empecilhos ao desenvolvimento econômico do país. Considerando-se que se trata do segundo maior estado da Índia, bem como a anunciada aprovação de outros dois projetos no mesmo estado e setor, de valores expressivos, para complementá-lo, seu impacto no desenvolvimento econômico da Índia, e de Madhya Pradesh em particular, é evidente, embora não seja possível, ainda, mensurá-lo.

4.3 O NBD NA ÍNDIA: UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR

A infraestrutura majoritariamente precária e poluente da Índia, sobretudo nos setores rodoviário, hídrico e energético, apresenta inúmeros entraves para o seu aprimoramento, figurando dentre os principais o financiamento público insuficiente, alocado de maneira desigual entre regiões e setores, e a escassez de crédito privado. Portanto, os principais desafios para

melhorar a infraestrutura existente e executar novos projetos para alocar de maneira inclusiva e eficiente a crescente população do país consistem na alavancagem do crédito do setor privado e na melhor distribuição dos recursos públicos entre setores, regiões e estamentos sociais (WORLD BANK, 2018a).

Dada essa situação, a análise dos projetos permite inferir que, na Índia, o NBD tem atuado de acordo com seus objetivos basilares de financiar sobretudo projetos sustentáveis e contribuir para a redução da lacuna de financiamento para projetos de infraestrutura. Algumas características comuns podem ser verificadas em relação aos três projetos analisados. Primeiramente, a preocupação com os impactos ambientais está no cerne de todos os empreendimentos, os quais estão categorizados como sendo de risco ambiental B ou C, ou seja, com impactos ambientais mínimos ou nulos. Merece destaque, também, o rápido período de tempo desde a concepção até a aprovação dos projetos, o que se explica pela estrutura simplificada do Banco, sobretudo em decorrência da pequena quantidade de membros. Esta característica, ademais, contrapõe críticas iniciais à possível demora na aprovação dos empreendimentos, devido à falta de uma liderança clara entre os membros (HUMPFREY, 2015).

O fato de os financiamentos serem concedidos sobretudo através de parcerias diferencia o NBD dos demais bancos e permite que, mesmo com o capital menor se comparado a outros BMDs, seu impacto seja significativo, tal como indicado pela abrangência geográfica e pelos resultados previstos, sintetizados na figura 11. Além disso, estas parcerias, por vezes efetuadas com instituições multilaterais que abrangem outras nações além dos países do BRICS, permitem ao Banco aprender com as experiências de outros países, afastando as críticas acerca de um aprendizado limitado devido à pequena quantidade de membros (HUMPFREY, 2015).

Figura 11 - Síntese dos projetos do NBD e demais BMDs analisados

Projeto	NBD - Madhya Pradesh Major District Roads Project	BM e AIIB - Madhya Pradesh Rural Connectivity project	NBD - Canara Renewable Energy Financing Scheme
Setor	Infraestrutura de transportes	Infraestrutura de transportes/estradas	Energias renováveis
Objetivo	Melhorar a conectividade do estado e estimular a economia local	Melhorar a durabilidade e aumentar a resiliência às mudanças climáticas das estradas rurais	Apoio ao Banco Canara para o financiamento de projetos de energia renovável
Mutuário	Governo de Madhya Pradesh	República da Índia, Ministério das Finanças	Canara Bank
Modalidade de empréstimo	Financiamento de projeto soberano	Co-financiamento soberano	Financiamento soberano garantido: 3 parcelas

Projeto	NBD - Madhya Pradesh Major District Roads Project	BM e AIIB - Madhya Pradesh Rural Connectivity project	NBD - Canara Renewable Energy Financing Scheme
Valor do projeto (US\$ milhões)	500	502	500
Valor financiado (US\$ milhões)	350	BM: 210; AIIB: 140	250
% do financiamento	70%	70%	50%
Categoria Ambiental	B	B	Não disponível
Tempo previsto para implementação	4 anos e 4 meses	5 anos	Sem previsão - em andamento
Projeto	ADB - ReNew Power Investment Project	NBD - Rajasthan Water Sector Restructuring Project	BM - Rajasthan Water Sector Restructuring Project
Setor	Energias renováveis	Gestão de Recursos Hídricos; Infraestrutura Sustentável	Extensão Agrícola, Pesquisa e Outras Atividades de Suporte; Irrigação e Drenagem; Governo Subnacional; Proteção social
Objetivo	Apoio à ReNew para o financiamento de projetos de energia renovável	- Reabilitar o Canal Indira Gandhi e áreas próximas, promovendo a microirrigação e melhorando as instalações atuais - Fornecer apoio técnico às associações locais de usuários de água para otimizar as operações de irrigação	- Reforçar a capacidade de planeamento estratégico e de desenvolvimento e gestão sustentáveis dos recursos hídricos - Aumentar a produtividade da agricultura irrigada
Mutuário	ReNew Power Ventures Private Limited	República da Índia	República da Índia
Modalidade de empréstimo	Investimento nas ações da ReNew	Financiamento de projeto soberano: múltiplas parcelas	Empréstimo para investimento específico
Valor do projeto (US\$ milhões)	80	495	180,2
Valor financiado (US\$ milhões)	50	345	140
% do financiamento	75%	70%	78%
Categoria Ambiental	B	C	A
Tempo previsto para implementação	Sem previsão - em andamento	6 anos	11 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em ADB (2014), NDB (2016a, 2016b, 2017c) e WORLD BANK (2014, 2018c).

Em vista das comparações acima, depreende-se que os projetos financiados pelo NBD na Índia atuam sobretudo em complementaridade às demais instituições de financiamento de investimento em infraestrutura no país, tanto privadas como públicas. As principais diferenças em relação aos projetos dos outros BMDs analisados dizem respeito à preocupação ambiental e às

parcerias firmadas com outras instituições, permitindo ao Banco se concentrar em setores críticos da infraestrutura indiana e financiar projetos cujos impactos socioeconômicos previstos são significativos, mesmo possuindo um capital relativamente pequeno. Este impacto é comparável e, por vezes, superior ao de projetos similares financiados por outras instituições, contrapondo críticas acerca do distanciamento do NBD dos objetivos primordiais dos bancos de desenvolvimento, de redução da pobreza e da desigualdade (MONDAL, 2015).

Ademais, a intenção de conceder financiamentos em moeda local, como divulgado no último relatório anual do banco (NDB, 2017a), constitui-se em um importante modo de evitar riscos de desvalorização, como ocorreu no projeto hídrico do Rajastão, financiado pelo Banco Mundial, causando considerável redução do montante emprestado. Portanto, empréstimos em moeda local serão de significativa importância tanto para reduzir os riscos para os mutuários quanto para promover os mercados de capitais locais, e deverão ser fomentados em grande medida nos próximos anos (NDB, 2017b).

Sob uma perspectiva multilateral, pode-se inferir que as especulações acerca de uma possível preponderância chinesa não são válidas, uma vez que, embora a China seja o único país membro cujos empréstimos foram concedidos em moeda local e o único beneficiário de títulos verdes até o momento - o que pode ser relacionado, em grande medida, à boa avaliação recebida pelo NBD por parte de duas agências chinesas – o país conta com seis projetos financiados pelo NBD, e a Índia, com sete. Além disso, o valor financiado na Índia, de US\$ 2,29 bilhões, figura muito acima dos US\$ 1,48 bilhão financiados na China até o momento. A Índia, portanto, é o país membro que mais possui empreendimentos financiados pelo NBD, e cujo valor é muito superior ao dos demais países.

Como qualquer instituição, há quesitos a melhorar, em particular considerando-se que o NBD encontra-se em seus estágios iniciais de funcionamento. A maior transparência na exposição dos projetos, com maior detalhamento financeiro e prazos estabelecidos, a fim de proporcionar uma melhor avaliação acerca do estado em que encontra o progresso de cada empreendimento, são questões a aprimorar, sobretudo se comparado ao detalhamento dos relatórios das demais instituições multilaterais analisadas.

Além disso, os países em desenvolvimento apresentam, em geral, maior instabilidade em suas trajetórias político-econômicas, o que pode ter reflexos nos empréstimos e notas de crédito do NBD. O Brasil, a África do Sul e a Rússia passaram recentemente por recessões econômicas,

agravadas por questões políticas, e a China desacelerou seu ritmo de crescimento após a crise financeira global, diminuindo o status do grau de investimento destes países nos últimos anos (MAASDORP, 2017). Somente a Índia manteve e, inclusive, aumentou, sua taxa de crescimento econômico para níveis recordes. Apesar desses desdobramentos adversos, todos os países membros do BRICS contribuíram com seu capital integralizado para o NBD, em alguns casos antes do previsto, sinalizando seu forte compromisso com a instituição (MAASDORP, 2017).

Afora as críticas apontadas, é possível afirmar que há uma convergência entre os objetivos do banco e as necessidades indianas, seja a carência de financiamento para realizar os projetos por parte do país, seja a infraestrutura deficiente, majoritariamente poluente e com dificuldades em suprir as demandas da crescente população. Portanto, dada a atuação do NBD em cooperação com instituições locais, a quantidade significativa de empreendimentos já financiados e o expressivo valor emprestado, conclui-se que, apesar da falta de detalhamento e da dificuldade de prever seu impacto no longo prazo devido à sua institucionalização recente, o NBD constitui-se em um mecanismo efetivo para superar as lacunas de financiamento de infraestrutura na Índia, sobretudo atuando como complementar às instituições que operam há mais tempo no país.

4.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Apesar do elevado desenvolvimento do setor financeiro da Índia, o custo do capital no país é o maior da região Ásia-Pacífico, fazendo com que o setor público fique a cargo da maior parcela do financiamento de longo prazo no país, no qual se insere o financiamento de infraestrutura. Os investimentos privados, por sua vez, representam a segunda principal fonte de financiamento, ao passo que as instituições multilaterais correspondem a uma parcela ínfima. Neste sentido, depreende-se que há bastante espaço para a atuação destas instituições na Índia, a exemplo do NBD, do BM, do AIIB e do ADB, analisados neste capítulo. O estudo permitiu identificar alguns pontos de diferença entre o NBD e os demais BMDs. É notória a preocupação com os impactos ambientais, classificados com riscos mínimos ou nulos em todos os empreendimentos analisados, a agilidade na aprovação dos projetos, relacionada sobretudo à estrutura de governança simplificada, e a preferência pelo estabelecimento de parcerias, atuando em complementaridade às demais instituições de financiamento de infraestrutura no país. Ainda,

há a intenção de conceder empréstimos em moeda local, característica original em relação a todos os BMDs analisados.

Diante do exposto, vale reiterar o discurso do Primeiro Ministro indiano, Manmohan Singh, na ocasião da IV Cúpula do BRICS. Singh salientava o enorme potencial para a cooperação intra-BRICS, em especial no que tange à superação de impasses similares entre os países, como a pobreza, a desigualdade, a falta de representatividade nas instituições multilaterais e a poluição ambiental. O aumento do acesso ao crédito para financiar o desenvolvimento dos cinco países, e de sua infraestrutura em particular, consistiria no primeiro passo em direção à superação destas questões (INDIA, 2012). Pode-se considerar, portanto, que a coordenação das nações do BRICS com vistas a suprir suas crescentes demandas por recursos de forma consistente com seus interesses e necessidades teve seu episódio mais importante em 2015, com a institucionalização do NBD (STIGLITZ, 2014). Após três anos, são notáveis os avanços alcançados, sobretudo ao analisar a atuação do Banco no país que, nos últimos cinco anos, apresentou maior crescimento de gastos no setor de infraestrutura no mundo, sem que o crédito destinado ao setor acompanhasse essa expansão, ocasionando uma lacuna de financiamento que figura entre as maiores do mundo (MCKINSEY, 2017).

5 CONCLUSÃO

Os países em desenvolvimento enfrentam uma série de problemas semelhantes, como a desigualdade social, os elevados índices de poluição e as significativas restrições financeiras, decorrentes sobretudo de elevados riscos políticos e financeiros. Em vista disso, o desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise dos principais desafios financeiros para o desenvolvimento econômico das economias emergentes, delimitando-se à análise da trajetória indiana e à dificuldade do país em obter crédito para financiar seu desenvolvimento, particularmente sua infraestrutura.

O caso da Índia é emblemático pois, apesar de figurar entre as nações com maior crescimento econômico do mundo, o país carece de recursos financeiros para financiar seu desenvolvimento e preencher déficits crescentes no setor de infraestrutura. Da mesma forma que observado em outros países em desenvolvimento, o ambiente financeiro da Índia caracteriza-se por riscos elevados, acarretando altos juros e baixo investimento privado, sobretudo em projetos de longo prazo, como é o caso dos projetos de infraestrutura. Uma consequência desta conjuntura é a responsabilidade do setor público pelos investimentos em infraestrutura das economias emergentes. No caso de um país com crescimento econômico e populacional nos patamares indianos, o financiamento público é insuficiente, em especial ao se considerar o elevado déficit fiscal e as deficiências distributivas verificadas nos investimentos governamentais.

Neste sentido, os principais desafios consistem em aumentar a eficiência do investimento público, alocado desigualmente entre setores e regiões, alavancar o investimento privado, historicamente baixo, e evitar uma piora nos índices de poluição do país, que figuram entre os mais críticos do mundo. Portanto, o desenvolvimento de uma nova arquitetura financeira, com incentivos específicos, estrutura regulatória apropriada, novos atores e instrumentos, parece fundamental para superar esses dilemas e preencher as lacunas do setor de infraestrutura.

Os BMDs possuem um papel importante frente a esta conjuntura, pois, além de fornecerem financiamento a custos menores, também contribuem para diminuir os riscos inerentes ao ambiente financeiro e aumentar o interesse do setor privado, contribuindo para a viabilização financeira dos projetos de infraestrutura. A partir do referencial teórico de Krasner, segundo o qual a ordem econômica então vigente tende a direcionar os investimentos internacionais para os países desenvolvidos, remanescendo menos capital para financiar o

desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e emergentes, a presente monografia objetivou analisar em que medida o NBD, órgão composto somente por países em desenvolvimento e criado para suprir esse déficit de financiamento, poderá contribuir para a viabilização financeira de projetos de infraestrutura e, conseqüentemente, diminuir a lacuna verificada no setor. Após o estudo de sua atuação na Índia, chegou-se a algumas conclusões.

Primeiramente, realizou-se uma revisão da literatura sobre a economia da Índia, com ênfase em seu desenvolvimento a partir da liberalização econômica da década de 1990. A partir da análise do comportamento dos principais setores da economia indiana antes e após a crise financeira de 2008, depreendeu-se que a infraestrutura foi um dos setores mais afetados, o que se relaciona em grande medida aos elevados riscos inerentes ao setor. Como consequência, o crédito bancário destinado à infraestrutura foi bastante afetado, e a análise de dados permitiu constatar um declínio acentuado nos últimos anos, acarretando enormes lacunas de investimento no setor, igualmente verificadas através dos dados apresentados. A isso, soma-se o exame realizado acerca do comportamento dos principais componentes do setor de infraestrutura da Índia, que demonstrou persistirem inúmeras deficiências, sobretudo em áreas de grande importância para o crescimento econômico do país, a exemplo do setor rodoviário. Portanto, é possível afirmar que uma infraestrutura incompatível com o rápido crescimento econômico da Índia consiste em um dos principais entraves para que este crescimento seja inclusivo e sustentável, não rejeitando, assim, a primeira hipótese do trabalho.

Em seguida, realizou-se uma revisão da literatura sobre o financiamento de projetos de infraestrutura nos países emergentes por parte de BMDs e, em particular, do NBD. A análise das funções do NBD permitiu inferir que as mesmas são semelhantes às dos BMDs tradicionais, inovando, porém, em relação a alguns aspectos. No que tange à estrutura de governança, o NBD é a única instituição composta somente por países em desenvolvimento, ainda que com reduzido número de membros, e com poder de voto equitativo, características que têm permitido a rápida aprovação e concessão dos financiamentos. A atuação através de parcerias com outras instituições é outra característica que distingue o NBD de outros BMDs tradicionais. Por fim, o NBD consiste no primeiro Banco Multilateral com ênfase na sustentabilidade ambiental dos projetos financiados, o que reveste-se de importância devido à crescente demanda por energia ocasionada pelo rápido crescimento econômico do BRICS, e da Índia em particular. Com isso, a segunda hipótese é apenas parcialmente verificada, pois, apesar destas características inovadoras, as

mesmas não têm desempenhado um papel muito diferenciador na atuação do NBD, em comparação à atuação de outros BMDs, como a análise dos projetos financiados na Índia comprova.

Por fim, analisaram-se três projetos de infraestrutura financiados pelo NBD na Índia, comparando-os a projetos semelhantes financiados por outros BMDs. Observou-se uma ênfase do NBD nos setores rodoviário, hídrico e energético, os quais figuram entre os mais deficientes do setor de infraestrutura da Índia e, por vezes, do mundo. É relevante a adoção de altos padrões de monitoramento dos riscos ambientais, estando todos os projetos classificados com riscos mínimos, de acordo com metodologias aceitas internacionalmente. Além disso, todos os projetos são financiados em parceria com instituições públicas nacionais, contribuindo tanto para a redução do hiato de financiamento como para a melhoria do ambiente financeiro e transferência de conhecimento. Tendo em vista a atuação recente do Banco no país, não é possível mensurar o seu impacto na superação dos problemas de financiamento de infraestrutura da Índia, não sendo possível atestar, integralmente, a terceira hipótese do trabalho.

Ademais, como qualquer instituição, sobretudo nos anos iniciais de atuação, há aspectos a melhorar. Neste sentido, deparou-se com certa falta de transparência, em particular no que diz respeito às taxas cobradas sobre cada empréstimo e ao estágio em que encontra sua execução. Além disso, há dificuldades relacionadas ao baixo montante de capital, o menor dentre os BMDs analisados, o que pode limitar os impactos do Banco na redução da lacuna de infraestrutura de seus membros. Por fim, a regra de alocação dos direitos de voto pode diminuir o entusiasmo de outras nações em associar-se ao Banco, o que, somado às assimetrias entre os atuais membros e às especulações de uma possível intenção de preponderância chinesa, tem levantado questionamentos acerca da continuidade do grupo no longo prazo.

Além dessas questões, considera-se que a criação de uma arquitetura de financiamento da infraestrutura e, particularmente, da infraestrutura ecologicamente sustentável, é uma oportunidade não só para melhorar a infraestrutura disfuncional existente, mas também para estimular um crescimento econômico mais dinâmico, inclusivo e ambientalmente amigável. De fato, as características dos projetos analisados indicam que o NBD caminha nessa direção, e o valor financiado, significativamente superior ao dos demais membros, a rapidez na aprovação dos empréstimos e a quantidade de projetos em curso, indicam que o Banco tem potencial para se

constituir em um mecanismo eficiente para superar a lacuna de crédito verificada no financiamento da infraestrutura na Índia.

Diante do exposto, considera-se que a hipótese central da monografia foi parcialmente verificada. A infraestrutura incompatível com o rápido crescimento econômico está, de fato, entre os principais problemas econômicos da Índia. Contudo, dada a recente institucionalização do NBD, a carência de informação acerca dos estágios em que se encontram os empreendimentos e o curto período de tempo desde a aprovação do primeiro projeto na Índia, não é possível, ainda, mensurar a contribuição do Banco para a superação do dilema.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. Os Brics e a reorganização do mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 jun. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2DG56h6>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. ¿Existe realmente el BRIC? **Economía Exterior**, Madrid, n. 52, p. 23-28, primavera 2010.

ASIAN DEVELOPMENT BANK - ADB. **India: ReNew Power Investment Project**. Mandaluyong, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2yzYtc0>>. Acesso em: 24 out. 2018.

_____. **Meeting Asia's Infrastructure Needs**. Mandaluyong: ADB, Feb. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2m2pvn6>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Brics: o Novo Banco de Desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 179-184, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2qyP2F9>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BHAVISH, Jugurnath et al. Financial Structures and Economic Development: Empirical Evidence from BRICS Countries and Mauritius. **The Journal of Developing Areas**, United States, v. 52, n. 1, Winter 2018, p. 131-155.

BISWAS, Aparajita. **Foreign relations of India: BRICS and India, BRICS in Africa**. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2H3ynQQ>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BHATTACHARYA, Amar; ROMANI, Mattia; STERN, Nicholas. **Infrastructure for development: meeting the challenge**. Centre for Climate Change Economics and Policy, Jun. 2012 (Policy Paper). Disponível em: <<https://bit.ly/2M3HmHw>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

BLOOMBERG CLEAN ENERGY FINANCE. **Financing India's Clean Energy Finance**. 1 Nov. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2GNwr2R>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GONZALEZ, Lauro; LUCINDA, Cláudio. Crises financeiras nos anos 1990 e poupança externa. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 327-357, set./dez. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2nP3Nmj>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após sessão plenária da 2ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRIC**. Brasília, DF, 15 abr. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2IrNqbg>>. Acesso em: 9 maio 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Joint Communiqué of the I Meeting of BRIC Finance Ministers**. São Paulo, SP, 7 Nov. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2LNR9NM>>. Acesso em: 01 set. 2018.

_____. **I Cúpula: Declaração Conjunta**. Ecaterimburgo, 16 jun. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2PuouPX>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

_____. **Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS**. 2014a. Disponível em: <<https://bit.ly/2wEOmUY>>. Acesso em: 12 maio 2018.

_____. **VI Cúpula BRICS - Declaração de Fortaleza**. Fortaleza, 15 jul. 2014b. Disponível em: <<https://bit.ly/2JzOHdV>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

CANARA BANK. **Annual Report 2017 - 2018**. Bengaluru, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2D0PxQQ>>. Acesso em: 23 out. 2018.

CARVALHO et al. Development Finance: Theory and Practice. In.: _____. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2017. Cap. 15.

CAVUSGIL, Tamer .S.; KNIGHT, Gary; RIESENBERGER, John. **International Business: the new realities**. 4 ed. Harlow: Pearson Education Limited, 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. The World Factbook. **India**. Langley, VA, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/1bgDiW9>>. Acesso em: 08 maio 2018.

CHAKRABARTY, Kamalesh Chandra. **Infrastructure Financing By Banks In India: Myths and Realities**. Annual Infrastructure Finance Conclave, 9 Aug. 2013.

COOPER, Andrew Fenton. The BRICS' New Development Bank: Shifting from Material Leverage to Innovative Capacity. **Global Policy**, v. 8, n. 3, p. 275-284, 6 Jul. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2OqbwCS>>. Acesso em: 15 set. 2018.

COSTA, Carlos Eduardo Lampert; GONZÁLEZ, Manuel José Forero; ALMEIDA, Nathália Filgueiras de. A Lógica de Funcionamento dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e seu Relacionamento com o Brasil no Período 1990-2012. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 16, p. 58-74, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2xJ7H5m>>. Acesso em: 29 set. 2018.

DAMICO, Flávio. Antecedentes: do acrônimo de mercado à concertação político-diplomática. In.: BAUMANN, Renato et al. **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília, DF: FUNAG, 2015. p. 55 - 77. Disponível em: <<https://bit.ly/2PmjrRE>>. Acesso em: 01 set. 2018.

DANGRA, Abhishek. The Missing Piece in India's Economic Growth Story: Robust Infrastructure. **S&P Global Ratings**. New York, 02 Aug. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2vst3CO>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

DE PAULA, Luiz Fernando; FERRARI FILHO, Fernando. Liberalização financeira e performance econômica: a experiência recente dos BRIC+. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, n. 11, 2006, Vitória. Anais... São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 2006.

DESAI, Meghnad. Democracy and Development: India 1947–2002. In.: JHA, Raghendra. **The First Ten K R Narayanan Orations: Essays by Eminent Persons on the Rapidly Transforming Indian Economy**. Canberr: ANU Press, 2006. p. 99-110.

DUTTA, Prabhask K. Why Kerala floods killed so many, destroyed so much. **India Today**, New Delhi, Aug. 21, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2PxLOx1>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

EUROPEAN INVESTMENT BANK - EIB. **Multilateral banks to deepen collaboration with private sector to boost inclusive, sustainable infrastructure**. Luxembourg, 22 Apr. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2mnU7hD>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

FREITAS, Maria Penido de; PRATES, Daniela Magalhães. A abertura financeira no governo FHC: impactos e conseqüências. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 81-111, dez. 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/2LxWT2i>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

GABRIEL, João Paulo Nicolini; CARVALHO, Carlos Eduardo. A Índia, o NBD e o ACR dos BRICS: percepções e interesses. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 129, p. 53-69, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2H4LKo8>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GANGULY, Sumit; PARDESI, Manjeet Singh. Explaining Sixty Years of India's Foreign Policy. **India Review**. v. 8, n. 1, p. 4-19, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2weahIE>>. Acesso em: 05 maio 2018.

GRIFFITH-JONES, Stephany. **A BRICS Development Bank: A dream coming true?** (Discussion Paper 215). Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, Mar. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/1niE94d>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Financing Global Development: The BRICS New Development Bank**. (Briefing Paper 13). Bonn: German Development Institute, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2l8ikYC>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

GRIFFITH-JONES, Stephany; FRITZ, Barbara; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. Novo Banco de Desenvolvimento. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 ago. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2MaZZVX>>. Acesso em: 09 set. 2018.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. O fim do tratamento diferenciado e a adoção da regra de reciprocidade para países em desenvolvimento na Rodada Uruguai da OMC. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 27, nov. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2MYQ6fr>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

GUIMARÃES, Lytton Leite. Política externa e segurança da Índia: implicações para o fórum IBAS. **Intellector**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 1-40, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2KVWIct>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

HUMPHREY, Chris. **Development revolution or Bretton Woods revisited? The prospects of the BRICS New Development Bank and the Asian Infrastructure Investment Bank**. London: Overseas Development Institute, 2015. (Working paper n. 418). Disponível em: <<https://bit.ly/2x1xn7j>>. Acesso em: 15 set. 2018.

INDIA cities dominate world air pollution list. In.: BBC NEWS. **Analysis**. UK, 2 May 2018. Disponível em: <<https://bbc.in/2LFW76d>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

INDIA. Ministry of External Affairs. **Prime Minister's Statement at the Plenary Session of the Fourth BRICS Summit**. New Delhi, IND, 29 Mar. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2MeQntg>>. Acesso em: 09 set. 2018.

INDIA. Ministry of New and Renewable Energy. **Press Information Bureau**. New Delhi, 27 Dec. 2017a. Disponível em: <<https://bit.ly/2RbYIXj>>. Acesso em: 23 out. 2018.

_____. National Repository of Open Educational Resources. **Indira Gandhi Canal**. New Delhi, 20 Feb. 2017b. Disponível em: <<https://bit.ly/2J6M7w5>>. Acesso em: 20 out. 2018.

INDIA'S infra deficit too large, will take time to be eliminated: S&P. In.: THE TIMES OF INDIA. **Business**. Mumbai, 30 Jul. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2vYQWkT>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK - IADB. **2017 Global Infrastructure Forum: Delivering Inclusive and Sustainable Infrastructure**. Washington, Apr. 22nd, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2ry1UMO>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. **SDR Valuation**. Washington, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2PISaCy>>. Acesso em: 25 out. 2018.

KAUR, Manpreet; KHATUA, Apalak; YADAV, Surendra S. **Infrastructure Development and FDI Inflow to Developing Economies: Evidence from India**. Thunderbird International Business Review, November 2016, v. 58, n. 6, p. 555-563. Disponível em: <<https://bit.ly/2GZX8O4>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

KRASNER, Stephen. **Structural Conflict: The Third World against Global Liberalism**. Berkeley: University of California Press, 1985.

LIMA, José Alfredo Graça. **VI Cúpula dos BRICS: Perspectivas e Resultados**. In: Cadernos de Política Exterior / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília, DF: FUNAG, 2015. v. 1, n. 1 (mar. 2015). Disponível em: <<https://bit.ly/2PPFp3x>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

LIMA, Marcos Costa. Índia: Avanços, Problemas e Perspectivas. In: BRASIL. **Conferência Índia**. Brasília, DF: FUNAG, 2008. p. 83-99. Disponível em: <<https://bit.ly/2D3Bqu8>>. Acesso em: 25 out. 2018.

LUNA-MARTINEZ, José. de; VICENTE, Carlos Leonardo. **Global Survey on Development Banks**. World Bank, Feb. 2012 (Policy Research Working Paper No. 5969). Disponível em: <<https://bit.ly/2MZseHA>>. Acesso em: 23 set. 2018.

MAASDORP, Leslie. As the BRICS New Development Bank turns two, what has it achieved? **World Economic Forum**, Geneva, 1 Sep. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2I5tnQv>>. Acesso em: 9 maio 2018.

_____. What is 'new' about the New Development Bank? **World Economic Forum**, Geneva, 26 Aug. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2IqZWYt>>. Acesso em: 9 maio 2018.

MALONE, David M. India's Economy: Its Global Calling Card. In: _____. **Does the Elephant Dance?** Contemporary Indian Foreign Policy. Oxford: Oxford University Press, 2011. Cap. 4, p. 75-100.

MATHEWS, John A. Os Bic's e o Desenvolvimento Verde: como a China está forjando um novo modelo de desenvolvimento verde que o Brasil, a Índia e outros já estão copiando. In.: **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./abr. 2011, p. 33-63.

MATHUR, Vikrom. BRICS & SDGS: Prospects of Minilateral Action on a Multilateral Agenda? In: SARAN, Samir. **A Decade of BRICS: Indian Perspectives for the Future**. Observer Research Foundation, New Delhi, 04 Sep. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2Hdm9p8>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE - MGI. **Bridging Infrastructure Gaps**. New York: MGI, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2wAZ5fR>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

_____. **Bridging Infrastructure Gaps: Has the World Made Progress?** New York: MGI, 2017. Disponível em: <<https://mck.co/2vQmWYH>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

MOBILIZATION of Private Finance by Multilateral Development Banks and Development Financial Institutions 2017. Washington, DC, Jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2sMUTlJ>>. Acesso em: 09 set. 2018.

MONDAL, Wali L. Extreme Poverty and the New Development Bank of Brics. **British Journal of Economics, Management & Trade**, Hooghly, v. 9, n. 2, p. 1-10, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2H3h1ns>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

NASSIF, André. **A Economia Indiana no Período 1950 - 2004: lições para o Brasil?** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2006 (Texto para discussão, 107).

_____. Índia: Economia, Ciência e Tecnologia (em perspectiva panorâmica com o Brasil). In.: PAIVA et al. **III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI** : O Brasil no mundo que vem aí. Brasília, DF: FUNAG, 28 ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2Q6WzK8>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

NEW DEVELOPMENT BANK - NDB. **Agreement on the New Development Bank**. Fortaleza, 15 jul. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2HqWNVC>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

_____. **Canara Renewable Energy Financing Scheme**: project summary. Shanghai: NDB, 2016a. Disponível em: <<https://bit.ly/2yBRHCT>>. Acesso em: 22 out. 2018.

_____. **Madhya Pradesh Major District Roads Project**: project summary. Shanghai: NDB, 2016b. Disponível em: <<https://bit.ly/2OTckEI>>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. **New Development Bank Environment and Social Framework** . Shanghai: NDB, 2016c. Disponível em: <<https://bit.ly/2IgmX6v>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

_____. **Towards a Greener Tomorrow**: annual report 2016. Shanghai, 2016d. Disponível em: <<https://bit.ly/2Jwo9KF>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

_____. **Developing Solutions for a Sustainable Future**: annual report 2017. Shanghai, 2017a. Disponível em: <<https://bit.ly/2y9Wjip>>. Acesso em: 03 out. 2018.

_____. **NDB's General Strategy**: 2017 – 2021. Shanghai: NDB, 2017b. Disponível em: <<https://bit.ly/2Owwvas>>. Acesso em: 03 out. 2018.

_____. **Rhajasthan Water**: project summary. Shanghai: NDB, 2017c. Disponível em: <<https://bit.ly/2EqsAZ1>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. **Investor Presentation**. Shanghai: NDB, 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2zziNtG>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **New Development Bank Policy on Loans with Sovereign Guarantee**. Shanghai: NDB, 2018b. Disponível em: <<https://bit.ly/2Dpad5i>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

_____. **Projects**. Shanghai: NDB, 2018c. Disponível em: <<https://bit.ly/2vC1Hg1>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

OLIVEIRA, Ariane Bayer de; TUHTENHAGEN, Francisco; HAFFNER, Jacqueline A. H. Desenvolvimento Indiano a Partir das Reformas Macroeconômicas de 1990. **Revista Conjuntura**

Austral, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 106-131, abr./maio 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2T5W9IL>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic Brics. **Goldman Sachs Global Economics**, New York, n. 66, 30 Nov. 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/2v5Nvf2>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

PEJAVER, Ranjan Kumar. Millennium Development Goals: regional perspectives – India. **Archives of Disease in Childhood**. London: BMJ, 2015. p. 59-60. Disponível em: <<https://bit.ly/2wLIAQd>>. Acesso em: 04 set. 2018.

PEREIRA, Rafael Antonio Anicio; MILAN, Marcelo. **Os mercados de títulos verdes nos países em desenvolvimento e o papel do novo banco de desenvolvimento**. Prêmio ABDE-BID / Associação Brasileira de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: ABDE Editorial, 2017. p. 201-228. Disponível em: <<https://bit.ly/2POZFIV>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

RAJASTHAN. **IGNP Automation Project**. Rajasthan, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2PM0tEz>>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Rajasthan Water Sector Restructuring Project for Desert Area: Request for Bids (RFB)**. Rajasthan, 20 Jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2R1dJW8>>. Acesso em: 20 out. 2018.

RAY, Shubhomoy. **Infrastructure Finance and Financial Sector Development**. Asian Development Bank Institute, Mar. 2015. (Working Paper, 522). Disponível em: <<https://bit.ly/2PpnsVp>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

RESERVE BANK OF INDIA - FINANCIAL STABILITY UNIT. **Financial Stability Report**. Mumbai: RBI, Dec. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2LTRxiQ>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

RICÚPERO, Rubens et al. A Crise Internacional e seu impacto no Brasil. **Estudos Avançados USP**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 185-214, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2KswKwV>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

S&P GLOBAL RATINGS. **New Development Bank Assigned 'AA+/A-1+' Ratings; Outlook Stable**. New York, 29 Aug. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2zOtVV6>>. Acesso em: 03 out. 2018.

SARAN, Samir. **The next ten years of BRICS – will the relationship last?** Observer Research Foundation, New Delhi, 05 Oct. 2017b. Disponível em: <<https://bit.ly/2J8ns9r>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

SAWADA, Yasuyuki. **The Impacts of Infrastructure in Development: A Selective Survey.** Asian Development Bank Institute, Jan. 2015. (Working Paper, 511). Disponível em: <<https://bit.ly/2LqzbRY>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

SCHATZMANN, Samira. **Inserção internacional e desenvolvimento econômico em países emergentes: o caso da Índia.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCHWAB, Klaus. The Global Competitiveness Report: 2017-2018. **World Economic Forum.** Geneva, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2jZK8Rg>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

SINHA, Dilip Amb. **Role of India in BRICS.** Ministry of External Affairs, Government of India, New Delhi, 18 Apr. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2HBCDZ3>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SONI, Shubh. **Renewable Energy and Multilateral Development Banks: India Case-Study.** Economic Policy Forum, Jul. 2017. (Working Paper). Disponível em: <<https://bit.ly/2Hp1Llx>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

STIGLITZ, Joseph. **Nobel Economist Joseph Stiglitz Hails New BRICS Bank Challenging U.S.-Dominated World Bank & IMF.** Entrevistadores: Juan González e Amy Goodman. New York: Democracy Now. 17 July 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2Bq6DaI>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

STUDART, Rogério. **Financing Sustainable Infrastructure in the Americas.** Boston: Boston University, jul. 2016. (Working paper, 007).

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Global Food Security Index 2017: measuring food security and the impact of resource risks.** London, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/1lnWlsW>>. Acesso em: 12 maio 2018.

TRIVEDI, Anjani. Kerala Floods Show Modi Has His Priorities Wrong. **Bloomberg Opinion,** New York, 21 Aug. 2018. Disponível em: <<https://bloom.bg/2Mst83V>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

UNITED NATIONS ORGANIZATION - UN. **Financing for Development: Progress and Prospects 2018.** New York: UN, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2mp42Ug>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

VIRMANI, Arvind. **The Dynamics of Competition: Phasing of Domestic and External Liberalisation in India.** Planning Commission, Apr. 2006.(Working Paper, 4).

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

VISWANATHAN H.H.S. **BRICS: a new paradigm for a globalised world**. Observer Research Foundation, New Delhi, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2IjP62X>>. Acesso em: 12 maio 2018.

WORLD BANK GROUP. **Supporting Infrastructure in Developing Countries**. Washington, D.C., June 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2IIHLKN>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. **India: Rajasthan Water Sector Restructuring Project**. Washington, D.C. 17 Jun. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2OtFHx2>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. **India Development Update: India's Growth Story**. Washington, D.C., Mar. 2018a. Disponível em: <<https://bit.ly/2GP4iZv>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

_____. **India: Systematic Country Diagnostic**. Washington, D.C., 2018b. Disponível em: <<https://bit.ly/2N7Pes5>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

_____. **India: Madhya Pradesh Rural Connectivity project**. Washington, D.C., 21st Feb. 2018c. Disponível em: <<https://bit.ly/2AK2ign>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

YELLURKAR, Dhananjay. **Infrastructure Financing in India**. IDFC Infrastructure Finance Limited, Mumbai, 16 Jan. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2L1Gn6r>>. Acesso em: 27 maio 2018.